



**CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS**  
**Ata da 63<sup>a</sup> reunião, realizada em 28 de agosto de 2020**

1 Em 28 de agosto de 2020, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades  
2 Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio  
3 de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e  
4 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes conselheiros  
5 titulares e suplentes: o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão, representante  
6 da SEMAD. Representantes do poder público: Verônica Ildefonso Cunha  
7 Coutinho, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Maria Eugênia Monteiro,  
8 da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Henrique  
9 Oliveira Carvalho, da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social  
10 (Sedese); Paulo Eugênio de Oliveira, da Companhia de Desenvolvimento  
11 Econômico de Minas Gerais (Codemig); Enio Marcus Brandão Fonseca, do  
12 Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
13 (Ibama); Luiz Henrique Passos Rezende, da Agência Nacional de Mineração  
14 (ANM). Representantes da sociedade civil: Denise Bernardes Couto, do Sindicato  
15 da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra); Thiago Rodrigues  
16 Cavalcanti, da Federação das Indústrias do Estado de Minas (Fiemg); José  
17 Angelo Paganini, da Fundação Relictos de Apoio ao Parque Estadual do Rio  
18 Doce; Julio Cesar Dutra Grillo, da Associação para Proteção Ambiental do Vale  
19 do Mutuca (ProMutuca); Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima, da Sociedade  
20 Mineira de Engenheiros (SME); Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira de  
21 Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes-MG). **Assuntos em pauta.** **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional  
22 Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão declarou  
23 aberta a 63<sup>a</sup> reunião da Câmara de Atividades Minerárias. **3) COMUNICADOS**  
24 **DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Julio Cesar Dutra  
25 Grillo: “Inicialmente, eu gostaria de tecer algumas considerações sobre o meu  
26 voto de abstenção na reunião anterior sobre o empreendimento da Vale,  
27 Complexo Mariana, Mina de Fazendão. Após a reunião, as ONGs locais me  
28 chamaram atenção, e eu concordo que me equivoquei. Depois de conversar com  
29 muita gente, eu concordo que me equivoquei. Eu sei que não posso trocar meu  
30 voto, mas gostaria de registrar que eu não poderia me abster em função dos itens  
31 que não foram plenamente resolvidos naquele processo de licenciamento. Como  
32 por exemplo o rebaixamento do lençol freático com possível perda das águas  
33 termais em definitivo. As explanações feitas pela SEMAD e pela Vale foram muito  
34 boas, mas naquela reunião eu não fiquei confortável com as explicações. Por dois  
35 motivos. O primeiro: sem que haja uma avaliação realmente integrada de todo  
36 aquele complexo e não apenas da mina, eu fico inseguro sobre quais serão os  
37

38 impactos hidrológicos na região no presente e no futuro. Alguns impactos serão  
39 definitivos, e sem maiores informações não sabemos quais e seus respectivos  
40 volumes de danos potenciais. O segundo ponto: no caso das águas termais, eu  
41 continuo achando que esse é um bem para séculos e não estou seguro quanto a  
42 sua recuperação integral após o encerramento da mina. Eu não estou fazendo  
43 uma afirmação de que não se recomporá, mas tenho um forte sentimento de que  
44 essa será uma perda definitiva, o que faz com que o projeto potencialmente seja  
45 insustentável econômica, social e ambientalmente. Sem uma análise baseada em  
46 informações mais profundas e seguras, o voto pelo deferimento seria não atentar  
47 para os princípios de prevenção e precaução. Meu voto pela abstenção foi um  
48 erro. Agora, mudando completamente de assunto, eu gostaria novamente de  
49 solicitar que o processo de digitalização de mapas e imagens seja realizado com  
50 resolução maior, mesmo que a SEMAD tenha que digitalizar as imagens  
51 separadamente com uma resolução maior. Essa resolução da imagem deveria ter  
52 um mínimo de 150 DPI, e o ideal é que fosse de 250 DPI. E, finalmente, no dia  
53 4/8, eu enviei para Teca, Vânia, Sabrina, Yuri, Orsini, Wagner e Paganini a minha  
54 proposta para a moção a ser votada na reunião de hoje, conforme acertado na  
55 reunião passada. Então, textualmente, a minha mensagem foi: 'Senhor presidente  
56 Yuri, apresento a vossa excelência e aos conselheiros Carlos Eduardo Orsini e  
57 Wagner Soares Costa a presente moção de solicitação de reuniões sobre políticas  
58 ambientais no âmbito do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM),  
59 pelas razões abaixo aduzidas. À Secretaria de Estado de Meio Ambiente e  
60 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), conforme legislação que dispõe sobre  
61 sua organização, incumbe a formulação, coordenação, execução e supervisão  
62 das políticas públicas de conservação, preservação e recuperação dos recursos  
63 ambientais visando ao desenvolvimento sustentável e à melhoria da qualidade  
64 ambiental do Estado. É o Decreto 47.787, de 13/12/2019. Consoante com a  
65 competência estrutural da Secretaria, o COPAM tem, por finalidade, deliberar  
66 sobre diretrizes e políticas e estabelecer normas regulamentares e técnicas,  
67 padrões e outras medidas de caráter operacional para preservação e conservação  
68 do meio ambiente e dos recursos ambientais. Artigo 14º da Lei 21.972/2016.  
69 Desse modo, com o escopo de garantir a discussão sobre política ambiental no  
70 contexto governamental do Conselho de Política Ambiental, de modo a ampliar e  
71 aprofundar os debates, surgiu a adoção das reuniões sobre políticas ambientais,  
72 conforme abaixo se dispõe. Reuniões extraordinárias a cada dois meses da  
73 Câmara de Atividades Minerárias (CMI), com o objetivo de discutir políticas  
74 ambientais e preparar propostas de alterações nos decretos, deliberações e  
75 procedimentos internos referentes aos processos de licenciamento ambiental. Os  
76 temas podem ser propostos pelos conselheiros, e a ordem das discussões sobre  
77 os temas será objeto de votação entre os conselheiros. E que a primeira reunião  
78 a se realizar seja ainda em setembro de 2020. Certo da sua atenção, aproveito a  
79 oportunidade para renovar nossos protestos de estima e consideração.' Esse e-  
80 mail então foi enviado com cópia também para o Orsini, que me respondeu

81 dizendo textualmente: 'Caro amigo Julio, está muito interessante a sua  
82 proposição, entretanto, teremos que verificar junto aos colegas as referidas  
83 disponibilidades. Seguem alguns pontos que eu gostaria de comentar. Todos têm  
84 seus compromissos, e nós temos sido voluntários para esse desafio  
85 representando a nossa sociedade. Certamente que as reuniões extras para tratar  
86 de assuntos específicos e de interesse do setor serão bem-vindas. Nosso  
87 presidente Yuri, com o devido conhecimento do regulamento, deverá analisar com  
88 interesse essa proposição. Independentemente dessas tentativas, estaremos  
89 analisando a questão da AAI, Avaliação Ambiental Integrada, à luz de outros  
90 estudos já realizados e que, no meu modo de ver, deveriam atender aos Princípios  
91 do Equador e aos ODS. Tive muita experiência nesse assunto atuando como  
92 consultor da Croácia no programa de despoluição e balneabilidade da Costa  
93 Oriental do mar Adriático e praticando os Princípios do Equador, em que os  
94 estudos realizados consideram a questão ambiental integrada e estratégica, pois  
95 está voltada para o processo de constituição da qualidade das águas para  
96 propiciar o desenvolvimento econômico focado no turismo e no desenvolvimento  
97 territorial da área anterior palco da guerra. A consequência desse processo foi tão  
98 somente a Croácia ter mais de 5 milhões de turistas por ano para uma população  
99 de pouco mais de 4,6 milhões que deve receber mais turistas que o Brasil.  
100 Concluindo, meu caro Julio, existe também a possibilidade de integração da AAI  
101 com a AAE, avaliação ambiental estratégica, como elemento importante para o  
102 delineamento político, econômico e ambiental do setor mineral, mineração  
103 sustentável para o Estado de Minas Gerais e projetar esse modelo para outros  
104 Estados brasileiros. Um forte abraço.' A minha resposta, ainda por e-mail, foi:  
105 'Creio que as duas propostas não são excludentes já que a AAI poderia ser, por  
106 exemplo, o primeiro tema a ser discutido pelo conselho da CMI nas suas reuniões  
107 extraordinárias. Acho uma boa ideia começar por esse tema. Um grande abraço.'  
108 Então dessa forma eu gostaria de solicitar ao Yuri que coloque em votação essa  
109 proposta de moção ainda nesta reunião." Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
110 Trovão: "Conselheiro Julio, o senhor está corretíssimo. A sua proposição vai de  
111 encontro à do Dr. Orsini, tanto é que na sua proposição você fala para escolher  
112 os temas, e o Dr. Orsini já propôs a AAI. Eu queria só relatar em relação à  
113 proposição, eu estava até conversando aqui mais cedo, antes de iniciarmos a  
114 nossa reunião, em relação a essa moção, se já colocamos o que o senhor já  
115 propõe. Porque nós temos um artigo específico dentro do Regimento que fala  
116 sobre os Grupos de Trabalho. Como o senhor já leu a moção, vamos colocar logo  
117 em votação. E se possível já formamos o Grupo de Trabalho. Eu só vou ler aqui  
118 para os senhores o que está previsto no Regimento. Capítulo V do Regimento  
119 Interno, no artigo 42 tem a seguinte previsão: 'As estruturas colegiadas do  
120 COPAM poderão criar, com apoio da secretaria executiva, Grupos de Trabalho  
121 em caráter temporário para analisar, estudar e apresentar proposta sobre matéria  
122 de sua competência de forma não deliberativa. Os Grupos de Trabalho terão seus  
123 componentes, coordenador, cronograma e data de encerramento dos trabalhos

124 estabelecidos no ato da sua criação pelo secretário executivo do COPAM. Então  
125 neste momento a minha sugestão: vamos votar a moção. Sendo aprovada, já  
126 colhemos os nomes dos membros – aí os senhores fiquem à vontade –, de quem  
127 vai participar desse Grupo de Trabalho. E o Grupo de Trabalho, na realidade, esse  
128 sobre o qual eu acabei de ler aqui, em relação à deliberação, pode ser menor. É  
129 só mesmo para organizar. Como foi feito entre os e-mails do Julio e do Dr. Orsini,  
130 organizar os temas a serem levados para a deliberação. Aí nós chamamos quem  
131 de direito, algum especialista nas áreas, montamos uma pauta. E já fica a cargo  
132 da secretaria executiva marcar essas reuniões, agendar essas reuniões. Então a  
133 minha proposta é o seguinte: vamos votar neste momento a moção, já lida pelo  
134 Julio.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Senhor presidente, eu não queria  
135 que votássemos ainda, porque tem alguns pontos dessa proposta que eu gostaria  
136 de discutir também com o Conselho, antes de se colocar em votação.” Presidente  
137 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Você gostaria de discutir em relação à formação  
138 do Grupo de Trabalho ou à moção proposta?” Conselheira Denise Bernardes  
139 Couto: “O texto da moção, primeiramente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
140 Trovão: “Você tem condições de fazer isso ao final da nossa reunião, para darmos  
141 andamento?” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Não, porque, se votarmos a  
142 moção agora desse jeito... São proposições em relação a esse texto. Eu conversei  
143 com o Wagner, que hoje não está aqui, e ele me pediu também para poder trazer  
144 um pensamento que seja Fiemg e Sindieextra no que se refere a essa moção. Por  
145 isso que estou falando aqui agora.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “A  
146 proposição que eu fiz é o seguinte... Você está falando que tem ponderações a  
147 serem realizadas, e o Julio colocou a proposta dele. Eu estou perguntando: tem  
148 condições de fazermos isso ao final da reunião?” Conselheira Denise Bernardes  
149 Couto: “Votar a moção ao final da reunião, sim.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
150 Trovão: “Votar a moção, discutir, ao final desta reunião de hoje.” Conselheira  
151 Denise Bernardes Couto: “Tudo bem, não agora.” Presidente Yuri Rafael de  
152 Oliveira Trovão: “Podemos, então? Ok. Então eu vou fazer o seguinte  
153 encaminhamento: eu vou continuar com ‘Assuntos Gerais’, ‘Comunicados dos  
154 Conselheiros’, e ao final, depois de terminar os processos, voltamos a debater a  
155 moção proposta pelo Julio. E aí vemos se construímos um texto. Eu vou pedir ao  
156 pessoal da secretaria para jogar o texto da moção, ao final, aqui na tela, para  
157 podermos discutir e debater os pontos e equacionar essas questões. E  
158 posteriormente votamos a moção e estabelecemos esse Grupo de Trabalho. Está  
159 certo? Então vamos fazer dessa forma.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini  
160 Nunes de Lima: “A minha colocação neste momento, fora, evidentemente, a  
161 discussão que depois pode ter com relação a essa moção apresentada pelo Dr.  
162 Julio Grillo, é com relação a alguns processos que normalmente são colocados  
163 nas nossas agendas. Nós temos visto processos que são complicados,  
164 complexos, que exigem um trabalho de avaliação um pouco mais detalhado. Eu  
165 cito alguns deles, dos quais, inclusive, com muita razão, é solicitada vista. Então  
166 nós mesmos solicitamos vista quando temos dificuldade em entendê-los e o

167 tempo talvez de avaliação não foi o necessário. Mas hoje nós temos na nossa  
168 agenda um processo, o 13.1, da Vale, o Programa Coprodutos, que para mim é  
169 uma inovação dentro da área de mineração. Eu como engenheiro de minas e  
170 representante de uma Sociedade Mineira de Engenheiros pude levar isso aos  
171 meus colegas que transitam comigo nesse trabalho junto ao COPAM, tipo o Dr.  
172 Roberto Messias, ex-presidente do Ibama, outros amigos meus, como o Ronaldo  
173 Malard. Aqui também tem o nosso querido diretor do Ibama, Énio Brandão  
174 Fonseca. Então nós vemos o seguinte, que um projeto como esse colocado no  
175 item 13.1 é um projeto inovador. E eu digo mesmo, depois de uma avaliação que  
176 pudemos fazer com a própria Vale. A Vale se dispôs a fazer uma apresentação  
177 para nós, da qual participou, inclusive, o Julio Grillo, e eu sugerí, pelo menos, por  
178 uma questão de racionalidade, uma questão de consenso dos conselheiros,  
179 senhor presidente, eu queria concluir os meus colegas conselheiros a nós não  
180 pedirmos vista para esse processo, considerando a sua inovação, considerando  
181 uma nova modalidade em tratar a questão mineral em Minas Gerais. Então essas  
182 são as minhas palavras, eu deixo a critério de reflexão dos nossos caros colegas."

183 Conselheira Denise Bernardes Couto: "Falando sobre essa questão desse  
184 processo da Vale, apenas corroborar com as palavras do Orsini, uma vez que é  
185 realmente uma inovação no setor mineral. Pelo que pudemos avaliar aqui é  
186 justamente um processo que vai ao encontro do desejo até mesmo da própria  
187 sociedade, é uma das alternativas de acabar com as barragens de mineração."

188 Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: "Eu só queria dizer ao conselheiro  
189 Orsini que concordo com as palavras dele a respeito desse processo. Eu acho  
190 que é um processo extremamente importante, e por óbvio a Fiemg não pedirá  
191 vista desse processo, exceto, claro, se algum conselheiro não ouvir o seu apelo  
192 ou a sua consideração a respeito desse tema." Conselheiro Carlos Eduardo Orsini

193 Nunes de Lima: "Só aproveitando a palavra do Thiago, eu queria parabenizá-lo  
194 pelo título de mestrado que ele conseguiu nessa semana passada. Então eu  
195 desejo a ele muitas felicidades no trabalho dele. É um lutador, uma pessoa de alta  
196 competência. Meu caro Thiago, eu queria parabenizá-lo mais uma vez pelo seu  
197 mestrado." Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: "Eu ia deixar essa minha  
198 manifestação para o item 13.1, mas, já que foi abordado pela Sociedade Mineira  
199 de Engenheiros e pelo Sindieextra, e naturalmente pela Fiemg, que é quem na  
200 verdade deve ter colocado a questão, é o seguinte: para mim, esse tipo de  
201 iniciativa, de reaproveitamento de areia e agregados a partir dos rejeitos de  
202 mineração, é extremamente desejável. Em 2018, no Ibama, eu tive diversas  
203 conversas com representantes das minerações. Em todas elas, eu toquei nesse  
204 assunto de que já estava passando da hora de começar a ter um  
205 reaproveitamento dos agregados a partir do rejeito de mineração. Então é uma  
206 briga antiga minha. Eu acho que é uma forma de, ao longo do tempo, diminuir os  
207 rejeitos depositados nas barragens e criar uma alternativa econômica de longo  
208 prazo para a sociedade local. Ao meu ver, o ideal seria que as mineradoras  
209 montassem essas instalações, instalações como essa, próximo a todas as

210 grandes barragens de rejeito, e, após a instalação estar em operação normal,  
211 cedessem para uma cooperativa de moradores locais operar e lucrar com a venda  
212 de areia e agregados de rejeitos da mineração. Deveriam também buscar uma  
213 parceria com as administrações municipais de forma que a areia e agregados a  
214 serem consumidos pelos municípios viessem dos rejeitos depositados naquela  
215 região. Essa é uma iniciativa que, ao meu ver, sem uma análise muito mais  
216 profunda, mas que parece extremamente clara, é uma alternativa sustentável do  
217 ponto de vista da economia pública, da sociedade civil e do meio ambiente. Não  
218 tenho dúvida a respeito disso. Mas eu tenho um compromisso firmado com as  
219 ONGs de defesa do meio ambiente do Estado de Minas Gerais de sempre solicitar  
220 vista para que a sociedade local seja consultada. Sendo assim, eu solicitei às  
221 ONGs de defesa do meio ambiente a dispensa, para esse caso, do pedido de  
222 vista. É importante lembrar que a sociedade que mora próximo às minerações  
223 perdeu completamente a confiança nas promessas das mineradoras, em  
224 especial, nas promessas da Vale, e sempre gostariam de analisar se não tem  
225 nada sendo omitido ou falseado no processo de licenciamento. Vendo o terror que  
226 diversas comunidades em Barão de Cocais, Macacos, Brumadinho e outras estão  
227 passando, com as sociedades inseguras em relação ao seu presente e ao seu  
228 futuro, sendo divididas entre os que ganham alguma compensação que resolva o  
229 seu problema imediato, mesmo que com perdas claras, e os que acham que as  
230 compensações são insuficientes, eu comprehendo perfeitamente essa  
231 desconfiança. O Sr. Wilson Brumer, do Ibram, falou por diversas vezes em mudar  
232 o conceito que a sociedade mineira tem da mineração, mas o que temos visto a  
233 cada dia é a piora dessa imagem junto à sociedade mineira. Uma grande parte da  
234 sociedade com a qual eu convivo já acha que deveríamos parar definitivamente  
235 de minerar no nosso Estado. Deixo registrado que essa não é minha opinião. Eu  
236 acho que tem que reduzir e fazer de uma forma melhor, mas eu sou contra parar  
237 definitivamente de minerar. Mas essa é uma posição que hoje nos meios com os  
238 quais eu convivo já é predominante. Neste momento, pouca gente acredita na  
239 honestidade de propósitos das mineradoras e de seus representantes para com  
240 o meio ambiente e com as populações diretamente atingidas pela mineração. Por  
241 esse motivo, desconfiança sobre as reais intenções da Vale e sobre a  
242 documentação apresentada, as ONGs me solicitaram que mantivesse o meu  
243 compromisso de pedir vista. E, como eu tenho um compromisso firmado com as  
244 ONGs, mantendo o meu pedido de vista. Mas, mesmo para as ONGs, eu já me  
245 manifestei favoravelmente a esse tipo de empreendimento. O que elas vão buscar  
246 é saber se tem alguma outra coisa por trás, se tem alguma irregularidade.”  
247 Conselheira Denise Bernardes Couto: “Só, inicialmente, corroborar a fala, uma  
248 vez que esse tipo de empreendimento, tipo do processo, é de suma importância  
249 agora, no caso, para o setor, não só para o setor minerário, acho que até para a  
250 sociedade como um todo, uma vez que se está dando uma nova destinação a  
251 rejeito de mineração e tentando acabar com o problema, a questão das barragens.  
252 Então isso vai ao encontro do que todos querem. Então eu tenho que corroborar

253 muito as palavras do Orsini e concordar com ele no que ele manifestou aqui agora  
254 sobre esse projeto da Vale." Conselheiro José Angelo Paganini: "Eu acho o  
255 projeto muito interessante, e merece o reconhecimento de todos nós. O caminho  
256 é esse, aproveitamento e reciclagem de materiais para que a atividade seja mais  
257 sustentável. Entretanto, eu tenho algumas dúvidas e queria questionar o  
258 empreendedor. Nós vimos, com o rompimento da barragem de Fundão, o que  
259 aconteceu na bacia do rio Doce. As empresas garantem que o material que  
260 escoou para o rio é basicamente argila e sílica, sem a presença de metais  
261 pesados. Entretanto, a pesca está proibida até hoje no rio Doce, os estudos que  
262 são realizados indicam a presença de metais pesados no pescado, na água.  
263 Existe alegação de que isso é decorrência da composição do solo no Estado de  
264 Minas Gerais, o que tem um certo teor de verdade. A população de Barra Longa  
265 reclama de doenças de pele causadas pela poeira. Então tem uma série de  
266 problemas, uma série de coisas que ainda estão em discussão. Então o que eu  
267 queria saber, nesse caso específico, é se existe algum estudo que mostre a real  
268 possibilidade de se utilizar esse material no fim que era proposto. Porque no que  
269 se apresenta para nossa consideração não se fala nada a respeito. Foi analisado  
270 esse material, existe estudo a esse respeito? E também uma questão do  
271 transporte desse material, que é previsto por vias férreas. Hoje um incômodo  
272 maior para quem mora nas proximidades da linha da ferrovia é o material  
273 particulado decorrente do transporte de minério. Então seria interessante também  
274 um esclarecimento sobre a questão. O que eu tinha que falar era basicamente  
275 isso. E eu queria me desculpar porque não pude participar da reunião com o  
276 empreendedor. Talvez ali ele me esclarecesse essas dúvidas." Presidente Yuri  
277 Rafael de Oliveira Trovão: "Eu já solicito ao empreendedor. O conselheiro Julio já  
278 disse que vai pedir vista desse processo. Então sai de pauta, e não teríamos mais  
279 discussão sobre esse ponto. Mas o empreendedor, tendo ciência das dúvidas do  
280 José Angelo, que traga na próxima reunião também essas questões. A não ser  
281 que o José Angelo também queira pedir vista em conjunto em relação a esse  
282 ponto." Salvio Caiafa/Representante da sociedade civil: "Eu gostaria de agradecer  
283 a todos, ao presidente Yuri, aos demais conselheiros, a todos que participam  
284 desta união e gostaria de pegar um gancho no que o Julio disse sobre promessas  
285 de mineradoras, que é o que eu passo aqui em Congonhas. Meu nome é Salvio  
286 Caiafa, eu falo pela sociedade civil organizada, e nós temos um terreno vizinho à  
287 CSN aqui em Congonhas, onde em 19 de abril de 2019 desceram milhões de  
288 toneladas de rejeito nesse terreno. A CSN se propôs a resolver o problema, nós  
289 pedimos a ela um projeto de como seria feito isso; ela não apresentou. Nós  
290 tivemos que fazer um diagnóstico ambiental do problema, e chegou-se à  
291 conclusão de um crime ambiental gravíssimo que a CSN fez aqui em Congonhas,  
292 no nosso terreno, na plataforma. E pegando o que o Julio disse de promessas nós  
293 estamos até hoje esperando as promessas da CSN, nada foi regularizado. Houve  
294 o interesse da compra do terreno pela CSN, na época, e o valor que eles  
295 ofereceram era completamente irrisório. Ou seja, eles estragam o seu terreno, te

296 causam um prejuízo e ainda querem levar vantagem sobre isso. Porque nós já  
297 temos o problema de estarmos debaixo da barragem. Nós estamos debaixo da  
298 barragem da CSN, que é enorme, perto de vários bairros aqui na cidade. E além  
299 de estarmos debaixo da barragem nós também sofremos com isso, a entrada de  
300 rejeitos. É a segunda vez que a CSN joga rejeito no nosso terreno. Então nós  
301 estamos lá com teor de ferro altíssimo na água, o rejeito chegou perto da sede, e  
302 a CSN não informa, não te fala. 'Nós estamos em área de impacto ambiental, o  
303 que vocês podem fazer por nós?' Não existe nada, não existe um retorno concreto  
304 da CSN. Então é isso, a minha indignação. E falar que é uma das piores  
305 experiências que a pessoa, um sitiante, um produtor rural podem vivenciar, é ser  
306 vizinho de mineradora e, principalmente, da Companhia Siderúrgica Nacional.  
307 Porque ela polui e fica só no âmbito das promessas, solução nenhuma. É isso  
308 que eu gostaria de falar, e agradecer a vocês por me ouvirem aqui nesta reunião."

309 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Eu só quero salientar, conselheiros,  
310 como de praxe, que nós estamos em um processo dialético, em que temos as  
311 nossas, as contraposições àquilo que acreditamos ou àquilo que representamos  
312 em relação ao órgão, e tentamos chegar a uma conclusão, sempre pela maioria  
313 dos votos. Então não há uma unanimidade. E sempre o que eu digo aqui é que  
314 nós devemos respeitar a ideia e a função que cada conselheiro exerce aqui dentro  
315 do COPAM. Ou seja, se for pedir vista, que peça vista, e todos devemos respeitar  
316 o pedido de vista. Assim como também devemos respeitar aqueles que entendem  
317 que a vista às vezes é protelatória, que não deveria ser pedida. A questão toda  
318 se resume ao respeito que nós temos que ter de um conselheiro para o outro." **4)**  
319 **EXAME DA ATA DA 62<sup>a</sup> REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 62<sup>a</sup>  
320 reunião da Câmara de Atividades Minerárias, realizada em 31 de julho de 2020,  
321 com as seguintes alterações: – Linha 2.012, onde está escrito "inseguro", leia-se  
322 "seguro"; – Linha 2.270, onde está escrito "olha", leia-se "olhe"; – Linha 2.360,  
323 substituir "9%" por "5%"; – Linha 487, onde está escrito "com o restabelecimento",  
324 substituir por "até o restabelecimento"; – Linha 1.620, onde está escrito "ou feitos  
325 de forma isolada", substituir a palavra "ou" por uma vírgula; – Linha 1.738,  
326 substituir a palavra "áreas" por "água". Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese,  
327 Codemig, Ibama, Sindieextra, Fiemg, Relictos, ProMutuca, SME e Abes.  
328 Abstenção: ANM. Justificativa de abstenção. Conselheiro Luiz Henrique Passos  
329 Rezende: "Eu vou pedir abstenção, porque fui convocado às pressas e não pude  
330 avaliar a ata." **5) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA**  
331 **PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO.** **5.1)** Nexa  
332 Recursos Minerais S/A. Projeto Bonsucesso. Lavra subterrânea, exceto  
333 pegmatitos e gemas. Paracatu/MG. PA 09657/2018/001/2018, ANM: 831.287/2015. **Classe 6. Apresentação: Supram Noroeste. Retorno de vista: ProMutuca, SME, Sindieextra e Relictos.** Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: "Apesar de estar como condicionante, eu acho que o Parecer Único só deveria vir para deliberação da Câmara de Atividades Minerárias após ter anuência do lepha, não é só colocar como condicionante, pois nós podemos descobrir muito tarde

que esse condicionante não foi cumprido. Então eu acho que, antes de vir para deliberação da CMI, nós já deveríamos ter essas anuências. Da mesma forma, creio que sempre deveríamos aguardar as outorgas estarem 100% concedidas antes de fazer um Parecer Único para deliberação da Câmara de Atividades Minerárias, mesmo no caso de deliberação sobre Licença de Instalação. Então são duas recomendações que eu faço, porque incidem sobre esse item. Apresento também uma dúvida. Na apresentação que foi feita para os conselheiros, a Nexa falou em barragem para os rejeitos, com movimentações do tipo tira e põe. O PU não fala nada disso. Então fica uma pergunta: nós temos ou não temos barragem de rejeito nesse empreendimento? Eu vou citar um problema que é grave. Não só, não apenas, neste caso, mas em diversos outros. Isso o Estado foi deixando acontecer ao longo do tempo e virou uma prática, mas é uma prática que provoca acidentes, desastres, poluição, uma coisa com que eu não concordo. É o seguinte. O minério ali vai ser transportado por 50 km pelo sistema viário público. Isso pode ter acidente, desastre e poluição, gera prejuízo à economia pública, que ficará com a manutenção desse sistema viário, e coloca as vidas dos usuários desse sistema viário público em risco. Isso é inadmissível, eu não concordo. E não é por que eu não concordo exclusivamente com esse problema na Nexa. Eu não vou concordar com outras propostas que apareçam com a movimentação do transporte de minério pelo sistema viário público, as minerações têm que enfrentar o seu problema de transporte sem usar o sistema viário público, pois isso significa transferência de recursos da economia pública para o empreendedor, enquanto o Estado não tem tido condições mínimas de investir em infraestrutura viária pública. Nós temos visto isso. Rebaixamento em 150 m aguardando outorga? E nós vamos deliberar sobre isso? Acho que não pode ser assim, isso deveria aguardar para entrar em pauta, aguarda a ter outorga e depois entra em pauta. No Parecer Único, aí literalmente: 'Após audiência do dia 24/4, o Movimento Todos em Defesa da Vida, composto por moradores do povoado de Lagoa de Santo Antônio, Cunha, Machadinho e Santa Rita, protocolou um abaixo-assinado contra a instalação do empreendimento alegando que o empreendimento poderá causar prejuízos ao abastecimento de água das comunidades. Em 23/8 (quatro meses depois), a empresa Nexa protocolou a resposta ao ofício citado, incluindo o modelo hidrológico em regime transiente elaborado pela empresa MDGeo. Tais estudos foram analisados pela equipe da Supram NOR, com suporte da analista ambiental Adriana de Jesus Felipe, da Diretoria de Apoio Técnico e Normativo. Após análise, a equipe técnica concluiu que as informações prestadas pela empresa, assim como os impactos e medidas mitigadoras propostas, resultaram ser suficientes para conclusão da viabilidade do projeto. Ressalta-se que os questionamentos realizados pelas comunidades que se manifestaram contra a instalação do empreendimento, por temer prejuízo na disponibilidade hídrica da região, foram contemplados nos estudos. Como também foram propostas medidas mitigadoras, como a reposição de vazões, armazenamento e reaproveitamento da água da chuva.' A comunidade, como se

382 pode verificar no parecer de vista que nós entregamos, não ficou convencida  
383 disso, nem um pouco convencida. O último item, pilha. O Parecer Único, quando  
384 cita uma pilha, tem que citar todas as características da pilha. Essa pilha é de  
385 quantos metros, qual é a altura de cada uma das pilhas que vão ser feitas? 2.11,  
386 literalmente: 'Pilha de estéril. Conforme consta no projeto conceitual das pilhas, a  
387 pilha de estéril Norte terá volume de 304.000 m<sup>3</sup>, com leira de proteção de 5,7 m  
388 de largura e 2,25 m de altura. Comportará um volume de 5 milhões m<sup>3</sup>. 'A pilha  
389 terá comprimento de 234,45 metros e largura de 107,82 metros.' Mas não fala  
390 qual é a altura. 'A Pilha de Estéril Sul comportará um volume de 304.024,55 m<sup>3</sup>,  
391 com leira de proteção de 5,7 metros de largura e 2.25 metros de altura e volume  
392 de 5.385,30 m<sup>3</sup>. A pilha terá comprimento de 234,45 metros e largura de 107,84  
393 metros...' Pela leitura do PU, nós não conseguimos saber a altura das pilhas e  
394 como – o que é mais importante – essas pilhas serão cuidadas durante a  
395 implantação e a operação, quais são os riscos e o potencial de dano dessas  
396 pilhas. É aquele negócio, a Usiminas, eu acho que há duas reuniões, nos deu um  
397 bom exemplo de como tratar pilha de estéril, deixou todas as coisas claras. Eu  
398 acho que toda vez que tiver uma pilha de rejeito, pilha de estéril, nós temos que  
399 conhecer um pouco mais de detalhe, um pouco mais das características da pilha  
400 para que possamos deliberar conscientemente. Mas, de qualquer forma,  
401 considerando as observações acima, que eu falei agora, e as apresentadas pelas  
402 ONGs de defesa do meio ambiente, que constam no nosso parecer de vista, o  
403 voto da ProMutuca é pelo indeferimento." Conselheiro Carlos Eduardo Orsini  
404 Nunes de Lima: "Eu analisei, juntamente com a Fiemg e o Sindieextra, esse  
405 processo e gostaria, inclusive, depois, das complementações tanto da Denise  
406 quanto do Thiago, mas coloco alguns aspectos que acho importante,  
407 considerando as avaliações feitas. Primeiramente, nós entendemos que uma  
408 mineração subterrânea minimiza e racionaliza o manuseio de material estéril e  
409 evita grandes processos erosivos superficiais, como geração de passivos em  
410 áreas degradadas e outros inconvenientes decorrentes. Eu sou favorável à  
411 mineração subterrânea por esses motivos e outros mais, exatamente de  
412 racionalidade de processos. Os principais pontos que nós avaliamos, eu só vou  
413 citar, para não tecer grandes comentários. Primeiro a questão da utilização da  
414 água de processo. O empreendimento possui já outorga para essa pesquisa  
415 hidrológica, com validade de dois anos, até 530 m<sup>3</sup>/h. A questão da intervenção  
416 em vegetação. Será necessária intervenção em APP, sem supressão de  
417 vegetação e corte de 535 árvores isoladas. Também cumpriu, através do PTRF,  
418 a finalidade de realizar a compensação pela intervenção em APPs. Quanto ao  
419 comportamento hidrogeológico, nós nos detivemos com mais ênfase nessas  
420 nossas avaliações, e a dinâmica é a chamada dinâmica transiente. E um detalhe  
421 que ficou para nós claro é que eles terão uma compensação das vazões tanto dos  
422 ribeirões São Pedro como Santa Rita, considerando que a empresa Nexa, antiga  
423 Votorantim, tem um controle razoável de todas essas razões desses córregos,  
424 isso feito com monitoria integrada. Por fim, sobre os aspectos espeleológicos

425 também não vimos nenhum problema e da drenagem ácida, que talvez isso  
426 poderia ocasionar uma interpretação um pouco mais contundente. Essas  
427 atividades envolvem uma escavação em rochas que possuem minerais  
428 sulfetados, e a mineração novamente acelera esse processo de oxidação dos  
429 sulfetos. Nós verificamos, através dos ensaios que continuaram sendo feitos pela  
430 empresa, que esse problema não vai ocorrer. Pelo menos nós vemos como  
431 potencial não ocorrência desse tipo de problema. Avaliamos também as questões  
432 dos meios biótico e socioeconômico, sem nenhum problema, acompanhando  
433 perfeitamente o próprio relatório da Supram. Medidas mitigadoras também sem  
434 problema. E por fim os condicionantes também, que concordamos com aqueles  
435 colocados no relatório da Supram. A conclusão nossa é pelo deferimento da  
436 licença concomitante com a Licença de Instalação.” Conselheira Denise  
437 Bernardes Couto: “Só corroborando mesmo, o parecer de vista é pelo  
438 deferimento, de acordo com o disposto no parecer da Supram e com essas  
439 colocações do Orsini, que foram técnicas e muito bem colocadas.” Conselheiro  
440 Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Só uma correção muito rápida, porque a Fiemp não  
441 pediu vista ao processo. Só para fazer essa correção, porque o conselheiro Orsini  
442 mencionou sobre o nosso pedido de vista, mas nesse item não pedimos.”  
443 Conselheiro José Angelo Paganini: “O parecer de vista foi disponibilizado para  
444 todos, então não vou lê-lo integralmente e vou só colocar alguns tópicos. Primeiro,  
445 começaria com a disponibilização dos documentos para análise. Foi  
446 disponibilizado para análise um documento com 3.786 páginas. Como já  
447 vínhamos falando muitas vezes, a qualidade de imagem desses materiais  
448 digitalizados, borrados, sem definição, dificulta a análise do material  
449 disponibilizado. Isso eu acho que não pode acontecer, e a SEMAD deveria tomar  
450 uma providência para que se melhore isso e facilite a nossa análise dos  
451 processos. Outro ponto é ausência de outorga para rebaixamento de lençol  
452 freático. O Parecer Único, na página 2, informa que durante a fase de implantação  
453 do empreendimento o rebaixamento do lençol freático será feito com uma outorga  
454 existente para pesquisa hidrológica. Essa questão é problemática porque se vai  
455 implantar um procedimento que no futuro não se vai ter a certeza de que vai ser  
456 concedida a outorga para esse rebaixamento. O Comitês da Bacia do Rio  
457 Paracatu se manifestou a esse respeito, o Movimento Verde de Paracatu também.  
458 Outro ponto é a avaliação dos impactos ambientais. O Relatório de Impactos  
459 Ambientais, na página 898, cita a necessidade de se fazer uma avaliação dos  
460 impactos cumulativos do empreendimento, do complexo mineral, fato que, no  
461 nosso entender, é positivo. O processo de avaliação dos impactos que é  
462 apresentado utiliza várias tabelas, criando um sistema de avaliação e uma  
463 possibilidade de controle mais efetivo desses impactos. Entretanto, isso é feito  
464 avaliando somente os macroimpactos, sendo que se deveriam avaliar todos os  
465 impactos cuja somatória vai constituir esses macroimpactos, para facilitar o  
466 controle, que pode advir de medidas diferentes. As tabelas constantes no EIA-  
467 Rima apresentadas a seguir resumem essa avaliação. Nelas eu não consegui

468 verificar como foi feita a avaliação dos impactos causados pelo tratamento de  
469 minério que será efetuado em instalações de outro projeto da Nexa, projeto esse  
470 já licenciado. Seria necessário que tivesse uma avaliação disso. O projeto lá está  
471 licenciado, mas esse projeto vai mandar material para lá, que será tratado na  
472 estação de tratamento de minério desse empreendimento, e não se fala nada,  
473 não se avalia nada, o impacto pode ser modificado. Então precisaria ter uma  
474 avaliação mais conjunta disso. A seguir, apresenta um mapa na página 23 do  
475 Parecer Único, onde existe a indicação de uma área conhecida como de  
476 autossalvamento. Não identificamos nenhuma análise de que a disposição de  
477 rejeitos será efetuada em uma barragem de minério nem a existência de um plano  
478 de atendimento a emergências ambientais decorrentes de eventual colapso da  
479 barragem de rejeitos. Esse e outros impactos sinérgicos e cumulativos deverão  
480 ser analisados no âmbito do licenciamento do Projeto Bonsucesso, na parte de  
481 influência do rebaixamento na disponibilidade hídrica. Na página 14 do Parecer  
482 Único, explica como será efetuada a drenagem da mina subterrânea. Na página  
483 15, informa que os efluentes industriais tratados e as águas de bombeamento  
484 para rebaixamento serão descartadas nos ribeirões Santa Rita e São Pedro e que  
485 será executado um monitoramento antes da reunião das águas para garantir a  
486 eficiência do tratamento, pois a legislação proíbe a diluição em água de melhor  
487 qualidade dos efluentes tratados antes do seu descarte. Já na página 18 do  
488 Parecer Único descreve a Influência do Rebaixamento na Disponibilidade Hídrica  
489 nos cursos hídricos superficiais, como os ribeirões São Pedro e Santa Rita, nas  
490 lagoas e nos poços de usuários do entorno do empreendimento, obtida por meio  
491 de uma simulação efetuada por um modelo que utilizou os dados disponíveis no  
492 momento. Esses resultados podem ser alterados à medida que o sistema de  
493 rebaixamento é implantado, o que torna necessária uma atualização frequente  
494 com novos dados obtidos pelo monitoramento efetuado, à medida que o projeto  
495 for sendo implantado. Informa também, na página 20 do Parecer Único, que nas  
496 lagoas perenes e intermitentes e nas surgências naturais na área de influência do  
497 rebaixamento é possível o secamento desses corpos hídricos. Então já admite  
498 que esse rebaixamento pode causar secamento de nascentes e lagoas. Na  
499 página 49 do Parecer Único informa que o rebaixamento do lençol freático na  
500 implantação e operação do empreendimento poderá afetar as surgências que  
501 ocorrem no entorno do empreendimento. Na página 50 informa as medidas  
502 mitigadoras que serão adotadas. Eu não vou citá-las todas aqui. O Parecer Único  
503 também apresenta uma condicionante, sugerida na página 58, a condicionante  
504 12, que pede a apresentação de um plano de desaguamento da mina, mas não  
505 cita a necessidade de se incluir nesse plano as surgências naturais nem nos  
506 poços dos usuários no entorno do empreendimento. Eu não vou ler a  
507 condicionante. A parte de contribuição da sociedade civil. Ciente da preocupação  
508 da sociedade civil com um grande rebaixamento do lençol freático necessário para  
509 a operação da mina Bonsucesso, em uma região de conflito pelo uso da água,  
510 onde o consumo de água é muito grande, e da necessidade de se manter o uso

511 múltiplo da água, solicitamos parecer do Movimento Verde de Paracatu e também  
512 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu. O Comitê da Bacia Hidrográfica  
513 do Rio Paracatu realizou uma reunião em 11 de agosto e fez a seguinte  
514 manifestação sobre o projeto: 'Após a explanação, os conselheiros da  
515 CTOC/CBH-Paracatu e participantes se mostraram preocupados com o  
516 rebaixamento do lençol freático, o que pode ocasionar problemas futuros em  
517 relação à quantidade de água disponível. Foi mostrado que o projeto poderá afetar  
518 as vazões dos ribeirões Santa Rita e São Pedro, bacias em áreas de conflitos pelo  
519 uso dos recursos hídricos, onde existe um grande número de irrigantes e de  
520 assentados de reforma agrária. Outra preocupação ocorrida foi em relação a  
521 outorga do empreendimento ser concedida somente após a instalação do mesmo.  
522 O que poderá acontecer caso essa outorga não seja aprovada e concedida pelo  
523 comitê na época?' A seguir, nós transcrevemos na íntegra o parecer do  
524 Movimento Verde de Paracatu, mas não vamos lê-lo na íntegra. Eles entendem  
525 que o principal dificultador da operação do empreendimento é o rebaixamento do  
526 lençol freático e que o fato de se conceder Licença de Instalação para o  
527 empreendimento que nem sequer tem autorização para realizar o rebaixamento  
528 do lençol freático é uma irresponsabilidade. Sugerem que neste momento seja  
529 feita uma baixa em diligência desse processo e que se retifique o FCE para que  
530 se conceda somente a Licença Prévia. 'Assim, após os trâmites dos processos,  
531 avaliaremos a concessão da Licença de Instalação'. E 'agindo pelo princípio da  
532 precaução' eles sugere que o COPAM conceda somente a Licença Prévia. Caso  
533 não seja possível a baixa em diligência, eles sugerem o indeferimento. Aí nós  
534 concluímos: 'Diante do exposto, considerando os aspectos analisados acima e a  
535 manifestação da sociedade civil local, em especial em relação a: falta do  
536 documento de outorga aprovado pelo CBH Paracatu aprovando o rebaixamento  
537 do lençol freático com as devidas condicionantes a serem impostas; a não  
538 inclusão dos poços de usuários e das insurgências naturais do entorno do  
539 empreendimento nos estudos complementares que serão realizados para a  
540 definição de como será a reposição das vazões prejudicadas pelo rebaixamento;  
541 a falta de análise e avaliação dos impactos provenientes da estação de tratamento  
542 de minério; a utilização de barragem de rejeitos para disposição da lama do  
543 tratamento de minério. Solicitamos a retirada de pauta do processo até que as  
544 considerações acima sejam levadas em conta e o processo esteja devidamente  
545 instruído. Caso não seja possível a retirada de pauta, sugerimos a modificação da  
546 condicionante 12. Incluir as surgências naturais e poços de usuários. Ficaria com  
547 a seguinte redação: 'Apresentar plano de desaguamento da mina, contemplando  
548 as vazões destinadas aos cursos d'água com as novas proporções (ribeirões São  
549 Pedro e Santa Rita), bem como a reposição em surgências naturais, poços de  
550 usuários e lagoas que por ventura sejam afetados pelo rebaixamento através do  
551 secamento das mesmas, de forma a atender e suprir as demandas mapeadas  
552 durante a realização dos trabalhos de pesquisa e, consequentemente, nas  
553 simulações do modelo hidrogeológico'. É o nosso parecer." Presidente Yuri Rafael

554 de Oliveira Trovão: “Como os senhores sabem, em relação a todos os processos  
555 em que é solicitada ou a diligência ou a baixa em diligência ou a retirada de pauta,  
556 eu primeiro escuto a equipe que fez a análise do processo para ver se é possível  
557 sanar aquelas dúvidas, aquelas questões levantadas. Então já solicito de antemão  
558 à equipe da Noroeste, no momento da sua manifestação, ou se possível, Ricardo,  
559 a sua manifestação agora, tendo em vista que todos os pareceres foram  
560 disponibilizados a tempo e modo, sobre a pertinência ou não, para subsidiar  
561 minha decisão da permanência do processo em pauta. Se é possível esclarecer  
562 esses pontos, sobretudo, o que o José Angelo requisita mais aqui em relação ao  
563 deferimento do processo sem ter o rebaixamento aprovado. E tem outros pontos  
564 aqui que foram colocados pelo Julio em relação se realmente existe a barragem  
565 rejeito, em relação às pilhas, o tamanho, a altura e quais os cuidados em relação  
566 à outorga de rebaixamento, os impactos sinérgicos que podem ocorrer. Todas as  
567 questões foram levantadas nos pareceres de vista.” Conselheiro Julio Cesar Dutra  
568 Grillo: “Já que ele vai responder, falar também sobre essa questão de 50 km de  
569 transporte do minério se utilizando o sistema viário público. Essa é uma grande  
570 preocupação.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, Julio, mas antes  
571 de adentrarmos ao mérito eu quero só que o Ricardo me subsidie na decisão de  
572 manter o processo em pauta. Ou seja, retirar o processo de pauta há necessidade,  
573 vai voltar com parecer diferente ou complementação ou todas essas dúvidas  
574 podem ser sanadas agora no momento da reunião tanto pelo empreendedor  
575 quanto pela equipe da Noroeste?” Ricardo Barreto Silva/Supram Noroeste: “Nós  
576 estamos aqui – eu e minha equipe – prontos para esclarecer todos os pontos  
577 abordados. Primeiro, eu vou explicar sobre o empreendimento, o Projeto  
578 Bonsucesso, da Nexa.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Qual vai ser o  
579 nosso procedimento? Eu vou voltar novamente para o Conselho, escutar os  
580 inscritos e voltar a você para entrar no mérito de todos os debates. Agora neste  
581 momento, eu só quero que você me subsidie da seguinte forma. Os temas  
582 levantados, é possível serem esclarecidos no decorrer dos debates por vocês?  
583 Porque aí eu vou manter o processo.” Ricardo Barreto Silva/Supram Noroeste:  
584 “Eu e minha equipe estamos aqui para esclarecer todos os pontos levantados.”  
585 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Então você entende pela  
586 pertinência do processo em pauta.” Ricardo Barreto Silva/Supram Noroeste:  
587 “Exatamente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então até o momento  
588 eu vou manter o processo em pauta, tendo em vista a manifestação do diretor  
589 técnico do Noroeste. Nós vamos debater. Obviamente, ele anotou todos os  
590 pontos, tanto do José Angelo quanto do Julio. Eu vou voltar para os conselheiros,  
591 para as manifestações e destaque. Aí passo para os inscritos e, por fim, aos  
592 representantes da equipe da Supram Noroeste.” Conselheira Maria Eugênia  
593 Monteiro: “Na verdade, são alguns esclarecimentos em relação até a resposta da  
594 equipe da Supram. Primeiro seria, efetivamente, em relação às pilhas de estéril.  
595 Na página 15, eu estou entendendo que houve um erro talvez de digitação, não  
596 sei, porque as duas pilhas – tanto a pilha Norte quanto a pilha de estéril Sul –, a

597 descrição delas está absolutamente idêntica, a não ser por uma diferença muito  
598 pequeninha. Então eu gostaria que isso fosse esclarecido. Mas eu imaginava  
599 que isso vai ser feito na fala do diretor técnico. A outra consideração, eu tive  
600 algumas preocupações até muito em relação ao que o conselheiro Julio  
601 comentou, em relação a barragem de rejeitos. Mas o que eu entendi foi o seguinte.  
602 O que está sendo licenciado hoje seria exatamente a lavra, no caso de  
603 Bonsucesso. E o beneficiamento, inclusive, nisso eu tive uma dúvida, mas depois  
604 observei bem. Os itens aqui a serem licenciados seriam a lavra subterrânea, o  
605 que está sendo discutido; a unidade de tratamento de minerais com tratamento a  
606 seco; as pilhas de estéril e rejeito; e a estação de tratamento de esgoto. No caso  
607 da unidade de tratamento, eu achei até que tivesse com erro, mas depois entendi  
608 que, no caso, o que está sendo referido no Parecer Único se atém,  
609 especificamente, ao que vai ser feito na unidade Bonsucesso. Ou seja, já se  
610 considera que o processamento, nesse caso, que vai constar acho que só de uma  
611 britagem e peneiramento – se estou me recordando bem –, e realmente nessa  
612 unidade vai ser feito só isso. Agora, efetivamente, ao longo do parecer são  
613 colocadas algumas considerações em relação à própria barragem de rejeito.  
614 Então eu fiquei na dúvida, porque estou entendendo que são duas unidades  
615 diferentes. Estamos licenciando aqui, é o objeto de licenciamento a unidade de  
616 Bonsucesso. A unidade de Morro Agudo, onde esse beneficiamento vai ser feito  
617 e onde eu entendo que esteja posicionada a barragem, é uma outra unidade, que  
618 não é objeto de licenciamento. Nesse sentido, eu também tenho uma  
619 consideração, que eu acho que poderia ser esclarecida, porque ao longo do  
620 parecer se comenta que não vai haver alteração em termos de produção, não vai  
621 haver alteração no caso de Morro Agudo. Então eu acho que isso também é um  
622 ponto que eu gostaria de saber. Enfim, eu acho que é isso que poderia ser  
623 explicado pela equipe da Supram." Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de  
624 Lima: "Em função exatamente do que já foi falado, tanto pelo nosso colega Julio  
625 Grillo, o José Angelo e agora a Maria Eugênia, eu acho que realmente seriam  
626 interessantes as observações da Supram Noroeste e também do empreendedor,  
627 que pudessem prestar esclarecimentos com relação a dois pontos que eu acho  
628 fundamentais: a questão do rebaixamento do lençol freático, porque isso tira uma  
629 série de dúvidas do próprio José Angelo e do Julio Grillo, como também a questão  
630 da barragem de rejeitos. É uma barragem que já está licenciada e não é motivo  
631 de discussão neste momento. São esses dois pontos que eu queria salientar."  
632 Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira: "Eu li o parecer e tinha ficado com uma  
633 dúvida com relação às detonações, até pelo fato de não entender como é feita a  
634 detonação subterrânea. Eu não sou engenheiro de minas, e acho que o parecer  
635 talvez não deva perder tempo explicando, mas as pessoas que não são da área  
636 têm que entender também. E depois eu vi aqui que tem o plano de mitigação de  
637 vibrações. Essas vibrações são consideradas muito do ponto de vista ambiental.  
638 Eu queria saber se o empreendedor poderia falar com relação a detonação  
639 subterrânea, quais são os cuidados, se isso não pode comprometer a geotecnia

640 também. É feito um plano de geotecnia aqui, mas eu queria que ele desse uma  
641 explicação um pouco melhor sobre isso." Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: "A  
642 questão de rebaixamento de lençol freático e todas as suas implicações, a falta  
643 de termos uma outorga, um monte de coisa feito essas, está muito claro isso, eu  
644 aguardo a explicação da Supram Noroeste. Mas tem um ponto ao qual as pessoas  
645 estão dando pouca importância e que para mim é extremamente importante.  
646 Notem uma coisa, eu tento sempre olhar para essas propostas, para esses  
647 pareceres, a partir do desenvolvimento sustentável. E eu acho que utilizar o  
648 sistema viário público para o transporte de minérios é absolutamente  
649 insustentável. Do ponto de vista da economia pública, significa praticamente uma  
650 transferência de recurso público para um empresário. Quer dizer, as custas, quem  
651 vai bancar isso é a sociedade. Então eu acho que, conceitualmente, nós não  
652 poderíamos mais admitir daqui para frente esse tipo de situação. Eu não quero  
653 ser descortês agora com a Secretaria de Desenvolvimento, mas eu gostaria que  
654 a Secretaria de Desenvolvimento refletisse a respeito da sustentabilidade de  
655 determinadas propostas. Por exemplo, o governo não tem dinheiro para aplicar  
656 em infraestrutura viária, isso está claro há muitos anos. O governo não tem  
657 dinheiro. E pega a pouca infraestrutura viária que tem e entrega para o  
658 empreendedor privado transformar aquilo em lucro? Gente, isso não é  
659 sustentável. Então eu gostaria que as Secretarias raciocinassem um pouco em  
660 cima de sustentabilidade, porque esse não é um caso único. Nós estivemos,  
661 recentemente, aqui, falando sobre aquele negócio acho que da Gerdau, que  
662 transportava, por mais de 40 km, utilizando a BR-040. Quer dizer, eu acho que  
663 isso não tem cabimento." Rafael Ribeiro/Nexa Recursos Minerais S/A: "Deixar  
664 bem claro que o Projeto Bonsucesso é um projeto que contempla somente uma  
665 extração, uma mina subterrânea, o print ambiental é bastante reduzido quando  
666 comparado a um print de uma mina a céu aberto. Então está realmente distante  
667 60 km da unidade onde será tratada esse minério, que é uma outra unidade da  
668 Nexa, que a unidade de Morro Agudo, que possui todos os licenciamentos. Não  
669 estamos aqui solicitando uma licença ambiental de uma barragem de rejeitos, pois  
670 a mesma já existe dentro do empreendimento hoje, em operação, da mina de  
671 Morro Agudo. As barragens que possuímos possuem todos os seus  
672 licenciamentos, Agência Nacional de Mineração, validado e inspecionado. Uma  
673 outra preocupação que foi levantada, com relação ao impacto e qualidade desse  
674 rejeito. Esse minério não terá nenhum tipo de impacto, ainda mais com a  
675 vantagem que temos atualmente que é a geração de resíduo zero. Ou seja, todo  
676 esse resíduo hoje que está contido nas barragens é um produto já certificado pelo  
677 Ministério da Agricultura, e hoje nós fazemos todo o fornecimento desse pó  
678 calcário agrícola para a região de Paracatu, já realizamos a análise, e esse  
679 material vai continuar sendo fornecido, ou seja, melhorando ainda a  
680 sustentabilidade desse material, desse produto. Como bem colocado, será  
681 somente licenciado para Bonsucesso uma unidade de britagem e peneiramento  
682 e a extração, e, posteriormente, será feito esse transporte por caminhão. Nessa

683 análise, foram estudadas três rotas, e essa rota selecionada foi a que menos  
684 gerou impacto, tanto ambiental quanto social. Então só respondendo à questão  
685 do Julio. Outras formas tornariam inviável o empreendimento, tal como a  
686 implementação de uma correia transportadora. Com relação a pilha de estéril, a  
687 dinâmica de uma pilha de estéril é um pouco diferente da dinâmica de céu aberto,  
688 não é uma pilha de estéril que vai ficar por toda a vida. No nosso método de lavra,  
689 inclusive, esse material estéril retorna para dentro da mina. Então ao final da  
690 extração esse estéril vai estar na mina, não vai ter uma pilha de estéril ao final da  
691 lavra. Então é somente uma pilha temporária, e vai ter todo um programa de  
692 acompanhamento e monitoramento também. São rochas, um material  
693 completamente diferente. Um outro que foi colocado, com relação às detonações.  
694 As detonações ocorrem no subsolo. Como hoje nós temos uma unidade de Morro  
695 Agudo, essa vibração não é praticamente sentida em superfície, mesmo assim  
696 nós temos todo um programa colocado também de monitoramento de vibrações  
697 durante a fase de abertura da mina, para justamente ter esse tipo de controle e  
698 mostrar que esse impacto em superfície é praticamente inexistente. Então vai  
699 sobre uma malha, é uma rocha bastante consistente, nós temos total segurança.  
700 Em termos das análises que foram realizadas, não terá riscos geotécnicos, de  
701 desabamento, em função das detonações. Então isso está bastante seguro e tudo  
702 muito controlado, em função do que nós já temos de operações subterrâneas já  
703 de longa data na região, e conhecemos bem o tipo de rocha que temos por lá.  
704 Outro ponto bem comentado é a questão do rebaixamento. Realmente, sim,  
705 vamos precisar desse rebaixamento para operação da mina subterrânea. Nós  
706 temos essa previsão e essa análise que foi realizada, em um modelo transiente,  
707 onde haverá alguns impactos, e vamos ter um programa de monitoramento  
708 hidrológico, hidrogeológico, para realizar esse acompanhamento e monitorar  
709 esses possíveis impactos para a implementação de ações mitigadoras. Então com  
710 esses pontos levantados nós temos total preocupação. E uma outra vantagem  
711 desse projeto é que não haverá o uso dessa água. Toda a água proveniente do  
712 rebaixamento do nível d'água vai ser disponibilizada para os córregos Santa Rita  
713 e São Pedro. O uso é mínimo, somente pela operação. Nós estamos falando de  
714 um pico que pode chegar a 3.500 m<sup>3</sup>/h, com a utilização de 100 m<sup>3</sup>/h. Então essa  
715 água vai ser disponibilizada de superfície. Sabemos que com o avanço pode ter  
716 alguma afetação a terceiros, essas afetações deverão ser compensadas.  
717 Inclusive, se houver a possibilidade, como comentado, propomos também um  
718 ajuste da condicionante nº 12. Se pudermos colocar aqui, seria mais ou menos  
719 na linha do que a Relictos colocou, mostrando o nosso compromisso com os  
720 nossos vizinhos e usuários já existente, que seria acrescentar à condicionante 12:  
721 'Apresentar o plano de desaguamento de mina contemplando as vazões aos  
722 cursos d'água com as novas proporções (ribeirões São Pedro e Santa Rita), bem  
723 como a reposição em lagoas e poços de usuários que sejam afetados pelo  
724 rebaixamento, de forma a atender e suprir demandas já outorgadas e as  
725 mapeadas durante a realização dos trabalhos de pesquisa e, consequentemente,

nas simulações do modelo hidrogeológico.' Então essa é uma proposição feita pelo empreendedor para que seja feita também essa modificação na condicionante 12." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Eu solicito essa condicionante que o senhor acabou de ler, mande-a no chat para nós, porque aí, qualquer coisa, eu coloco em votação de forma apartada dessa sugestão, após escutar a equipe da Supram Noroeste." Svetlana Miranda/Nexa Recursos Minerais S/A: "Da parte do jurídico, somente um esclarecimento, esclarecer o conselheiro Julio Grillo a respeito da manifestação do lepha e do Iphan, que a Supram, no seu parecer e na análise do procedimento, atendeu ao que está disposto no próprio Decreto 47.383, quando fala que a manifestação, quando não é vinculante, o PU poderá ser concluído, a licença será analisada pelo Conselho, porém não produzirá efeitos até que se tenha a manifestação dos órgãos anuentes. E é exatamente essa a manifestação da Supram no parecer. Então, apesar de ainda não constarem do processo as manifestações do lepha e do Iphan, esses processos já foram formalizados, as anuências já foram solicitadas, e caso este Conselho entenda pelo deferimento, atendendo, mais uma vez, o disposto no Decreto 47.383, a licença não terá os seus efeitos até que os órgãos anuentes se manifestem." Bruna Lima/Nexa Recursos Minerais S/A: "Apenas complementar a fala do Rafael, que nós já temos o parecer do Iphan e estamos aguardando o do lepha." Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: "Só para deixar claro que até este instante não tivemos realmente uma justificativa sobre a questão de se transportar o minério por 50 km utilizando o sistema viário público. Quando fazemos uma análise de viabilidade de um empreendimento, verificamos, inclusive, qual é o ponto de retorno. Mas temos que colocar todos os investimentos que vamos fazer e colocar também o custo operacional ao longo do tempo, para que saibamos se teremos ou não retorno daquele investimento específico. E o que acontece nesses casos em que se utiliza o sistema viário público? O empreendedor, ao invés de promover a sua instalação de transporte de minério, seja ela ferroviária, seja por correia transportadora, não importa, seja por um sistema viário próprio, escolhe fazer pelo sistema viário público. E nesse caso, ao meu ver, isso implica, posteriormente, uma transferência de recursos públicos para o empresário, vai aumentar o lucro do empreendimento, consequentemente, o lucro do empresário, já que uma parte do investimento que ele deveria ter feito ele não fez. E o Estado arca com a manutenção dessas vias, às vezes recuperação total das vias, e a sociedade ainda fica correndo o risco de desastres, além da poluição gerada pelo transporte, utilizando o sistema viário público, em caminhões. Eu acho isso completamente insustentável, além das questões de outorga, de aguardar o lepha, aguardar o Iphan, do rebaixamento, independentemente de qualquer outra coisa dessa, simplesmente por essa questão de se transportar o minério pelo sistema viário público eu já sou contrário. E gostaria, por exemplo, que o governo do Estado de Minas Gerais explicasse por que ele permite isso. Se o próprio governo do Estado de Minas Gerais não tem recurso para poder investir em infraestrutura pública, por que ele permite que a

769 infraestrutura pública viária seja utilizada para transporte de minério em  
 770 detimento da sociedade e da economia pública? Eu continuo não estando nem  
 771 um pouco satisfeito com isso. Só para acrescentar, eu participei da apresentação  
 772 da Nexa, uma boa apresentação, e lá eu coloquei essa questão. Imaginei que  
 773 eles teriam um tempo de apresentar uma resposta mais convincente do que a que  
 774 apresentaram, que é o seguinte: 'Olha, para nós, era a melhor alternativa.' Mas  
 775 entre todas as alternativas que eles estudaram eles não estudaram, por exemplo,  
 776 o seu próprio sistema de transporte de material. E isso deveria ser levado em  
 777 consideração." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Talvez o Rafael  
 778 Ribeiro, que falou, possa complementar, mas eles informaram que a opção pela  
 779 via pública é em relação econômica. Até mesmo por correias, ele falou que seria  
 780 inviável para o empreendimento. Então a justificativa foi dada." Conselheiro Julio  
 781 Cesar Dutra Grillo: "Quando o empreendimento fica inviável para o  
 782 empreendedor, o Estado tem que assumir uma parte do seu custo e investimento  
 783 para que ele se torne viável? Isso para mim não faz sentido." Presidente Yuri  
 784 Rafael de Oliveira Trovão: "Entendemos a sua colocação." Conselheiro Valter  
 785 Vilela Cunha: "Senhor presidente, a minha questão também vai no mesmo sentido  
 786 da fala do Julio. Eu acho que o Sérgio passou muito rapidamente sobre essa  
 787 definição de por que vai ser feito esse transporte assim ou assado. Eu acho que  
 788 o Julio tem razão, é uma preocupação muito grande, e acho que a Nexa tem de  
 789 dar uma justificativa melhor. Não é simplesmente 'a correia transportadora não  
 790 vale'. 'Eu vou jogar na estrada?' Eu acho que esse ponto merece ser um pouco  
 791 melhor discutido, porque é muito grave colocar caminhões grandes rodando 50,  
 792 60 km todo dia nas nossas estradas, que estão todas ruins, esburacas."  
 793 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Ok, Valter. Eu retorno depois para os  
 794 representantes do empreendedor para estarem esclarecendo, pormenorizando  
 795 essa questão." Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: "O meu  
 796 posicionamento é também favorável a um estudo mais adequado do modal  
 797 rodoviário. Isso justifica exatamente a situação que vivemos no nosso país e em  
 798 Minas Gerais. Nós deixamos em uma determinada época de tratar o assunto  
 799 ferroviário para tratar assunto rodoviário como prioridade. Então está na hora de  
 800 revermos isso. Eu concordo, acho que as nossas rodovias estão  
 801 sobrecarregadas, não suportam mais transportes alternativos, e nós teríamos que  
 802 estudar a logística dessa modalidade. A logística está dentro também dos  
 803 critérios, Dr. Julio Grillo, da avaliação ambiental estratégica do processo de  
 804 mineração. Por quê? Porque eu acho que a logística é tão importante como a  
 805 mineração. Hoje muitas vezes nós estamos pagando para chegar um produto ao  
 806 porto, e por falta, muitas vezes, desse modal ferroviário, estamos pagando quase  
 807 o preço do material lavrado. Então isso eu acho que é muito importante, eu acho  
 808 que é uma situação que nós temos que estudar ou que se faça uma transposição  
 809 adequada de impostos que são pagos através do modelo minerário para o modelo  
 810 de transportes, para beneficiamento da sociedade." Conselheiro Luiz Henrique  
 811 Passos Rezende: "Eu queria uma reflexão em cima desse assunto. Eu concordo

812 com muita coisa que o Julio falou, mas quero ir bem mais além. Eu quero  
813 conversar com vocês o seguinte. Eu trago um histórico de vida. Em 1986, eu fiz  
814 um estágio de técnico de estrada na Rede Ferroviária. A Rede Ferroviária era o  
815 mundo, a gente atendia várias cidades do país, o transporte era supervariado. Aí  
816 veio o engodo das privatizações, aquela coisa. Ela era superavitária. E na verdade  
817 as ferrovias foram dedicadas, a partir da privatização, ao transporte de minério.  
818 Na verdade, quem comprou, e hoje quem opera as grandes ferrovias brasileiras  
819 aqui no Sudeste são as grandes mineradoras, a Vale do Rio Doce, essa coisa  
820 toda e tal. Em contrapartida, eu acho que quando fazemos uma estrada,  
821 pavimentamos uma estrada, é um investimento público para o desenvolvimento  
822 geral, é o desenvolvimento não só de todo o complexo social. Ficamos olhando,  
823 o particular olha a estrada com um viés para ele transportar de um lugar para o  
824 outro, mas também ali são transportadas mercadorias de diversas outras coisas  
825 que fazem a economia girar. Esse é o modal brasileiro, a opção foi manter essa  
826 coisa das estradas, rodovias, em detrimento das ferrovias. É tranquilo para a  
827 gente ver, é só chegar à Europa, onde se vê o que é um transporte ferroviário. E  
828 o que é um transporte mineral no Brasil. Na verdade, o que roda nas nossas  
829 ferrovias são a soja e o minério. Isso em grande escala. O resto é coisa miúda. O  
830 que eu estou querendo dizer é que essa mineração se viabilizou, deve ter se  
831 viabilizado, pelo que eles falaram aí, nessa questão da logística, mas é a logística  
832 parece que foi um papel fundamental, pelo que foi falado, utilizar estrada, porque  
833 se colocasse outro equipamento ia ficar muito caro, não viabilizasse. Nós temos  
834 que olhar também, por exemplo, que hoje eu ando no anel rodoviário e saio  
835 fugindo das caretas just in time da Fiat. Então temos que olhar que isso é um  
836 complexo geral, que precisamos entender isso, entender como funciona isso.  
837 Agora também a crítica do Julio é muito importante, porque este governo agora,  
838 por exemplo, viabiliza esse tipo de ação, e fica para o outro governo, daqui a dez  
839 anos, cinco anos, na hora que a estrada estiver toda arrebentada, consertar a  
840 estrada. Eu não sei qual é o número de viagens, qual impacto que está gerando  
841 na rodovia. Isso deveria ser colocado. Deveria ter uma contrapartida da empresa  
842 junto com a concessionária, quem gera a estrada, no quesito de manutenção, de  
843 segurança. Já que vai usar a coisa pública, deveria ser feito esse tipo de coisa.  
844 Eu acho que o estudo está mais focado em dar uma resposta mais detalhada  
845 sobre esse tipo de transporte, como ele vai ser, qual é o impacto gerado e qual é  
846 a contrapartida que está prevista para que isso ocorra. Agora não querendo tirar  
847 o direito do cara também. Desculpa eu falar assim, mas não querendo tirar o  
848 direito da empresa de usar uma coisa pública, que é feita para todos os públicos  
849 usarem. Inclusive, eu posso dizer que nessa própria estrada vai passar carreta  
850 bitrem que vai levar outras coisas pesadas, produção agrícola e não sei o quê,  
851 que também não está sendo computada na manutenção da estrada. Mas faz parte  
852 do desenvolvimento regional. Então eu acho que o mais lógico nessa questão  
853 seria a empresa fazer um estudo mais detalhado desse impacto, dar um retorno  
854 e falar qual é a contrapartida. Se realmente vai causar um sobrecarregamento no

855 trecho, o número de viagens, qual é a previsão de durabilidade do pavimento, o  
856 que ela vai trazer de transtorno para a segurança das pessoas, o que é muito  
857 importante; e quais as melhorias que podem ser feitas nesse trecho de estrada  
858 para suportar esse impacto. Eu acho que nós temos que começar a pensar dessa  
859 forma e não só cobrar da mineração, mas também passar a cobrar de todo mundo,  
860 porque todo mundo, de toda quanto é forma." Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
861 Trovão: "O nosso sistema de transporte é viário. Eu gosto muito de história. Desde  
862 a década de 20, era o tema do Washington Luiz, 'governar é abrir estradas'.  
863 Tivemos o Processo, veio melhorando as nossas estradas, mas nosso sistema  
864 realmente é viário, as vias são públicas, nós não podemos impedir quem quer que  
865 seja de passar em uma via pública transportando o que quer que seja, nesse caso,  
866 inclusive, no caso do minério. Mas eu vou voltar depois a palavra ao representante  
867 da empresa para se manifestar em relação às opções ou aos estudos que foram  
868 realizados em relação a optar apenas pelo transporte viário." Conselheiro Julio  
869 Cesar Dutra Grillo: "Desculpa, mas eu vou discordar de você em uma pequena  
870 avaliação. Eu acho que tem muitas coisas que hoje são legais, mas que não são  
871 boas. Esse compartilhamento do sistema viário público com caminhões de  
872 mineração, eu acho que isso é insustentável e coloca em risco a vida de pessoas.  
873 Então eu aqui, como disse antes, vou procurar sempre analisar as propostas a  
874 partir de critérios de sustentabilidade. Eu não vou me pautar, exclusivamente, pela  
875 legalidade, mesmo porque nós já temos aqui alguns conselheiros que se pautam,  
876 exclusivamente, pela legalidade. Eu tenho que pensar a questão ambiental de  
877 uma forma mais ampla e, principalmente, mais prospectiva, eu quero olhar o que  
878 é o impacto de cada um desses processos para o futuro. Eu acho que o futuro,  
879 neste caso, é transferência de recursos do Estado para aquele empreendimento.  
880 Então eu não vou realmente ficar amarrado à questão da legalidade, mesmo que  
881 sendo legal tudo seja aprovado. Mas eu tenho que deixar aqui claro, de forma  
882 manifesta, essas preocupações por parte da sociedade." Presidente Yuri Rafael  
883 de Oliveira Trovão: "Não estamos discordando, só complementando a resposta.  
884 Estou falando somente a questão da legalidade, porque não podemos realmente  
885 impedir, mas a questão da política ambiental, sim, vai ser avaliada pelos  
886 senhores, pelo deferimento ou indeferimento do processo. Se os senhores  
887 indeferirem um processo em relação à viabilidade em relação ao impacto que está  
888 sendo causado nas estradas, se o empreendedor quiser ou tiver interesse, por  
889 viabilidade econômica ou por outra, vai ter que apresentar. Caso não, o processo  
890 será indeferido. Mas só salientar e lembrando que a questão do nosso transporte  
891 viário é uma questão que todo ano de política, desde o governo federal ao governo  
892 dos municípios, é colocada como que vai haver uma alteração, e nós nunca vimos  
893 essa alteração ocorrer. Eu gostaria muito, porque, para vir para cá, eu rodo 470  
894 km por essa estrada e diversas vezes vendo vários acidentes em virtude desses  
895 caminhões e desses bitrens que estão passando na estrada, e poderia ter um  
896 transporte muito melhor. Temos lá o rio São Francisco, que é navegável em  
897 grande parte e poderia ser utilizado. Infelizmente, ainda temos o transporte

898 rodoviário como o principal em nosso país.” Conselheira Verônica Ildefonso  
899 Cunha Coutinho: “Exatamente essa colocação que você fez, eu acho que as duas  
900 opiniões são complementares, vamos colocar assim. Eu sempre lembro aqui que,  
901 enquanto conselheiros, nós somos servidores públicos, somos tidos como  
902 funcionários públicos e estamos restritos, sim, à legalidade, ao que é colocado na  
903 lei. Até porque a administração pública não pode agir fora daquilo que está  
904 previsto. Mas nós temos os próprios princípios do direito ambiental que  
905 possibilitam essa análise, como o conselheiro colocou. Não deixa de ser legal,  
906 mas para além daquilo que está posto muito especificamente. Então eu acho que  
907 é sempre válido trazer aqui o debate, mas, infelizmente, quando temos algo posto,  
908 há de se seguir, porque senão incorremos em ilegalidade, improbidade, essas  
909 coisas todas. Então temos que tomar um pouquinho de cuidado durante a nossa  
910 situação e termos sempre em mente que somos conselheiros e que, enquanto  
911 conselheiros, somos funcionários públicos e temos, infelizmente, algumas  
912 limitações. Mas é superválida a proposta dele de termos reuniões que vão tratar  
913 das políticas públicas, porque aí às vezes conseguimos abrir o leque um  
914 pouquinho mais para discutir essas questões que foram levantadas aqui.”  
915 Conselheira Maria Eugênia Monteiro: “Era no sentido mais de tranquilizar o  
916 conselheiro Julio em relação às iniciativas do governo em relação não  
917 especificamente a essa questão, mas de uma forma mais abrangente. O projeto  
918 que foi mencionado anteriormente, o estudo de avaliação ambiental estratégica,  
919 que eu acho que é o momento em que a Sede, juntamente com a SEMAD –  
920 inclusive, já foi exposto isso no Plenário –, estamos desenvolvendo em conjunto,  
921 vai ser desenvolvido um trabalho de avaliação ambiental estratégica, no qual  
922 pretendemos inserir essa variável socioambiental e, com certeza, econômica,  
923 exatamente no sentido de propor novas estratégias no caso da administração  
924 pública, de políticas públicas voltadas para a área, especificamente, de minério  
925 de ferro. Vai ser o primeiro estudo de avaliação ambiental estratégica em  
926 mineração aqui em nosso Estado, voltado para minério de ferro. Então eu tenho  
927 certeza de que esse ponto, dentre outros problemas que conhecemos no Estado  
928 em relação à atividade minerária, vai ser abordado. Em relação, especificamente,  
929 a esse caso da Nexa, eu concordo com o Luiz Henrique, eu acho que poderiam  
930 ser melhor informados, no caso, pela empresa, qual seria esse impacto, qual a  
931 frequência, qual a carga, qual o número de viagens. Eu acho sempre importante.  
932 Historicamente, nós sabemos, isso já foi dito várias vezes, essa questão do uso  
933 de transporte público das empresas. Isso não é com a Nexa, isso vem  
934 acontecendo ao longo do tempo. Mas eu concordo com o conselheiro Julio, eu  
935 acho que isso tem que ser revisto não só do âmbito da mineração. Como o Luiz  
936 Henrique comentou, nós sabemos que esse transporte, de uma maneira geral, de  
937 mercadorias, vamos dizer assim, não é bem monitorado. Mas eu acho que não é  
938 o caso aqui de entrarmos nesse mérito. Mas, especificamente, agora no âmbito  
939 da reunião, eu acho que valeria a pena que a empresa esclarecesse melhor.”  
940 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu vou passar para a equipe da

941 Supram Noroeste, depois volto para a empresa, para estar esclarecendo em  
942 relação a essa opção pelo transporte viário, maiores detalhamentos.” Ricardo  
943 Barreto Silva/Supram Noroeste: “Muitas das coisas já foram esclarecidas, tudo o  
944 que foi pontuado aqui. Nós vamos falar com relação ao Iphan. O empreendedor  
945 tem manifestação do Iphan. Nós estamos concedendo uma licença sem efeito, de  
946 acordo com o Decreto 47.383, devido à falta da manifestação do Iepha. É o que  
947 está faltando. Então, se os senhores concederem essa licença, essa licença só  
948 terá efeito a partir do momento que a empresa adquira a manifestação do Iepha,  
949 favorável. Com relação a outorga, nessa fase, de instalação, não há necessidade  
950 do rebaixamento. Por quê? O que é um empreendimento subterrâneo? Aqui  
951 estamos autorizando uma mina subterrânea, onde serão desenvolvidas a  
952 atividade de lavra subterrânea, unidade de tratamento de minério, pilha e estação  
953 de tratamento de esgotos sanitários. Essa UTM nada mais é que um britador  
954 móvel. Ele vai fazer uma pré-britagem para esse material ser levado à unidade  
955 Morro Agudo, que fica distante mais de 50 km. Não tem barragem, nós não  
956 estamos licenciando aqui nem barragem nem UTM. Não tem essas duas  
957 atividades sendo licenciadas nesse projeto. Essas atividades estão licenciadas na  
958 unidade Morro Agudo. O sistema viário, é muito salutar a discussão, mas não  
959 temos como cobrar do empreendedor que ele abra uma nova via, não existe um  
960 impedimento legal de ele utilizar essa via, que é uma via municipal. A maior parte  
961 do trecho em que ele vai rodar é uma via municipal. Depois ele chega à 040, em  
962 que vai rodar em torno de 20 km até chegar à unidade de Morro Agudo. Esse é o  
963 traçado do empreendimento. Então, como não existe nenhuma ilegalidade de ele  
964 utilizar, nós não discutimos com a empresa de ter que abrir novas vias. Mas uma  
965 coisa que sempre discutimos com a empresa com relação ao transporte, desde  
966 os projetos anteriores, Ambrósia Norte, Ambrósia Sul, que estão devidamente  
967 licenciados – isso aqui é uma ampliação desses empreendimentos –, é com  
968 relação à comunidade do Cunha. Aí, sim, discutimos com a empresa, desde os  
969 projetos anteriores, de se evitar esse trajeto, porque ia afetar diretamente uma  
970 comunidade, que fica à beira da rodovia. E aí a empresa optou por outra rota e  
971 não essa, desde os projetos de Ambrósia Norte e Ambrósia Sul. Com relação à  
972 comunidade que foi falada, não existe uma afiação direta do cone de  
973 rebaixamento a comunidades e, sim, aos produtores rurais ali do entorno. Com  
974 relação a pilha, são duas pilhas, são idênticas, e a altura máxima delas deve ter  
975 em torno de 20 m. Faltou realmente colocar no parecer os 20 m. É o máximo a  
976 que podem chegar essas pilhas. Com relação à outorga, como eu já havia dito,  
977 não há necessidade de outorga de rebaixamento na fase de instalação, por isso  
978 não foi cobrada essa outorga e, sim, será cobrada na fase de operação do  
979 empreendimento, caso ele obtenha as Licenças Prévia e de Instalação e cumpra  
980 todos aqueles programas e projetos apresentados nesta fase aqui. Com relação  
981 à alteração da condicionante 12, nós até discordamos um pouco da proposta da  
982 empresa. Achamos que deve, sim, incluir. Apesar de não terem ficado na  
983 condicionante os poços da comunidade, mas nos programas apresentado pela

984 empresa se preveem já esses poços que porventura possam secar. Isso já está  
985 previsto. Mas realmente concordamos que isso possa ser incluído na  
986 condicionante 12. Não da forma que a empresa propôs. Pelo que eu entendi, seria  
987 só para os que estão regularizados, já outorgados. Aí entendemos que não,  
988 porque vai que tenha um empreendedor independente que, por várias questões,  
989 não tenha regularizado, ele também deve ser assistido.” Presidente Yuri Rafael  
990 de Oliveira Trovão: “Em relação à condicionante 12, quando eu colocar em  
991 votação, eu já informo para os senhores conselheiros que não vou colocar a  
992 condicionante 12. A condicionante 12 nós vamos colocar apartada para uma  
993 discussão posterior. Votamos primeiro o processo e depois discutimos a  
994 condicionante 12. Eu vou voltar aos representantes da empresa, e aquele que  
995 estiver inscrito pode se manifestar em relação a essa opção, quais foram as  
996 opções que os senhores tinham em relação ao transporte desse minério, em  
997 relação à utilização da via pública, qual a média, quantos veículos vão estar  
998 transportando, qual seria o impacto, as características desse transporte em  
999 relação à opção viária.” Rafael Ribeiro/Nexa Recursos Minerais S/A: “É importante  
1000 esclarecer que hoje a Nexa possui uma operação vigente bem próxima a esse  
1001 novo empreendimento. É chamada Ambrósia Sul, é uma operação de mina a céu  
1002 aberto. Hoje esse transporte já é realizado, esse trajeto que percorre em termos  
1003 de 60 km, grande parte deles são estradas municipais, como colocado pela  
1004 Supram, são estradas de terra. E posteriormente pega um trecho da 040 e outros  
1005 trechos de estrada de terra também municipal. Então o que a Nexa se propõe e  
1006 vem, atualmente, realizando? A manutenção de todo esse trecho. Não é deixado  
1007 para o município realizar a manutenção, mas, sim, em uma parceria com o  
1008 município, a Nexa realiza toda a manutenção desses trechos de estradas de terra.  
1009 Nós, como bem comentado pela Supram, temos o objetivo de ainda não ter essa  
1010 passagem pela comunidade do Cunha, minimizando a questão do impacto.  
1011 Estamos falando hoje de uma rota em que temos em torno de 17 caminhões, que  
1012 vai ter um incremento para 36 caminhões. Serão três viagens diárias, de segunda  
1013 a sábado, não operando no domingo. De 7h da manhã às 10h da noite. Também  
1014 no nosso PCA, no nosso Plano de Controle Ambiental, tem toda a parte de  
1015 umectação dessas vias, sinalização e melhoria de todo esse sistema, bem como  
1016 também melhoria de trechos que hoje não estão adequados para suportar esse  
1017 movimento de transporte. Realizamos as simulações dinâmicas em função do  
1018 tráfego existente na região, e o resultado foi que não temos um aumento  
1019 significativo que venha impactar o modal rodoviário local, tendo em vista que  
1020 grande parte da movimentação é uma movimentação agrícola. Então o nosso  
1021 impacto sinérgico junto com o agrícola é mínimo, vai ter um incremento em torno  
1022 de 20 caminhões, em termos de viagem que já ocorrem hoje. E com relação às  
1023 opções o que nós analisamos foram opções do transporte viário. Foram três rotas,  
1024 em que excluímos a passagem pela comunidade do Cunha, mas mesmo assim  
1025 tinha passagens próximas que foram eliminadas. E essa seleção dessa rota foi  
1026 justamente a que é a atual, ou seja, não vai ter um impacto adicional e, sim, vamos

1027 estar passando pelos mesmos locais que hoje passamos. Ou seja, vamos ter esse  
1028 controle maior em função da implementação do Plano de Controle Ambiental que  
1029 vamos estar realizando. Então para nós essa opção é a que gera menos impacto  
1030 ambiental quanto social. Por isso que foi selecionado esse trajeto.” Presidente  
1031 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu volto para o Conselho. Mais alguma  
1032 consideração antes de colocarmos em votação? Eu já salientei que pelas minhas  
1033 anotações aqui os pontos foram esclarecidos. Então eu vou manter o processo  
1034 em pauta. É o que sempre digo, às vezes os pontos foram esclarecidos, mas às  
1035 vezes não temos concordância, não concordamos com a opção dada. Agora  
1036 todos os pontos levantados foram referenciados ou pelo representante do  
1037 empreendedor ou pela equipe da Supra Noroeste. Então eu vou manter o  
1038 processo em pauta e, se não houver mais nenhuma dúvida, vou encaminhar para  
1039 votação neste momento.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Rafael, quando  
1040 você nos fez a apresentação pela Nexa, eu anotei os números e fiz as contas.  
1041 Vão ser aproximadamente 100 viagens por dia, o que vai dar, em um determinado  
1042 ponto da estrada, a cada 2,5 minutos, um caminhão passando. Não é um exagero,  
1043 como ocorre aqui na BR-040, em que está quase um caminhão colado no outro,  
1044 mas já é, para uma estrada de terra, muito significativo. Principalmente, porque o  
1045 peso de um caminhão como esse aplicado a uma estrada de terra é muito  
1046 diferente do peso de um carro comum. Então eu continuo sendo contrário à  
1047 transferência, basicamente, do recurso público para viabilizar economicamente  
1048 um empreendimento que vai dar lucro para poucos. É uma sociedade inteira  
1049 pagando o lucro de poucos. Eu não concordo muito com isso. Agora, um pouco  
1050 para a Maria Eugênia. Maria Eugênia, sobre esse processo, a sua fala de que  
1051 vocês vão fazer uma avaliação ambiental estratégica. O Orsini também citou isso.  
1052 Isso implica em analisar o futuro, e sem analisar a sustentabilidade de cada um  
1053 desses empreendimento ou do conjunto dos empreendimentos não é possível  
1054 deliberar pensando no futuro. Nós aqui, no Brasil mesmo, Minas, não temos a  
1055 cultura da análise de sustentabilidade dos empreendimentos. Caso o grupo que  
1056 irá promover o estudo da avaliação ambiental estratégica queira, eu me disponho,  
1057 me disponibilizo para falar sobre análise de sustentabilidade. Eu acho que é  
1058 importante começarmos a incluir essa visão da sustentabilidade nas nossas  
1059 definições estratégicas.” Conselheira Maria Eugênia Monteiro: “Julio, com certeza  
1060 agradeço as suas palavras, porque nós, inclusive, já estamos contemplando. É  
1061 um projeto grande do Estado, que vai ser feito mediante a contratação de uma  
1062 empresa de consultoria. Vai ser um grande projeto, e com certeza o objetivo  
1063 primordial, além desse apoio estratégico na tomada de decisão do Estado, em  
1064 termos de política pública, certamente que vamos ouvir a sociedade civil, as  
1065 instituições envolvidas, as empresas. Enfim, eu acho que será um momento  
1066 bastante democrático, em que todos serão ouvidos, e com certeza a sua  
1067 participação será muito bem-vinda. Era só isso que eu queria colocar, e em outra  
1068 oportunidade podemos conversar melhor. Mas certamente que a participação de  
1069 todos será muito bem-vinda.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima:

1070 “A minha posição é muito claro, agora depois das explicações feitas pelo  
1071 empreendedor, na pessoa do Dr. Rafael, e eu concordo também muito com o que  
1072 foi falado pelo Luiz, da ANM, com relação a todo esse processo, que, de certa  
1073 forma, não podemos mudar a mina de lugar. A mina está lá, o jazimento mineral  
1074 está ali. Então nós temos que ter as facilidades necessárias para essa  
1075 transposição, para colocar isso dentro de um ambiente produtivo. E digo também,  
1076 da mesma forma que estamos falando sobre mineração, nós temos que falar  
1077 sobre os produtos agroindustriais no Brasil. Julio, que esse assunto, inclusive,  
1078 agora a Maria Eugênia comentando, eu acho importante avaliarmos dentro do  
1079 aspecto global da sustentabilidade, mas também nós temos que ver o seguinte:  
1080 nós somos limitados ali a uma operação, no caso da Nexa, em que a possibilidade  
1081 de variável é muito pequena. O que pode ocorrer – aí eu dou isso como ponto  
1082 avançado – é uma melhoria dessa rodovia, em função da sua manutenção,  
1083 futuramente, quem sabe, a sua pavimentação. E aí a Nexa vai deixar um legado  
1084 também, um legado de melhoria para a própria situação desse transporte.”  
1085 Conselheiro José Angelo Paganini: “A empresa afirmou, há pouco, que na fase  
1086 de implantação do empreendimento não vai haver rebaixamento de lençol, ‘por  
1087 isso não é necessária a outorga definitiva’. Não é uma verdade, porque na página  
1088 49 do Parecer Único está escrito o seguinte: ‘As intervenções ocasionadas pelo  
1089 sistema desaguamento da mina, tanto na etapa de implantação quanto na de  
1090 operação, podem interferir no equilíbrio dinâmico da recarga, movimento (fluxo) e  
1091 descarga de águas subterrâneas, bem como afetar as surgiências que ocorrem no  
1092 entorno do empreendimento. Além disso, essas atividades podem gerar  
1093 alterações, também, nos sistemas hídricos superficiais, como mencionado no item  
1094 2.13 deste Parecer Único’. Então vai haver na implantação um rebaixamento do  
1095 lençol, e para isso seria necessária a outorga definitiva.” Presidente Yuri Rafael  
1096 de Oliveira Trovão: “Ricardo, quer se manifestar sobre esse ponto, alguma  
1097 observação adicional?” Ricardo Barreto Silva/Supram Noroeste: “A própria  
1098 empresa falou, o Rafael falou, da desnecessidade, e os estudos também  
1099 informam essa desnecessidade na fase de instalação. O parecer informa porque  
1100 essa outorga de rebaixamento, durante a pesquisa, ele bombeia, dá direito a ele  
1101 bombear 530 m<sup>3</sup>/hora. Por isso que é relatado isso, para os ajustes do modelo  
1102 hidrogeológico. Mas ele já até finalizou esse modelo, por isso que está falando ali  
1103 do rebaixamento, mas é por conta da outorga de pesquisa.” Larissa Medeiros  
1104 Arruda/Supram Noroeste: “Eu só queria fazer um comentário de que as etapas de  
1105 instalação e de operação da mina subterrânea acabam se fundindo. Então a  
1106 menção aqui da instalação de rampas e redes irá ocorrer com o rebaixamento na  
1107 fase de operação, após a outorga. Enquanto eles não obtiverem a outorga de  
1108 rebaixamento eles vão fazer a instalação do que não tem necessidade de  
1109 rebaixamento do lençol. Então todo tipo de infraestrutura que não tem  
1110 necessidade de rebaixamento, que não necessite da outorga, será feita durante  
1111 a instalação. A instalação que é citada aqui, na abertura de rampas e redes que  
1112 necessitem do rebaixamento, será feita na LO, depois da concessão da outorga,

que vai ser analisada pela CTOC, do CBH Paracatu.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, muito obrigado pelos esclarecimentos. Eu vou dar andamento então à votação do processo. E já destaco que a condicionante nº 12 nós vamos fazer apartada. Então nesta votação neste momento nós não estamos incluindo a condicionante 12, que vamos discutir logo após, caso o processo seja deferido. Se for indeferido, por óbvio, nós não vamos discuti-la. Então item 5.1, Nexa Recursos Minerais S/A, PA 09657/2018/001/2018. Em votação.” Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindiextra, Fiemg, SME e Abes. Votos contrários: Relictos e ProMutuca. Abstenção: Abes. Destaque de voto favorável. “Conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende: “A ANM vota favorável ao projeto considerando que as explicações sobre o transporte que foram dadas na reunião, de acordo com o empreendedor, são focadas na segurança e na melhoria dos trechos para os quais está sendo proposto o transporte.” Justificativas de votos contrários e de abstenção. Conselheiro José Angelo Paganini: “Contra, pelas colocações dos movimentos sociais locais e pelo não esclarecimentos dos pontos levantados.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “ProMutuca vota contra, também porque eu acho que a sociedade local manifestou uma insatisfação grande com o processo e de desconfiança de uma forma geral. Mas principalmente em função dessa transferência de recurso público para o empreendedor. Eu vou votar contra todo empreendimento mineral que for utilizar o sistema viário público para o transporte de seu material.” Conselheiro Valter Vilela Cunha: “Abstenção, porque eu não me senti confortável com as explicações dadas sobre rebaixamento e sobre o transporte.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então processo deferido por nove votos favoráveis, dois contrários e uma abstenção. Eu solicito à secretaria que coloque a condicionante 12 e a sugestão de alteração. E aí eu vou solicitar manifestação, inicialmente, do Ricardo, em relação à proposição.” Larissa Medeiros Arruda/Supram Noroeste: “Nós vamos acrescentar na condicionante ‘bem como a reposição em surgências naturais’, não no texto do empreendedor, no texto original. ‘... bem como a reposição em surgências naturais, poços de usuários e lagoas.’” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Nós temos a sugestão do José Angelo.” Larissa Medeiros Arruda/Supram Noroeste: “Eu achei que esse texto que estava embaixo fosse a sugestão dada pelo empreendedor. É o mesmo texto. Nós vamos acatar a sugestão do José Angelo, então.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então eu já vou colocar em votação essa alteração, que foi proposta pelo José Angelo e acatada pelo pessoal da Supram Noroeste.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Senhor presidente, eu queria ouvir o empreendedor sobre esse texto proposto, o que ele acha, qual é o posicionamento.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ele propôs uma outra alteração que foi acatada pela Supram Noroeste. Eles opinaram e sugeriram uma terceira via. Mas de qualquer forma vamos ouvir.” Rafael Ribeiro/Nexa Recursos Minerais S/A: “Nenhuma objeção porque está dentro do nosso Plano de Controle Ambiental também.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então

1156 em votação essa alteração da condicionante 12 conforme lida pela técnica da  
1157 Supram Noroeste. Em votação.” Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese,  
1158 Codemig, Ibama, ANM, Sindieextra, Fiemg, Relictos, ProMutuca, SME e Abes.  
1159 Destaques de votos favoráveis. Conselheiro Enio Marcus Brandão Fonseca:  
1160 “Considerando que essa é uma proposta de alteração discutida aqui neste  
1161 momento pelas partes, eu acompanho e vou ser favorável.” Conselheiro Thiago  
1162 Rodrigues Cavalcanti: “Em razão da concordância da Supram, bem como do  
1163 empreendedor, a Fiemg vota favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
1164 Trovão: “Então alteração de condicionante aprovada por 12 votos favoráveis.” **6) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO E LICENÇA DE OPERAÇÃO.** **6.1) AngloGold Ashanti Córrego do Sítio Mineração S/A. Aterro para resíduos perigosos. Classe I. Nova Lima/MG. PA 00089/1985/052/2018.**  
1165 **Classe 6. Apresentação: Suppri. Retorno de vista: ProMutuca, SME,**  
1166 **Sindieextra e Fiemg.** Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “O empreendimento da  
1167 AngloGold tem um aspecto positivo de estar propondo uma mudança, uma  
1168 evolução na forma de disposição de seus resíduos de mineração. Isso é uma  
1169 coisa muito boa. Agora eu vou falar a respeito do Parecer Único, literalmente. ‘Foi  
1170 solicitada, através de informação complementar, a manifestação do Iphan/MG  
1171 para a fase de Licença de Operação quanto ao patrimônio cultural e arqueológico,  
1172 uma vez que esse órgão emitiu anuênciia apenas em relação à fase de instalação,  
1173 e o empreendedor reorientou o citado processo para LP+LI+LO. No entanto, até  
1174 a presente data, não houve protocolo com a manifestação formal desse órgão.  
1175 Nesse diapasão, será condicionado que o empreendedor apresente, antes do  
1176 início da operação do empreendimento, anuênciia do Iphan para a fase de LO.’ Eu  
1177 reitero minha solicitação de que Pareceres Únicos, mesmo que para a Licença de  
1178 Instalação, não sejam enviados para deliberação na CMI sem a anuênciia do  
1179 Iphan, do Iepha ou sem as outorgas já concedidas. ‘Mesmo levando em  
1180 consideração a evolução no método proposto para a disposição dos seus  
1181 resíduos de mineração, após o recebimento das considerações das ONGs de  
1182 defesa do meio ambiente, temos que solicitar a retirada de pauta desse PU.’  
1183 Quem leu o parecer de vista vai ver que tem uma longa explicação para poder  
1184 fazer essa justificativa. ‘No caso dos licenciamentos da AngloGold Ashanti  
1185 Córrego do Sítio Mineração S/A, acreditamos que seja fundamental uma análise  
1186 do conjunto das pequenas partes licenciadas e em licenciamento para que  
1187 possamos ter uma visão mais clara dos impactos cumulativos e sinérgicos.  
1188 Claramente, a sociedade não está sentindo confiança na continuidade desses  
1189 licenciamos picados de empreendimentos, já que não consegue avaliar todos os  
1190 impactos potenciais. Considerando todas as questões apresentadas acima,  
1191 entendemos que esse processo deve ser retirado de pauta.’ É essa a minha  
1192 posição.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Da mesma forma que nos  
1193 demais pontos que eu sempre trato aqui, primeiro eu vou escutar a equipe que  
1194 analisou o processo, e aí ela me subsidia na minha decisão. No momento, eu vou  
1195

1199 escutar as demais manifestações de vista, depois passo para a equipe da Supri  
1200 para falar sobre a necessidade ou não da baixa em diligência ou retirada do ponto  
1201 de pauta, se vai trazer algo diferente do que está sendo posto para deliberação,  
1202 neste momento, dos senhores.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de  
1203 Lima: “Nós avaliamos isso em função de dois aspectos bastante discutidos,  
1204 inclusive, com a equipe da AngloGold Ashanti. Eu vejo o seguinte. Realmente a  
1205 atividade da AngloGold na região é uma atividade centenária. E nós três que  
1206 pedimos vista – SME, Fiemg e Sindieextra –verificamos que se trata de um  
1207 complemento de um processo operacional. Portanto, de certa forma, essa  
1208 avaliação integrada, apesar de ser já comentada pelo Julio, seria interessante,  
1209 mas, pelas características que estão sendo colocadas operacionalmente, ela  
1210 pode ser feita em uma outra oportunidade e talvez em uma avaliação mais  
1211 específica integrada. Mas para o caso atual ela atende perfeitamente à proposição  
1212 feita. Eu pediria para continuar rolando o relatório, que eu quero comentar um fato  
1213 mais importante também que eu vejo, que é um estudo que a AngloGold tem feito.  
1214 Essa questão de intervenção em vegetação foi perfeitamente equacionada.  
1215 Quanto à área de deposição de resíduos, a Anglo apresenta uma estrutura de  
1216 adequabilidade em todo o processo, com a detecção de vazamentos, com a  
1217 detecção de coleta de líquidos percolados. Isso ela já faz com maestria, sem  
1218 qualquer problema. Segurança dos resíduos: verificam-se, pelas observações  
1219 técnicas da empresa, os cuidados adicionais com relação à impermeabilização,  
1220 já referido anteriormente, e o posicionamento do próprio Aterro H1, situado em  
1221 uma região que oferece segurança ao próprio posicionamento dela, natural, de  
1222 suas ombreiras, bem como o muro compactado, com elevação gradativa de no  
1223 máximo 10 m, conforme se pode verificar nessa configuração ilustrada. Meio físico  
1224 também foi perfeito, sem nenhum problema. Eu queria me deter a essa nota de  
1225 destaque. Porque nós temos que também aproveitar desses tipos de projetos, e  
1226 o destaque que fizemos é que, quando aprofundamos nas questões de  
1227 sustentabilidade ligadas à atuação da AngloGold Ashanti no Estado de Minas  
1228 Gerais, verifica-se seu portfólio de anotações no contexto da responsabilidade  
1229 social. Algo que tem sido hoje referendado pela comunidade mundial através dos  
1230 Princípios do Equador e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Eu  
1231 gostaria, depois – não vou ler agora –, que os nossos colegas conselheiros  
1232 lessem esses detalhes que eu captei exatamente do portfólio da AngloGold. Isso  
1233 é um exemplo que deve ser seguido em todos os outros projetos minerários. Por  
1234 isso, presidente, nós fomos favoráveis ao deferimento e ao atendimento às  
1235 condicionantes que foram perfeitamente colocadas pela Supri.” Conselheira  
1236 Denise Bernardes Couto: “O parecer, como o Orsini disse, foi conjunto, e o  
1237 Sindieextra não tem mais nada para manifestar, é de acordo mesmo.” Conselheiro  
1238 Thiago Rodrigues Cavalcanti: “O parecer foi conjunto, a manifestação da Fiemg é  
1239 a constante do parecer. Eu só queria complementar um ponto de que o aterro  
1240 tratado nesse processo é justamente para não usar mais a barragem. Então eu  
1241 acho que isso é uma informação importante e eu queria colocar.” Conselheiro Luiz

1242 Henrique Passos Rezende: “Eu fui apresentado a este projeto nesta semana,  
1243 inclusive, o Claudinei pediu para eu participar dessa apresentação, porque ele  
1244 estava com algumas dúvidas sobre o aterro. Eu andei fiscalizando essa barragem.  
1245 São três barragens, uma perto da outra, é uma relação de segurança e de  
1246 interferência uma na outra muito grande. E principalmente a barragem que está  
1247 hoje em operação pela empresa é a barragem de Calcinados. Ela tem esse nome  
1248 Calcinados porque recebe o rejeito que se chama calcinado, e esse rejeito vai ser  
1249 um rejeito que está sendo desaguado – não era desaguado –, que era lançado na  
1250 barragem. Então essa barragem tem uma altura grande, está no vale muito  
1251 estreito e tem uma sinergia com as outras duas, que são a Cocuruto e a  
1252 Rapaunha. Em caso de rompimento, é um desastre generalizado na região. Esse  
1253 tipo de aterro nós analisamos, fizemos algumas considerações, e é um aterro que  
1254 vem a acabar com esse tipo de barragem, vai ser a realidade daqui para frente.  
1255 Espero que seja. Inclusive, vai impedir o acréscimo nessa grande barragem, que  
1256 é a Calcinado, e que provavelmente vai ser descomissionada. E esse risco que já  
1257 existe hoje vai ser muito bem amenizado no futuro, porque vamos começar a ter  
1258 pequenos aterros desse tipo. É uma tecnologia nova, já poderia estar sendo  
1259 usada há mais tempo, mas o que fez com que ela viesse a ser implantada foram  
1260 os recentes desastres pelos quais nós passamos. Eu acho que é o caminho em  
1261 que estamos caminhando. Eu não vejo o porquê de não aprovar. Eu conheço o  
1262 site, mais ou menos, na região. Eu não vi nenhum lugar que tenha alguma  
1263 interferência que venha a envolver questões históricas ou outra coisa. Eu acho  
1264 que a comunidade está ganhando muito, apesar dessa desconfiança de que o  
1265 Julio Grillo fala seja muito importante, porque a credibilidade da mineração caiu  
1266 muito com os acidentes pelos quais passamos, os desastres. Eu vejo com muitos  
1267 bons olhos e adianto que é um passo gigantesco para caminhar em uma  
1268 disposição nova de rejeito e redução de risco para a população. Inclusive, esse  
1269 aterro está sendo feito de uma forma de disposição em que a provável  
1270 contaminação do solo está sendo bem reduzida com relação ao que já existe na  
1271 barragem.” Luís de Souza Breda/AngloGold Ashanti: “Nós anotamos alguns  
1272 questionamentos, alguns pontos, principalmente, colocados pelo Sr. Julio Grillo,  
1273 e eu vou passar por eles. Mas primeiramente é importante dizer que esse projeto,  
1274 o Aterro H1, configura-se como um marco de transição de tecnologias de  
1275 disposição de rejeito. É um projeto muito importante para a AngloGold Ashanti,  
1276 porque, através da implantação de um sistema de filtragem e secagem de rejeitos  
1277 também associado a essa estrutura... É importante dizer que o aterro então é um  
1278 marco de transição de tecnologias, nós vamos deixar de dispor com o tempo...  
1279 Então essa estrutura é configurada como processo de transição de tecnologias  
1280 de disposição de rejeitos, nós vamos deixar de dispor rejeito em barragem ao  
1281 longo do tempo e vamos passar a dispor rejeito a seco dentro de uma estrutura  
1282 de aterro. Então isso eu acho que é um grande benefício e um caminho da  
1283 empresa em relação ao processo de desenvolvimento sustentável. Então é muito  
1284 importante trilhar por isso. E além disso a estrutura se configura como uma

1285 ampliação e continuidade à atividade já realizada na planta do Queiroz.  
1286 Atualmente, realizamos através de outros aterros e vamos passar a dispor através  
1287 do Aterro H1. Ou seja, é uma ampliação e continuidade de uma atividade que já  
1288 é licenciada. Passando rapidamente pelos pontos que foram levantados. Sobre a  
1289 questão da anuência do Iphan, nós tivemos, sim, uma anuência concedida que  
1290 atesta a possibilidade de implantarmos o aterro. E além disso é muito importante  
1291 dizer que, além dessa anuência específica, nós tivemos uma anuência completa  
1292 para o site, para a planta do Queiroz como um todo. Então logo abarca a operação  
1293 da planta do Queiroz como um todo, além dessa anuência específica para o  
1294 projeto do Aterro H1. Sobre a questão do LAC 1, da modalidade de licenciamento,  
1295 é importante dizer que se trata de uma ampliação e continuidade de uma atividade  
1296 que será implantada em um contexto também já licenciado. Então portanto a lei  
1297 nos permite ser enquadrados nessa modalidade. Sobre a questão da avaliação  
1298 ambiental integrada, é importante dizer o seguinte. Essa estrutura vai ser  
1299 implantada em um contexto já licenciado, dentro de uma planta industrial, com  
1300 todos os controles ambientais já implantados e todos os monitoramentos já  
1301 executados, com os relatórios serão entregues, periodicamente, ao órgão  
1302 ambiental. Então nada mais é do que uma continuidade da operação da planta,  
1303 não está trazendo nenhum impacto novo o empreendimento. Mas, mesmo assim,  
1304 mesmo a empresa não sendo obrigada por lei a apresentar a avaliação ambiental  
1305 integrada, é importante dizer que a AngloGold está providenciando a contratação  
1306 de algumas empresas especializadas em estudos ambientais que vão  
1307 desenvolver esse estudo de avaliação ambiental integrada, não só para o site da  
1308 planta do Queiroz, mas para todas as nossas unidades operacionais. É importante  
1309 dizer que já temos uma avaliação ambiental integrada para o Complexo de  
1310 Córrego do Sítio, que fica em Santa Bárbara, mas nós vamos estender esse tipo  
1311 de avaliação para todas as nossas unidades, mesmo não sendo uma obrigação  
1312 legal. A empresa também acha isso uma questão importante em termos de ganho  
1313 ambiental. E em relação à questão da contaminação ambiental levantada, é  
1314 importante dizer que todos os nossos controles ambientais já estão implantados  
1315 para operar a planta do Queiroz, todos os monitoramentos são executados  
1316 conforme demandado não só no processo de licenciamento ambiental, mas  
1317 conforme legislação vigente e conforme todas as melhorias que são solicitadas  
1318 pelo próprio órgão ambiental, e os relatórios são entregues, periodicamente, ao  
1319 órgão ambiental. E não é isso que tem sido mostrado através dos nossos  
1320 resultados de monitoramento, a empresa tem atendido aos padrões legais e de  
1321 monitoramento estabelecidos na legislação. Eu acho que passei por todos os  
1322 pontos e queria, por fim, pedir um destaque: nós temos pequenas alterações para  
1323 propor nas condicionantes, caso o processo seja julgado pelo deferimento. Seriam  
1324 as condicionantes 5, 9, 10, 15 e 16." Ricardo Carneiro/AngloGold Ashanti:  
1325 "Essencialmente, a nossa função aqui é de apoio nas questões de procedimento  
1326 e de ordem jurídica. Nada obstante os esclarecimentos e questionamentos  
1327 constantes do parecer do conselheiro Julio Grillo, as respostas apresentadas pelo

1328 Luís Breda foram absolutamente esclarecedoras, mostrando toda a regularidade,  
1329 mostrando o avanço que representa esse aterro de resíduos. De modo então que  
1330 não há muito o que dizer ou ainda esclarecer que não seja pedir aos senhores  
1331 conselheiros que no processo de votação votem pelo deferimento da LAC,  
1332 Licença Prévia, de Instalação e Operação, requerida." Presidente Yuri Rafael de  
1333 Oliveira Trovão: "Eu vou voltar para o Conselho para alguma consideração, antes  
1334 de passar pela equipe da Supri. Alguma manifestação? Não havendo, eu vou  
1335 passar para a equipe da Supri, considerando que houve o pedido do conselheiro  
1336 Julio para a retirada e baixa em diligência do processo. Eu quero saber, antes de  
1337 mais nada, sobre a pertinência ou não. Na minha opinião, as coisas já foram  
1338 esclarecidas, mas de qualquer forma eu quero ouvir a equipe da Supri." Karla  
1339 Brandão Franco/Supri/SEMAD: "Com relação à solicitação de retirada de pauta,  
1340 nós entendemos que o processo foi corretamente instruído. Como o Luiz muito  
1341 bem falou, pela ANM, ele tem muita experiência com barragem, então a proposta  
1342 é exatamente a destinação de uma forma mais segura de um resíduo perigoso,  
1343 que é disposto atualmente em barragem, de uma forma alternativa, conforme,  
1344 inclusive, o artigo 30 da Lei 21.972 já prevê, que o Estado deve incentivar a  
1345 disposição alternativa ao invés de barragens. Então nós consideramos que é uma  
1346 ampliação do empreendimento já existente, que teve processos precedentes  
1347 instruídos por EIA/Rima, que tem um PCA vigente para o complexo como um todo,  
1348 um processo de revalidação também em análise, que avalia tudo. A empresa  
1349 propôs fazer uma avaliação ambiental integrada da área. E além disso o estudo  
1350 foi completo, houve um diagnóstico da área, um diagnóstico regional. Então nós  
1351 entendemos que não há necessidade, não há nada a ser complementado que  
1352 possa alterar a nossa posição. Então a Supri se manifesta pela manutenção do  
1353 processo na pauta. A Verônica vai fazer uma complementação com relação ao  
1354 relatório de vista, mas fora isso eu acho que a empresa também esclareceu. Se  
1355 tiver mais alguma, dúvida estamos à disposição." Presidente Yuri Rafael de  
1356 Oliveira Trovão: "Então considerando o que foi informado pela empresa e pela  
1357 equipe eu vou manter o processo em pauta, em julgamento." Verônica Maria  
1358 Ramos do Nascimento França/Supri/SEMAD: "Na verdade, é só uma  
1359 complementação mesmo, porque o relatório de vista falou sobre a não publicação.  
1360 Na verdade, existe uma publicação, o EIA/Rima foi disponível, não houve  
1361 requerimento de audiência pública, e depois da alteração do projeto não alterou  
1362 a ADA nem aumentaram os impactos. Por isso não há necessidade de nova  
1363 publicação." Conselheira Maria Eugênia Monteiro: "Só enfatizar essa questão de  
1364 que a Karla acabou de falar. Eu acho que é sempre importante enfatizar essa  
1365 substituição, no caso, de uma barragem de rejeitos, onde se submete o rejeito à  
1366 água, além de potencializar qualquer risco de contaminação, o fato de você dispor  
1367 material já filtrado em um aterro, comparativamente em relação à barragem, é  
1368 muito mais seguro. E nesse caso específico nós sabemos da seriedade da  
1369 empresa e da experiência deles ao longo dos anos em questões desse tipo. Então  
1370 era mais só para enfatizar e parabenizar a empresa, no caso, pela iniciativa de

1371 alteração do processo." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Mais algum  
 1372 conselheiro quer fazer uso da palavra? Não havendo, eu vou colocar em votação  
 1373 o item 6.1, da AngloGold Ashanti. Atenção senhores conselheiros, as  
 1374 condicionantes 5, 9, 10, 15 e 16 eu vou colocar em apartado, porque vamos  
 1375 discuti-las posteriormente, Então neste momento em votação com exceção das  
 1376 condicionais 5, 9, 10, 15 e 16. Ok? Então em votação o item 6.1, AngloGold  
 1377 Ashanti Córrego do Sítio Mineração, PA 89/1985/052/2018." Votos favoráveis:  
 1378 Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindixtra, Fiemg, SME e Abes.  
 1379 Abstenção: Relictos e ProMutuca. Justificativas de abstenções. Conselheiro José  
 1380 Angelo Paganini: "Nós vamos nos abster. Nós entendemos que a forma de  
 1381 disposição de resíduos é uma mudança positiva que merece nosso conhecimento.  
 1382 Mas não estamos seguros pela falta de uma avaliação integrada do conjunto de  
 1383 todas as atividades desenvolvidas pela operação do empreendimento."  
 1384 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: "Pela abstenção também. Eu acho essa  
 1385 mudança no processo de disposição de rejeitos apresentada pela AngloGold  
 1386 extremamente louvável, eu sou um defensor disso há muito tempo, vocês sabem  
 1387 que eu defendo isso há muito tempo. Mas a sociedade não está tranquila. Quer  
 1388 dizer, as ONGs locais. A sociedade local não está tranquila em relação ao  
 1389 empreendimento mesmo, como um todo. Essa iniciativa de se fazer uma  
 1390 avaliação ambiental integrada é também muito louvável, mas nós não estamos  
 1391 com ela. Então o que a sociedade me pediu foi que votasse contra. Pelo fato de  
 1392 eu achar que essa mudança de disposição de rejeito é extremamente favorável,  
 1393 eu estou me abstendo. Quer dizer, eu estou com o voto diferente daquele  
 1394 solicitado pela sociedade." Destaque de voto favorável. Conselheiro Carlos  
 1395 Eduardo Orsini Nunes de Lima: "Eu voto favorável e queria colocar em função do  
 1396 nosso relatório de vista, pelas medidas inovadoras que a AngloGold está  
 1397 proporcionando e pela responsabilidade social que a empresa tem demonstrado  
 1398 em mais de 100 anos de operação em Minas Gerais." Presidente Yuri Rafael de  
 1399 Oliveira Trovão: "Então processo deferido, dez votos favoráveis e duas  
 1400 abstenções. Eu vou pedir à secretaria que coloque no quadro as condicionantes  
 1401 e vou fazer o seguinte encaminhamento em relação às condicionantes. Primeiro  
 1402 a condicionante 5, que a empresa pediu destaque. Então a empresa faz o  
 1403 destaque, e eu vou abrir a palavra para o Conselho e também para os  
 1404 representantes da Supri para ver se concordam ou não com a solicitação de  
 1405 alteração. Sendo alterada, colocamos depois em bloco." Luís de Souza  
 1406 Breda/AngloGold Ashanti: "As alterações propostas, vocês vão perceber que para  
 1407 todas as condicionantes é mais uma questão de prazo que estamos pedindo para  
 1408 adequar tudo. A empresa se manifesta favoravelmente a qualquer uma delas,  
 1409 vamos cumprir tudo, mas gostaríamos de ter mais prazo, principalmente, e mudar  
 1410 um pouco o texto de algumas delas. Então a condicionante, só uma questão de  
 1411 alteração de prazo. Ao invés de ser 'antes do início das obras', nós pedimos para  
 1412 apresentar um relatório fotográfico 30 dias após o início das obras, indicando a  
 1413 instalação dessa sinalização que é cobrada na condicionante. E argumentando

que as obras vão ser feitas dentro de uma área já operacional, já licenciada e com acesso restrito. Só pessoas devidamente autorizadas e treinadas podem acessar as áreas. Então só pedimos o prazo para cumprir." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Supri, qual o posicionamento em relação a esse item específico?" Karla Brandão Franco/Supri/SEMAD: "Nós não temos objeção à alteração." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Então concordância com a 5. Pode falar a 9." Luís de Souza Breda/AngloGold Ashanti: "Mais uma vez é uma questão de prazo. Até o momento a empresa sempre cumpriu todos os padrões relacionados ao tratamento de efluentes determinados pela legislação, que é a DN COPAM/CERH nº 1/2008, como mostra o nosso relatório de cumprimento de condicionantes. No entanto, a Supri pediu essa melhoria no nosso tratamento. Então nós pedimos para alterar um pouco o texto dela, solicitando apresentar um estudo relacionado a essa melhoria e um cronograma de execução com a alternativa que possa efetivamente garantir a manutenção do parâmetro sulfato em concentrações abaixo de 250 mg/l, que é um parâmetro determinado para cursos d'água classe 2 e não para efluentes, como era determinada até então nas condicionantes." Karla Brandão Franco/Supri/SEMAD: "Nós também não temos nenhuma objeção. Nós entendemos a manifestação do empreendedor porque é um tipo de tratamento específico, e o objetivo, inclusive, é garantir uma melhoria do curso d'água em um parâmetro a mais. Nem é previsto na 01/2008, então consideramos que está se propondo a garantir uma melhoria a mais do que necessária, junto com a equipe técnica da Supri. Então sem nenhum tipo de objeção." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Alguma coisa pelo Conselho? Eu nem abri a palavra na primeira, senhores conselheiros, porque, pelo Decreto 47.383, alteração somente de prazo, quando não influencia no mérito da questão, pode ser decidida apenas pelo órgão de análise, poderia ser decidida até pela Supri. Nós estamos aproveitando aqui, já fazendo e dando ciência para os senhores, mas essas condicionantes, até o momento aqui, nem precisariam estar sendo debatidas, porque são somente questão de prazo. Mas quando os senhores quiserem se manifestar, por favor, levantem a mão, que aí passamos a palavra para os senhores. Até o momento, nós tivemos a aquiescência na alteração das condicionantes 5 e 9. Passamos para a 10." Luís de Souza Breda/AngloGold Ashanti: "Da mesma maneira, nós vamos cumprir o que está estabelecido na condicionante. Apenas solicitamos a questão do prazo e a questão relacionada ao protocolo do referido estudo no respectivo processo de licenciamento, que é o processo de operação da planta do Queiroz, se refere à Licença de Operação da planta do Queiroz. Então a única adequação da condicionante é essa, para apresentarmos esse estudo no âmbito do respectivo processo de licenciamento, que é esse que está em análise no órgão ambiental." Karla Brandão Franco/Supri/SEMAD: "Sem objeção também." Luís de Souza Breda/AngloGold Ashanti: "Sobre a condicionante 15, da mesma maneira, é uma solicitação de alteração do prazo. Ao invés de ser antes do início das obras, apresentar essa manifestação, essa nova manifestação do Conselho de Cultura,

1457 porque nós já tivemos uma primeira manifestação, nós solicitamos um prazo  
1458 maior, que seria 15 dias após a manifestação do Conselho Deliberativo de Cultura  
1459 de Raposos, considerando esse período de pandemia. É importante dizer que nós  
1460 já temos um canal de comunicação aberto com os moradores do bairro Galo e  
1461 não só o bairro Galo, mas todas as comunidades que existem em torno da nossa  
1462 operação. Continuaremos fazendo toda a comunicação, não só desse projeto,  
1463 mas da operação da planta como um todo, como é feito. E estamos pedindo só  
1464 esse prazo, para ficar mais factível de cumprimos." Karla Brandão  
1465 Franco/Suppri/SEMAD: "Sem objeção também." Luís de Souza Breda/AngloGold  
1466 Ashanti: "Podemos falar sobre a 16? Sobre essa, a única alteração que nós  
1467 solicitamos na condicionante foi essa questão do atendimento às demandas  
1468 apresentadas pelo público alvo via ata de reunião e canais de comunicação. Nós  
1469 solicitamos uma pequena alteração, para colocar 'via canais de comunicação  
1470 utilizados, priorizados de acordo com cada momento da execução do programa'.  
1471 É importante dizer que esse programa não parou de ser executado em função da  
1472 pandemia, nós continuamos com os contatos e os canais abertos com a  
1473 comunidade, mas as reuniões têm sido virtuais, então não geramos uma ata  
1474 propriamente dita. Mas geramos uma memória, e se pode, inclusive, gravar tudo  
1475 que for discutido nessas reuniões, com autorização do público presente. A única  
1476 coisa que pedimos é isso, demonstrar o atendimento da condicionante, mas  
1477 utilizando os canais em cada momento da execução desse programa." Karla  
1478 Brandão Franco/Suppri/SEMAD: "Sem objeção também, atende ao objetivo da  
1479 mesma maneira." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Pelo Conselho  
1480 alguma observação? Não há. Então nós temos a concordância da Suppri em  
1481 todas as solicitações. Eu vou ler aqui para os senhores. Condicionante nº 5 ficou  
1482 com a seguinte redação: 'Promover a sinalização próximo à área indicando a  
1483 entrada e saída de caminhões durante toda a fase da obra de implantação do  
1484 aterro. Prazo: enviar relatórios fotográficos 30 dias após o início das obras,  
1485 indicando a instalação da sinalização.' Condicionante nº 9 ficou com a seguinte  
1486 redação: 'Considerando que o lançamento de efluente líquido industrial é lançado  
1487 na barragem Cocuruto e deságua em curso d'água, que por sua vez é um curso  
1488 d'água classe 2 (Córrego Mina D'Água), cuja vazão é basicamente a vazão do  
1489 efluente lançados da barragem, apresentar estudo e cronograma de execução  
1490 com alternativa que possa garantir a manutenção do parâmetro sulfato em  
1491 concentrações abaixo de 250 mg/l, pelo prazo de 180 dias.' Condicionante 10, a  
1492 redação ficou a seguinte: 'Realizar estudo detalhado dos pontos PQZ 2041 e PQZ  
1493 2046 de monitoramento de águas subterrâneas e dos demais pontos que  
1494 compõem o programa de monitoramento no entorno da barragem Calcinados para  
1495 avaliar a ocorrência ou não da drenagem ácida no local e o grau de  
1496 comprometimento do solo e do lençol freático no entorno dela. Protocolar o  
1497 requerido estudo no âmbito da Licença de Operação da planta do Queiroz em  
1498 fase de revalidação para que o órgão ambiental conduza sua análise no âmbito  
1499 do respectivo processo (Processo Administrativo COPAM 089/1985/050/2014),

1500 bem como cópia do protocolo de apresentação do estudo no processo em  
 1501 epígrafe no prazo de 180 dias.' Próxima condicionante, nº 15, com a seguinte  
 1502 redação: 'Apresentar manifestação do Conselho Deliberativo Municipal de Cultura  
 1503 de Raposos/MG em relação à seguinte condicionante imposta no OF. 27/2018,  
 1504 de 25/10/2018: 'Abrir uma linha de comunicação direta com a Associação dos  
 1505 Moradores do Bairro Galo Velho e que juntos discutam sobre as obras de  
 1506 intervenção à mobilidade do bairro, principalmente ao acesso dos bens  
 1507 inventariados presentes na AID, como medidas compensatórias do processo de  
 1508 licenciamento ambiental. Prazo: 15 dias após a manifestação do Conselho  
 1509 Deliberativo Municipal de Cultura de Raposos/MG.' Próxima, condicionante nº 16:  
 1510 'Apresentar relatório fotográfico da execução do programa de comunicação social  
 1511 contendo o percentual das reclamações, sugestões e críticas recebidas através  
 1512 dos canais de comunicação com a comunidade; percentual de atendimento das  
 1513 demandas apresentadas pelo público alvo via canais de comunicação  
 1514 utilizados/priorizados de acordo com cada momento de execução do programa.  
 1515 Prazo: semestral.' Então coloco em votação as referidas alterações lidas e  
 1516 colocadas no quadro." Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama,  
 1517 ANM, Sindieextra, Fiemg, Relictos, ProMutuca, SME e Abes. Presidente Yuri  
 1518 Rafael de Oliveira Trovão: "Então alterações das condicionantes 5, 9, 10, 15 e 16  
 1519 aprovadas por 12 votos favoráveis." **6.2) J&F Mineração Ltda. Extração de areia**  
 1520 **e cascalho para utilização imediata na construção civil. Alvinópolis/MG. PA**  
 1521 **08118/2010/003/2018, ANM 832.011/2006. Classe 4 (conforme Lei nº**  
 1522 **21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação: Supram Leste**  
 1523 **Mineiro. Retorno de vista: ProMutuca, SME e Fiemg. Conselheiro Julio Cesar**  
 1524 **Dutra Grillo**: "Apesar do impacto ambiental que pode ser observado nas imagens  
 1525 do Google – são claros –, o empreendimento aparentemente não apresenta  
 1526 problemas para o seu deferimento. Considerando que a licença é para a expansão  
 1527 das atividades, sugerimos a inserção de um condicionante exigindo a recuperação  
 1528 das áreas degradadas em paralelo com a expansão desta mineração."  
 1529 Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: "Só manifestar que a Fiemg fez análise  
 1530 do processo, juntamente com a SME, e o parecer é pelo deferimento, nos termos  
 1531 do parecer da Supram." Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima:  
 1532 "Hipoteco as palavras do Dr. Thiago." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
 1533 "Eu volto para o Conselho. Destaque dos senhores conselheiros?" Conselheiro  
 1534 Julio Cesar Dutra Grillo: "Tem a inclusão da condicionante que eu solicitei."  
 1535 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Ok, nós voltamos a ela  
 1536 posteriormente." Vinicius Valadares Moura/Supram Leste Mineiro: "Tenho  
 1537 algumas ponderações a respeito dos pareceres de vista. Inicialmente,  
 1538 cumprimento o Dr. Julio Grillo e explanar para o senhor que a base de dados de  
 1539 imagens de satélite de que nós dispomos para utilizar aqui é a que está  
 1540 disponibilizada na rede. Então as imagens não são atualizadas. Em virtude da  
 1541 situação da pandemia e da manutenção da possibilidade de vistoria remota,  
 1542 independentemente de a vistoria ser remota ou não, nós estamos solicitando em

1543 todos os processos o imageamento atualizado por drone de todos os  
1544 empreendimentos, com uma elevada resolução, que vai permitir disponibilizar  
1545 para a instância decisória, seja ela a Câmara Técnica do COPAM ou a  
1546 Superintendência, imagens atualizadas e bem precisas do empreendimento.  
1547 Então nós já estamos aqui na Supram Leste esse procedimento. Informar para o  
1548 senhor que, em virtude de o processo requerer uma ampliação, é importante  
1549 destacar que para esse empreendimento essa ampliação não é de área, mas,  
1550 sim, de produção. Então na mesma área que o senhor conseguiu visualizar que  
1551 já existe esse impacto é a área onde vai ser realizada essa ampliação, mas que  
1552 na verdade trata-se de ampliação de produção e não de expansão de área. Então  
1553 prestar esse esclarecimento para o senhor. E em virtude disso já existe, nos autos  
1554 do processo, um Prad para eventualmente, quando do encerramento das  
1555 atividades, esse Prad ser executado. É uma condição requerida, inicialmente, na  
1556 formalização do processo. Então suponhamos que daqui a alguns meses o  
1557 empreendedor encerre as suas atividades. Ele já tem por obrigação executar esse  
1558 Prad na área do empreendimento junto com o plano de fechamento de mina. Um  
1559 faz parte do outro. Finalizando a minha fala, eu gostaria de parabenizar os  
1560 conselheiros, que têm elevado o nível desta Câmara. Eu acho importante dar esse  
1561 feedback da parte da Supram – e eu falo aqui pela minha equipe – de que a  
1562 discussão nesta nova gestão tem sido muito técnica, efetivamente. Então isso é  
1563 importante para engrandecer o trabalho realizado não só pela equipe técnica da  
1564 Supram como por vocês conselheiros. Nós temos o José Angelo, o Dr. Orsini, que  
1565 são figuras já conhecidas nossas aqui da Supram Leste; o Sr. Julio. Então eu  
1566 quero neste momento parabenizar a todos os conselheiros, que durante os  
1567 trabalhos que são executados na Câmara contribuem efetivamente para tecermos  
1568 discussões técnicas. O conhecimento não é imutável, e a cada dia nós estamos  
1569 aprendendo, e é a partir do debate que são construídas as novas ideias e  
1570 quebrados velhos paradigmas. Então eu saúdo a todos os conselheiros que se  
1571 empenham nessa missão de efetivamente exercer aqui seu papel de conselheiro.  
1572 Finaliza então a minha fala, presidente, congregando a todos os conselheiros que  
1573 nós aqui da Supram Leste, Julio, Dr. Orsini e demais conselheiros, nós estamos  
1574 a todo tempo aqui de pé e à ordem para o que for necessário para prestar o  
1575 esclarecimento que se fizer necessário. Então eu faço esse convite a vocês de  
1576 que, uma vez submetido um parecer para esta Câmara e esse parecer esteja  
1577 sendo submetido pela Supram Leste – existe no site da SEMAD, e vocês também  
1578 têm cópias de todos os nossos e-mails e contatos –, entrem em contato conosco  
1579 para buscar dirimir qualquer eventual dúvida que surja para que possamos, na  
1580 reunião em que está sendo pautado esse parecer, já discutir essas dúvidas que  
1581 vocês tenham. Eu acredito que o nosso trabalho pode ganhar em eficiência com  
1582 isso, e vai ser muito importante para todos nós, principalmente para o público, que  
1583 acaba sendo beneficiado com o nosso trabalho. Nós estamos aqui é para servir a  
1584 ele.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Minhas palavras são de  
1585 reconhecimento. O que acaba de dizer nosso querido Vinicius Moura, pela

1586 Supram Leste, é aquilo que nós esperamos do retorno do governo. Eu vejo  
 1587 realmente, pela experiência nossa de vida e pela experiência de também termos  
 1588 estado no governo, que é uma posição realmente fantástica, Vinicius. Parabéns  
 1589 pela sua fala, parabéns pela conduta que vocês têm tido, não só a Supram Leste,  
 1590 como todas as Supramps. Eu acho que vocês têm realmente desenvolvido um  
 1591 trabalho espetacular em prol do meio ambiente e em prol da racionalidade dos  
 1592 processos. É essa racionalidade que nós temos de ter, a consciência da  
 1593 racionalidade de que nós não podemos mais perder tempo. Minas Gerais, o Brasil,  
 1594 já perdeu muito tempo. Nós estamos em um mundo de competitividade, e essa  
 1595 competitividade nós somente alcançaremos se tivermos racionalidade e  
 1596 desburocratização dos processos. Então essas são as minhas palavras, e eu  
 1597 enfatizo e, Vinicius, te dou os parabéns pela sua belíssima colocação nesse  
 1598 momento." Conselheiro José Angelo Paganini: "Eu queria fazer só uma colocação.  
 1599 Eu estou completamente de acordo com a inclusão da condicionante proposta  
 1600 pelo Julio Grillo, da ProMutuca. Nós estamos em uma região em processo de  
 1601 desertificação, a situação aqui é complicada, vocês conhecem. Então não pode  
 1602 esperar o encerramento da atividade produtiva para fazer recuperação das áreas.  
 1603 Então as áreas na área de influência, na área de propriedade do empreendimento,  
 1604 estão degradadas hoje, e deveriam começar imediatamente um processo de  
 1605 recuperação dessas áreas." Elias Nascimento de Aquino Iasbik/Supram Leste  
 1606 Mineiro: "Boa tarde, Yuri, boa tarde, senhores conselheiros. Não temos nenhuma  
 1607 outra consideração a acrescentar àquilo que o Vinicius já passou." Presidente Yuri  
 1608 Rafael de Oliveira Trovão: "Ok, então eu vou colocar em votação." Conselheiro  
 1609 Luiz Henrique Passos Rezende: "Só um momento. Nada contra a proposta do  
 1610 Julio Grillo, aliás, eu até apoio. Eu só queria comentar o seguinte. Em todas os  
 1611 licenciamentos, eu acho que em todas as regras já é o pressuposto de que as  
 1612 áreas que já foram lavradas, das áreas que já estão abandonadas, que não são  
 1613 de operação mais, são concomitantemente recuperadas. Então eu não sei se  
 1614 essa proposta do Julio Grillo é redundante ou se já está posta antes do  
 1615 licenciamento. Eu acho que isso é praxe de todo o licenciamento ambiental, essa  
 1616 questão da recuperação dessas áreas abandonadas. Agora não faz nenhum  
 1617 sentido recuperar uma em que vou trabalhar em cima depois. Ela pode estar no  
 1618 meio da operação, servir de um acesso, essa coisa toda." Presidente Yuri Rafael  
 1619 de Oliveira Trovão: "Ok, nós vamos discutir a proposta, e aí as colocações do  
 1620 senhor, no momento da leitura pelo Julio da justificativa da sua proposta de  
 1621 inclusão de condicionado. Primeiro eu vou colocar o processo, conforme previsão  
 1622 do Regimento, e depois colocamos em discussão a sua proposta. Em votação o  
 1623 item 6.2, J&F Mineração Ltda. Processo 08118/2010/003/2018. Em votação."  
 1624 Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindieextra,  
 1625 Fiemg, Relictos, ProMutuca e SME. Ausência: Abes. Presidente Yuri Rafael de  
 1626 Oliveira Trovão: "Processo deferido por 11 votos favoráveis e uma ausência.  
 1627 Agora retornando à proposta do conselheiro Julio." Conselheiro Julio Cesar Dutra  
 1628 Grillo: "Eu fiz essa proposta baseado em imagem do Google. A imagem do Google

que eu peguei é a imagem tradicional do Google e deve estar com mais ou menos 80 cm por pixel. Então nos dá uma definição relativamente boa. Apesar de que ali ela está muito clara, mesmo assim, se você fizer um acerto na imagem, consegue ter uma boa definição. Mas o Vinicius fez uma colocação que não tinha passado pela minha cabeça, que é a de que essa imagem não está atualizada e que a área como um todo ainda está sendo explorada. Então eu faria uma pequena correção. Antes, eu queria agradecer também ao Vinicius, ao pessoal da Supram Leste, pelo reconhecimento da nossa intenção de elevar o padrão das discussões. É um agradecimento mesmo. Mas, voltando, eu agora fiquei sem saber, daquela área que pegamos no Google, qual seria a que está realmente sendo explorada. Eu alteraria o meu condicionante de uma maneira clara e simples. As áreas que não forem mais utilizadas deveriam ir sendo recuperadas ao longo do tempo, não é esperar todo o processo terminar para fazer um Prad e recuperar tudo. Vai recuperando na medida do tempo. Nos casos em que isso for possível. É essa a minha sugestão.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Nós temos que ter um texto, Julio, para colocarmos em deliberação. Então seria a condicionante: ‘Exigir a recuperação das áreas degradadas em paralelo com a expansão desta mineração.’ Seriam áreas que não vão ser lavadas mais. É isso?” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Isso, perfeitamente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Pode colocar até o prazo no decorrer da licença, durante a validade da licença.” Vinicius Valadares Moura/Supram Leste Mineiro: “Presidente, em conversa aqui com a equipe, eu penso que nós podemos ser, seguindo a mesma linha, um pouco mais conservadores, tendo em vista o início do período chuvoso que se aproxima. Eu sugeriria alterar a redação solicitando que o empreendedor apresente à Supram Leste. Deixa-me só contextualizar a ideia, e aí a gente sintetiza na forma do texto, que eu acredito que possa ir ao encontro do que o conselheiro Julio já colocou. Eu sugeriria que seja apresentado pelo empreendedor um levantamento de todas as áreas que já não são objeto de lavra e o cronograma da execução do Prad nessas áreas. E poderia ter um prazo de 60 dias para apresentar todas essas áreas, com o cronograma de execução, considerando a proximidade do período chuvoso, para poder resguardar, já iniciar uma ação que resgarde essas áreas que eventualmente serão objeto da recuperação.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu acho a sugestão do Vinicius melhor do que a minha.” Conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende: “Eu só queria chamar atenção que a mina não se resume só à questão da frente de lavra, em uma frente de lavra existe todo um processo também de outras áreas necessárias para que ela seja executada. Então eu sugeriria que essa redação fosse colocada de uma forma que as pessoas entendessem. Porque chega uma pessoa que não é técnica e começa a exigir coisas que não fazem sentido, recuperar uma área que está sendo usada como pátio, recuperar uma área que está sendo usada como área de transporte, área de outra coisa dentro da empresa.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Nós precisamos de um texto para colocar em votação. Vamos colocar um texto básico aqui, que foi a

1672 sugestão do Vinicius, e em cima do texto vamos modificando, porque senão  
 1673 ficamos só no campo das ideias e não temos um texto para trabalhar." Vinicius  
 1674 Valadares Moura/Supram Leste Mineiro: "Eu estou digitando agora no chat a  
 1675 redação do texto, considerando a sugestão do Luiz também." Elias Nascimento  
 1676 de Aquino Iasbik/Supram Leste Mineiro: "Se essa proposta feita pelo Vinicius para  
 1677 inclusão ou alteração da condicionante vier como forma de nova condicionante,  
 1678 no texto sugerido pelo Julio talvez fosse interessante substituir 'exigir' por  
 1679 'promover', porque a exigência já está partindo do órgão ambiental como  
 1680 condicionante." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Entendi, Elias. Vamos  
 1681 colocar primeiro o texto e trabalhamos em cima dele." Elias Nascimento de Aquino  
 1682 Iasbik/Supram Leste Mineiro: "Na verdade, a proposta do Vinicius seria em  
 1683 substituição mesmo da proposta feita pelo Julio, então não seria necessária a  
 1684 adequação que eu sugeri inicialmente." Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira:  
 1685 "A intenção dessa condicionante é que já fossem sendo recuperadas as áreas  
 1686 degradadas que não vão ser mais utilizadas. Não é isso? Do jeito que ficou a  
 1687 condicionante, 'apresentar a identificação das áreas degradadas do  
 1688 empreendimento', vai ficar por conta da Supram decidir. Eu acho que está tudo  
 1689 bem para todo mundo. A Supram vai entender que é para ele já ir recuperando?  
 1690 Porque amanhã alguém da Supram pode falar que o empreendedor pode mandar  
 1691 um Prad. 'Não, mas não acabamos de operar a mina ainda, o Prad é só no final.'"  
 1692 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "É por isso que está lá, primeiro a  
 1693 Supram deseja que ele identifique as áreas e ele promova o cronograma de  
 1694 execução. Então nesse cronograma de execução vai estar a previsão de  
 1695 executar." Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira: "Mas está em aberto. Se o  
 1696 empreendedor, no futuro, apresentar um cronograma dizendo que só vai  
 1697 recuperar daqui a dez anos quando esgotar a mina, a Supram não vai, legalmente,  
 1698 ter na mão o argumento de dizer 'o objetivo é que vocês fossem recuperando'.  
 1699 Não tem nada aqui que prenda a recuperação a uma coisa atual." Presidente Yuri  
 1700 Rafael de Oliveira Trovão: "Então seria colocar 'paralelo à operação', o que foi  
 1701 sugerido pelo Julio Grillo. '... com o cronograma de execução do Prad em paralelo  
 1702 à operação'." Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: "Eu acredito que  
 1703 o que o Paulo está falando é muito prático. Isso corrobora, inclusive, aquilo que o  
 1704 Luiz Henrique comentou de que muitas vezes tem áreas de servidão que não têm  
 1705 jeito de recuperar naquele momento, você vai recuperar após uma abertura de  
 1706 lavra, o encerramento de uma determinada lavra. Então eu concordo também, eu  
 1707 acho que em paralelo você cria uma sinergia entre a operação e a recuperação."  
 1708 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Ok. Eu acho que o entendimento está  
 1709 bem sedimentado, porque qualquer área que for utilizada futuramente não vai ser  
 1710 recuperada. Igual o próprio Henrique já colocou aqui, não tem porquê de  
 1711 recuperar uma área em que você vai trabalhar futuramente. Somente essas áreas  
 1712 que não serão mais trabalhadas ou não serão utilizadas. Eu acho que ficou bem  
 1713 claro para nós." Representante da J&F Mineração Ltda.: "Em relação à  
 1714 condicionante, a empresa está de acordo e concorda em seguir o plano

1715 apresentado." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Ok. Então eu vou  
 1716 colocar em votação. Em votação a inclusão da seguinte condicionante:  
 1717 'Apresentar à Supram Leste a identificação das áreas degradadas do  
 1718 empreendimento, com cronograma de execução do Prad, em paralelo à operação.  
 1719 Prazo: 60 dias.'" Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM,  
 1720 Sindiextra, Fiemg, Relictos, ProMutuca, SME e Abes. Presidente Yuri Rafael de  
Oliveira Trovão: "Inclusão de condicionante aprovada por 12 votos favoráveis." 7)  
 1722 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO**  
 1723 **CORRETIVA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE OPERAÇÃO.** 7.1) Draga  
 1724 **Milan Construtora e Terraplanagem Ltda.** Extração de areia e cascalho para  
 1725 utilização imediata na construção civil. Paracatu/MG. PA 1339/2020, ANM  
 1726 832.100/2008. Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III,  
 1727 alínea b). Apresentação: Supram Noroeste. Retorno de vista: ProMutuca.  
 1728 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: "Pelas minhas análises, o empreendimento,  
 1729 aparentemente, não apresenta problemas para o seu deferimento. As ONGs de  
 1730 defesa do meio ambiente não enviaram novas observações sobre esse  
 1731 empreendimento, que foi retirado de pauta para complementação e correções  
 1732 sugeridas por elas. Diante do exposto, as correções tendo sido efetuadas, a  
 1733 ProMutuca se manifesta pelo deferimento." Conselheiro Carlos Eduardo Orsini  
Nunes de Lima: "Foi pedida vista conjunta, e a posição nossa é pelo deferimento,  
 1735 sem maiores problemas." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "A Sra.  
 1736 Márcia Alves se inscreveu e disse que somente se houver necessidade. Não foi  
 1737 feito nenhum outro destaque. Então eu coloco em votação o item 7.1, Draga Milan  
 1738 Construtora e Terraplanagem Ltda. PA 1339/2020. Em votação." Votos  
 1739 favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindiextra, Fiemg,  
 1740 Relictos, ProMutuca e SME. Ausência: Abes. Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
Trovão: "Então 11 votos favoráveis e uma ausência." 8) **PROCESSO**  
 1742 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO.** 8.1) CSN  
 1743 **Mineração S/A. Pilha de Rejeitos do Fraile II; pilhas de rejeito/estéril; minério**  
 1744 **de ferro. Congonhas/MG. PA 1134/2020, ANM 043.306/1956. Classe 4**  
 1745 **(conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação:**  
 1746 **Supri.** Retorno de vista: ProMutuca, SME e Sindiextra. Conselheiro Julio  
Cesar Dutra Grillo: "O empreendimento tem o aspecto positivo da mudança da  
 1748 forma de disposição dos resíduos de mineração. Já é um ganho, um bom passo.  
 1749 Agora, observação, as imagens do Parecer Único estão ilegíveis. É possível  
 1750 localizar a área no Google Earth com a boa definição, mas é praticamente  
 1751 impossível ler as informações escritas nas imagens apresentadas pelo PU. Eu  
 1752 reforço o pedido de que as imagens sejam digitalizadas com uma resolução maior.  
 1753 Indo para o PU, literalmente, nas páginas 10 e 11, condicionantes para a fase de  
 1754 LI 1, 4, 5 e 6. A condicionante 1: 'Considerando a manifestação pública do  
 1755 empreendedor de que existe um plano de descaracterização da barragem Casa  
 1756 de Pedra, indicada nesse processo como estrutura de contenção de sedimentos  
 1757 da PDE, o empreendedor deverá apresentar um relatório técnico com ART que

1758 justifique a necessidade de lançamento de água e a necessidade de lançamento  
1759 de água e finos derivados do dreno de fundo da PDR e o efeito do aporte no  
1760 reservatório, considerando os aspectos geotécnicos e o volume atualmente  
1761 regularizado para disposição. Deverão ser apresentados os cenários de operação  
1762 atual, durante as obras de descaracterização e posterior à mesma e todas as  
1763 medidas de controle ambiental propostas, inclusive, nas fases de instalação e  
1764 operação da PDR Fraile II.' Condicionante 4: 'Realizar reunião com as  
1765 comunidades situadas na AID do empreendimento, com o intuito de dar  
1766 publicidade à situação da barragem Casa de Pedra. Na ocasião, deverão ser  
1767 abordados no mínimo: apresentação de relatórios técnicos da situação da  
1768 barragem em linguagem clara e de fácil entendimento para as comunidades,  
1769 apresentação das medidas de prevenção e controle da barragem.' Condicionante  
1770 5: '5 - Apresentar relatórios técnicos sobre as reuniões realizadas com as  
1771 comunidades, situadas na AID do empreendimento, considerando os requisitos  
1772 mínimos abordados na condicionante nº 4.' '6 - Apresentar relatórios técnicos  
1773 avaliativos a serem encaminhados ao órgão ambiental contendo, de forma  
1774 sucinta, as reclamações, sugestões e demais demandas do público externo, as  
1775 providências tomadas e as tratativas quanto os contatos recebidos pela  
1776 comunidade...' A comunidade local não reconhece o cumprimento dessas  
1777 condicionantes. Eu recebi telefonema de um monte de gente, de um monte de  
1778 moradores. Fica claro para mim, no mínimo, que não está havendo uma  
1779 interlocução da empresa com a sociedade que lhes possibilite alguma segurança.  
1780 No mínimo, essa comunicação da empresa com a sociedade tem que melhorar.  
1781 E pelo que eles afirmam esses condicionantes não foram cumpridos. Agora,  
1782 novamente, literalmente do Parecer Único. '... A pilha de rejeitos filtrados está  
1783 inserida na Sub-bacia do Rio Maranhão, tributário do rio Paraopeba. Houve  
1784 supressão de seis cavidades naturais subterrâneas pelo projeto, todas  
1785 consideradas como de baixa relevância pela análise técnica. Para instalação da  
1786 pilha foi necessária intervenção em 51,63 ha de vegetação nativa, dos quais 40,41  
1787 ha são passíveis de anuência pelo órgão federal, que foi emitida em 7/2/2019. As  
1788 fitofisionomias afetadas foram Floresta Estacional Semidecidual em estágios  
1789 médio e inicial de regeneração, eucalipto com sub-bosque, savana  
1790 arborizada/cerrado ralo, brejo. O diagnóstico da fauna apresentou presença de  
1791 uma fauna relevante, apesar das alterações na paisagem, e espécies ameaçadas  
1792 de todos os grupos de vertebrados. É fundamental, portanto, a manutenção de  
1793 corredores ecológicos na área do empreendimento e em todo o complexo,  
1794 garantindo a sobrevivência das populações de espécies frágeis...' Eu acho  
1795 extremamente importante incluir uma condicionante exigindo a entrega de um  
1796 mapa com os corredores ecológicos a serem preservados na área total dos  
1797 empreendimentos minerários da CSN em Congonhas e demais municípios das  
1798 áreas direta e indiretamente afetada. A divisão de um grande empreendimento  
1799 em pequenas partes nos impede de entender o empreendimento como um todo.  
1800 No caso dos corredores, se continuarem com os licenciamentos de pequenos

1801 pedaços, estaremos perdendo as possibilidades de preservar os corredores mais  
1802 importantes. Levando em consideração a troca de disposição dos rejeitos em  
1803 barragem pela disposição a seco em pilha, a minha tendência seria pelo  
1804 deferimento. Mas, após receber os relatos das ONGs e de moradores locais, o  
1805 meu voto é pelo indeferimento ou então retirada de pauta, para que a sociedade  
1806 possa nos dizer que sentem que aqueles condicionantes foram cumpridos e para  
1807 que a mineradora nos apresente alguma coisa em relação aos corredores  
1808 ecológicos. Se não for possível a retirada de pauta, o meu voto seria pelo  
1809 indeferimento." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Agradeço ao Julio. Da  
1810 mesma forma que os demais processos, eu não vou retirar de pauta neste  
1811 momento e solicito à equipe da Supri que, antes de adentrarmos ao mérito da  
1812 questão, me auxilie nesta decisão." Conselheira Denise Bernardes Couto: "Nós  
1813 fizemos análise do processo, entregamos o parecer dentro do prazo regimental,  
1814 vimos que a análise foi feita corretamente, seguindo todos os parâmetros  
1815 possíveis a serem considerados. E no final dessa análise o nosso parecer é pelo  
1816 deferimento nos termos do parecer." Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes  
1817 de Lima: "A minha complementação é de apoio ao relatório e ao deferimento."  
1818 João Batista/Mineração S/A: "Senhor presidente, eu gostaria de fazer uma  
1819 apresentação prestando maiores esclarecimentos sobre a fala do Sr. Salvio, sobre  
1820 o que ele disse de que a CSN lançou milhares de toneladas de rejeito em sua  
1821 propriedade. Neste primeiro slide, eu apresento para os senhores uma imagem  
1822 plana localizando a Área Sul da mina Casa de Pedra. Nessa imagem, os vários  
1823 afluentes do rio Maranhão. E o afluente onde tem o direcionamento para o fluxo  
1824 de água para o sítio. No próximo slide, eu mostro uma imagem da Área Sul para  
1825 que os senhores possam visualizar cada vertente para curso d'água, mostrando  
1826 que não teve nenhuma contribuição de rejeitos, seja da área operacional ou  
1827 mesmo da barragem Casa de Pedra, que está mais acima, fazendo uma distinção  
1828 do vale onde houve o carreamento, que foi proveniente de uma manutenção de  
1829 estrada. Então o que ocorreu? Nessa manutenção de estrada, em virtude do  
1830 patrolamento da mesma, houve a desagregação de materiais, acabou carreando  
1831 material para a propriedade do sítio Sobradinho. Nós ficamos sabendo que  
1832 chegou esse material a esse sítio via Secretaria de Meio Ambiente do município  
1833 de Congonhas, em função de uma denúncia que o proprietário fez, e logo de  
1834 imediato nós fizemos uma varredura em toda a área para identificar a causa do  
1835 ocorrido e constatamos que esse material que carregou para esse sítio foi  
1836 proveniente da estrada. Logo a seguir, nós fizemos alguns Samps às margens  
1837 dessa estrada para conter esses sedimentos, uma vez que a estrada é bastante  
1838 íngreme e aumenta muito a velocidade de escoamento da água de chuva e com  
1839 isso carreia esses sedimentos. Então nós fizemos mais três Samps. A estrada já  
1840 continha quatro Samps, e nós aumentamos para sete. E teve um resultado muito  
1841 positivo, e até hoje estão funcionando em perfeita condição. O próximo slide  
1842 apresenta as fotos que nós retiramos do relatório da ProMutuca. Esse curso  
1843 d'água, quando entra na propriedade do sítio Sobradinho, entra através de um

1844 canal, que me parece que foi escavado à mão, o famoso rego, e esse rego  
1845 percorre certo trecho com canal aberto. O trecho mais à frente via tubulação. Não  
1846 sei se suficiente para garantir o escoamento de uma pluviometria mais alta. E  
1847 depois cai em duas lagoas. Uma lagoa é de porte menor, e a outra é maior, como  
1848 vou apresentar no slide seguinte. Por que nós acreditamos que esse material foi  
1849 proveniente da estrada? Porque a característica visual do material tem um  
1850 aspecto muito parecido com o aspecto da estrada. Nós trazemos uma imagem  
1851 atualizada, tirada na quarta-feira passada, e apresentamos o caminhamento  
1852 desse curso d'água dentro da propriedade de Sobradinho. O ponto onde entra no  
1853 bueiro da malha ferroviária da MRS. Tem um caminhamento por canal, e no curso  
1854 d'água natural deveria descer, mas, no entanto, foi desviada por meio de um rego.  
1855 Interrompe o canal aberto, segue por tubulação fechada sob essa área e de novo  
1856 continua em canal aberto em formato de rego e cai na primeira lagoa. E deságua  
1857 na segunda, que é uma lagoa um pouquinho maior. Aquela primeira foto que foi  
1858 apresentada no relatório da ProMutuca, e vocês podem ver que não foi uma  
1859 quantidade significativa de material carreado para a propriedade. E por que esse  
1860 material acabou sendo contido aí? Porque o entroncamento dessa tubulação tem  
1861 um diâmetro bem menor do que apresenta nesse rego. Pela nossa medida via  
1862 foto, deve ter em torno de no máximo 50 cm de largura. Temos fotos ilustrando a  
1863 entrada dentro da propriedade. A foto nº 2 apresenta a continuidade do rego e  
1864 onde o curso d'água deveria passar naturalmente. Você pode ver que o  
1865 volume, as milhares de toneladas de materiais informadas pelo sitiante, não é  
1866 verdade. Tanto é que ele não permitiu. Nós tentamos por várias vezes fazer a  
1867 limpeza desse rego, e ele não nos consentiu. E me parece que ele mesmo fez a  
1868 limpeza, e os finos foram retirados manualmente, através de pás, e jogado o  
1869 material nas ombreiras. A foto 3 apresenta a chegada do canal. A foto 4, a primeira  
1870 lagoa, e a 5, a segunda lagoa. E fotos que tiramos também na quarta-feira, e o  
1871 curso d'água está bem preservado. E por fim apresentamos uma imagem com as  
1872 propriedades que nós adquirimos nos últimos dez anos. Nós adquirimos essas  
1873 propriedades em cima de um planejamento. Tinha vários sitiantes entre o rio  
1874 Maranhão e a malha ferroviária, e nas margens estava avançando um processo  
1875 de desmatamento. Em função de ser um rio bastante sinuoso, nos seus meandros  
1876 já estavam provocando grandes erosões, e essas erosões avançando em direção  
1877 à malha ferroviária. Foi um dos motivos que fizeram com que nós avançássemos  
1878 também na aquisição dessas propriedades. Foram várias propriedades  
1879 adquiridas, realizamos projetos, propostas de compensação em APP para  
1880 regularização. É também com finalidade para compensação de APP a aquisição  
1881 dessa propriedade. Ainda não desistimos de fazer essa compra. As negociações  
1882 com sitiantes remontam de datas bem anteriores ao que ocorreu com esse  
1883 carreamento de sedimentos por chuvas para essa propriedade. Não tem nada a  
1884 ver com o ocorrido. E aqui, finalizando, eu apresento para vocês o que realmente  
1885 aconteceu. Não foi nenhum acidente caracterizando lançamento de rejeito ou  
1886 mesmo vazamento de barragem ou mesmo carreamento de sedimentos

1887 provenientes de pilha. Então de manutenção de estrada vicinal." Marcelo Augusto  
1888 Barros: "Eu gostaria de contribuir com vocês, com uma informação muito simples  
1889 e objetiva. Eu faço parte de alguns conselhos aqui em Congonhas, e entre eles o  
1890 Conselho de Segurança Pública de Congonhas. Nós temos um comitê na CSN –  
1891 eu acho que não divulgam isso, mas eu acho muito importante – que tem  
1892 participação da sociedade, bem abrangente, tem representante da OAB,  
1893 representante da Saúde, representante da educação, representante do comércio.  
1894 Então é um comitê muito grande. Nós temos reuniões bimestrais, em que a CSN  
1895 apresenta todos os trabalhos que ela desenvolve. É preocupante quando vemos  
1896 que eles fazem um trabalho, apresentam, e as pessoas falam que não tem. Isso  
1897 me deixa muito preocupado, porque nós somos voluntários, todos nós, exercendo  
1898 um trabalho, acompanhando, fiscalizando, com certeza, todo o trabalho a CSN. E  
1899 tem que só agradecer essa oportunidade que nos engrandece enquanto pessoas  
1900 e contribuintes para a sociedade. A minha fala hoje seria apenas sobre isso,  
1901 porque o pessoal tem que acompanhar o que acontece, procurar saber o que  
1902 acontece. Não adianta ficar de longe atirando pedras, enquanto o que está  
1903 acontecendo é uma outra realidade. Não mereceria pedras, mereceria respeito e  
1904 apoio para continuar agindo da forma correta. Basicamente, é isso. É muito  
1905 importante que vocês, toda a sociedade, saiba que existe esse comitê. Esse  
1906 comitê funciona desde o ano passado, temos bimestrais, e todas as ações da  
1907 CSN são apresentadas: meio ambiente, segurança, tem um programa de  
1908 prevenção da Covid, é um negócio que passa pelo comitê, que tem toda a  
1909 sociedade representada. Era só isso que eu queria dizer a vocês. Mais uma vez,  
1910 espero estar sempre contribuindo para que essa informação seja divulgada,  
1911 porque nós estamos lá contribuindo para a sociedade e não para A ou B ou C."  
1912 Eduardo Sanches/CSN Mineração: "Eu queria só contextualizar, rapidamente,  
1913 esse projeto, que está dentro do processo de descaracterização da barragem.  
1914 Nós não mais estamos utilizando as barragens para recebimento de rejeito, desde  
1915 o ano passado. O processo hoje é 100% filtrado e empilhado. E em decorrência  
1916 da necessidade de nós termos que ajustar alguns parâmetros, inclusive a falta de  
1917 área, para podermos fazer o empilhamento, nós tivemos que, inclusive, reduzir a  
1918 nossa produção praticamente um terço em relação ao ano passado. Isso teve um  
1919 impacto significativo na cidade de Congonhas em relação aos impostos,  
1920 obviamente. E nós já estamos planejando com essa área já retomar a nossa  
1921 produção normal em relação ao ano passado. E lembrando que o nosso projeto  
1922 consiste, além de processar o material vindo da mina, processar também o  
1923 material das barragens. Como não estamos mais utilizando, entramos no  
1924 processo agora de eliminação dessas barragens. Então a importância desse  
1925 processo de licenciamento para a continuidade operacional. E para que  
1926 eliminemos as nossas barragens, o que é o clamor de toda a sociedade, nós  
1927 precisamos, nós precisamos de área para poder fazer o empilhamento. O  
1928 processo tem que ter início, meio e fim. E obviamente que passa por esse  
1929 processo de empilhamento." Conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende: "O

1930 Geandré e o Tadeu que estão representando a CSN? Eu queria que eles fizessem  
 1931 um resumo de todo esse processo dessa pilha e qual é a vantagem da aplicação  
 1932 dela e o que ela está trazendo de ganho com a barragem da CSN. Só para  
 1933 contextualizar." Geandré Ernesto/CSN Mineração: "Em resposta à solicitação do  
 1934 Luiz Henrique, contextualizando com relação à questão de implantação da pilha,  
 1935 vale ressaltar a importância, exatamente, desse processo de empilhamento,  
 1936 principalmente considerando o posicionamento da CSN hoje realmente, dada a  
 1937 descaracterização de todas as suas barragens de contenção de rejeitos. A pilha  
 1938 e as demais pilhas licenciadas fazem parte de um projeto integrado e visam  
 1939 exatamente dar continuidade às operações da CSN Mineração. Todo esse projeto  
 1940 está sendo implantado com as melhores práticas da engenharia, com vários  
 1941 estudos, inclusive, considerando a compactação e umidade desse rejeito que está  
 1942 sendo empilhado de forma a garantir exatamente que a estrutura comece, desde  
 1943 sua fundação, de forma segura e que não comprometa exatamente a sua  
 1944 implantação durante os anos. Vale ressaltar que estamos elaborando também  
 1945 vários estudos referentes a essa questão, principalmente do comportamento do  
 1946 próprio rejeito, uma vez que a nossa ideia é fazer com que a condição do rejeito  
 1947 esteja em uma condição dilatante e não contrátil, diferenciado do rejeito lançado  
 1948 no reservatório de barragem. E de forma assim garantir que a pilha se integre de  
 1949 forma adequada e segura ao meio ambiente. E esse é o nosso grande objetivo."  
 1950 Conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende: "Qual é o ganho que tem  
 1951 implantando e não lançando rejeitos nas outras barragens?" Geandré  
 1952 Ernesto/CSN Mineração: "A vantagem é exatamente isso. Hoje, por exemplo, nós  
 1953 não estamos lançando rejeito no reservatório de Casa de Pedra em função  
 1954 exatamente desse processo de empilhamento filtrado, e isso traz um ganho  
 1955 enorme para a estrutura, uma vez que se eliminam os carregamentos sobre ela.  
 1956 Mesmo a barragem Casa de Pedra sendo uma barragem de alteamento a jusante,  
 1957 a intenção da CSN é de eliminar totalmente as barragens. E aí no caso da  
 1958 implantação do empilhamento de rejeito filtrado não mais utilizaremos essas  
 1959 barragens, no caso, a barragem Casa de Pedra, para esse fim. As solicitações na  
 1960 própria estrutura serão praticamente cessadas, estarão hoje os carregamentos  
 1961 que já estão. Porque aí já fazem parte, já está, inclusive, o próprio volume da  
 1962 estrutura já calculado, para questões de amortecimento de cheias. Enfim, essa é  
 1963 a grande vantagem nesse processo." Conselheiro Luiz Henrique Passos  
 1964 Rezende: "Talvez eu faça uma pergunta técnica até meio chata. Eu queria saber  
 1965 assim: 1 m<sup>3</sup> dessa pilha seria quantos metros cúbicos na barragem?" Geandré  
 1966 Ernesto/CSN Mineração: "Depende, inclusive, da própria densidade desse  
 1967 material, considerando que na barragem esse material vai estar saturado. Eu não  
 1968 vou saber dizer exatamente a relação, mas a diferença é mínima. Então  
 1969 consideramos exatamente esse volume. No caso, seria a água, porque vamos  
 1970 estar tirando o sólido." Conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende: "E seria  
 1971 quantos por cento do volume?" Geandré Ernesto/CSN Mineração: "Algo em torno  
 1972 de 30%." Conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende: "Você lança com quanto

1973 de umidade? Quando você lança a polpa, você lança com quanto de umidade na  
1974 barragem?" Geandré Ernesto/CSN Mineração: "A polpa vai com 30% de umidade.  
1975 Eu estou considerando aí, no caso, o resultado para concepção da pilha, algo em  
1976 torno de 14% de umidade para iniciar o processo de compactação. Inclusive,  
1977 existe uma margem de erro. Então seria mais ou menos essa relação."  
1978 Conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende: "Eu vejo mais do que isso, porque  
1979 vai compactar, vai trazer segurança, o rejeito compactado não liquefaz. Eu vejo  
1980 outra vantagem: redução completa de risco de ter uma liquefação, de ter um  
1981 acidente com a barragem." Geandré Ernesto/CSN Mineração: "Obrigado pela  
1982 oportunidade de esclarecer, mas o que estou falando é exatamente isso. Nesse  
1983 processo, fazendo controle de umidade e mais compactação, o rejeito não vai ter  
1984 essa característica contrátil que pode causar a liquefação. Vai ser sempre um  
1985 rejeito dilatante nesse processo, que vai ser desde o início ensaiado, avaliado,  
1986 analisado, fazendo um processo de melhoria contínua." Conselheiro Carlos  
1987 Eduardo Orsini Nunes de Lima: "Eu acho que o que foi falado pelo pessoal técnico  
1988 da CSN, principalmente quando o Eduardo Sanches comentou, e depois o  
1989 Marcelo, o Geandré, eu vejo o seguinte. Todos nós estamos buscando soluções  
1990 para minimizar problemas de barragens. Então isso nós aqui do Conselho, da  
1991 CMI, eu acho que temos que aplaudir. E nós como defensores disso estamos  
1992 aplaudindo esse trabalho da CSN." Rodrigo Ribas/Supri/SE MAD: "A minha  
1993 introdução, Julio, é só uma pequena crítica ao seu pedido de vista em relação ao  
1994 aproveitamento de coproduto. Eu entendo o seu acordo com as ONGs, respeito.  
1995 De maneira alguma nós estamos aqui criticando o seu direito de pedir vista e o  
1996 seu dever para com os seus companheiros. A única coisa que ficou ruim é você  
1997 falar que os conselheiros querem verificar se há alguma irregularidade ou  
1998 ilegalidade, alguma coisa escondida no processo. Desculpa, Júlio, eu não posso  
1999 concordar com isso. Nós não nos escondemos, não criamos irregularidades ou  
2000 ilegalidades em processo nenhum. Nós já fomos auditados por diversas vezes  
2001 nos nossos processos. São processos sempre em evidência tanto dentro quanto  
2002 fora do COPAM. É claro. E nós nos orgulhamos muito. Claro, nós cometemos  
2003 erros materiais e erros formais, como qualquer pessoa pode cometer erro, mas  
2004 até hoje nós temos uma avaliação que é ilibada em relação à regularidade e à  
2005 legalidade dos nossos processos. Nós discordamos – é claro –, muitas vezes,  
2006 mas somos pautados pelo princípio da legalidade o tempo todo. Peço suas  
2007 desculpas, Julio, não é uma crítica pessoal a você. Eu entendo que os seus  
2008 companheiros tratam dessa maneira, e você nunca tratou. Entendo seu respeito  
2009 inabalável pelo processo e pela Supri, mas eu queria só fazer esse registro.  
2010 Depois você me critica, depois você briga comigo, Julio. Deixa as meninas  
2011 responderem tudo, e depois eu vou continuar aqui." Conselheiro Julio Cesar Dutra  
2012 Grillo: "Rodrigo, eu não vou brigá-lo com você, mesmo porque eu acho que houve  
2013 um equívoco na interpretação. Certamente, falha na minha comunicação. O que  
2014 eu quis ali dizer é o seguinte: a sociedade local, as ONGs, de uma maneira geral,  
2015 perderam completamente a confiança nas mineradoras como um todo, em todas

2016 elas. Isso não significa a perda da confiança, por exemplo, em vocês, nos  
2017 servidores da SEMAD. Mas vamos deixar clara aqui uma coisa: toda informação  
2018 que for omitida pelos empreendedores não será analisada por vocês. E eu não  
2019 estou fazendo uma crítica a vocês, isso faz parte do processo. Por exemplo, nós  
2020 já tivemos casos de falseamento de informações. Por exemplo, Córrego do Feijão  
2021 foi um caso de falseamento de informação. E o próprio Yuri já colocou em reuniões  
2022 passadas que vocês partem do princípio de que vocês têm que confiar na  
2023 fidedignidade da informação recebida. Então só resta para as ONGs locais elas  
2024 tentarem averiguar a omissão de alguma informação ou a distorção de alguma  
2025 informação. Esse exemplo da CSN para mim é um exemplo claro. Até o Marcelo,  
2026 representando a sociedade, veio aqui e disse que a sociedade está informada. O  
2027 pessoal que me liga, o pessoal que me procura – e, por exemplo, eu acho que  
2028 vale a pena talvez escutar o Sandoval – dá uma informação completamente  
2029 diferente dessa, não dá uma informação de que a sociedade está devidamente  
2030 informada e de acordo com o processo. Eu acho que está faltando informação.  
2031 No caso do 13.1, é o seguinte: eu sou a favor de um empreendimento como esse  
2032 do Coprodutos, eu venho lutando por isso há muito tempo, mas não posso deixar  
2033 de dar para as ONGs o tempo necessário para que elas possam apresentar  
2034 qualquer consideração a respeito.” Rodrigo Ribas/Supri/SEMAD: “Eu confesso  
2035 que de maneira alguma eu me senti agredido nem acho que vocês desconfiam de  
2036 nós. É só a colocação mesmo. O Sandoval nos envia fotos semanalmente. Nós  
2037 somos acessados pela sociedade. O Neylor também, que o secretário municipal  
2038 de Meio Ambiente, nos provoca muito. Então tem mais informação do que talvez  
2039 transpareça ter.” Mariana Antunes Pimenta/Supri/SEMAD: “A primeira coisa que  
2040 eu acho que é importante mencionarmos é que esse processo é um processo de  
2041 Licença de Operação, então os quesitos de viabilidade já foram tratados no  
2042 parecer de LP-LI, que já foi pautado nesta Câmara. Então nós vamos tratar dos  
2043 itens relativos à instalação do empreendimento, que são tratados na Licença de  
2044 Operação e que foram mencionados no parecer de vista do Sr. Julio Grilo. A  
2045 primeira delas é relativa às imagens. Nós temos as imagens disponíveis, se vocês  
2046 quiserem ver alguma delas. Nós pedimos desculpas pela resolução, vamos tentar  
2047 melhorar esse item. A segunda é relativa ao não cumprimento de algumas  
2048 condicionantes, conforme mencionou a comunidade local. O cumprimento dessas  
2049 condicionantes foi entregue pelo empreendedor. A primeira delas foi replicada no  
2050 nosso parecer, por não ter sido respondida na íntegra. Então é uma condicionante  
2051 do parecer de LO. As condicionantes 4 e 5 foram respondidas conjuntamente por  
2052 se tratarem das reuniões, e foram apresentados relatórios técnicos dessas  
2053 reuniões – que foram realizadas pelo Comitê CSN, que é uma organização que a  
2054 CSN fez com entidades da sociedade – periódicas, incluindo vários temas,  
2055 inclusive, o tema de barragens. O Sr. Marcelo Augusto chegou a comentar, mas  
2056 esses comprovantes desses relatórios técnicos estão no processo. Claro que se  
2057 houver alguma outra informação a equipe recebe. Com relação aos relatórios  
2058 técnicos contendo as reclamações, sugestões e outras demandas do público

2059 externo, a CSN também apresentou – consta no processo – três reclamações  
2060 nesse período de instalação do processo, feitas pelo Sr. Adeilton, Sr. José Miguel  
2061 dos Santos e Sr. Geraldo Souza Dantas, sobre limpeza e poeira. A empresa fez  
2062 um ofício informando as medidas de controle que ela tem. Ou seja, essas  
2063 condicionantes se encontram cumpridas, pelo entendimento da Suppri, da equipe  
2064 técnica. Quanto a sua recomendação, Sr. Julio, sobre corredores ecológicos, nós  
2065 concordamos. Foi feita uma análise local sobre esses corredores ecológicos no  
2066 âmbito deste processo, a CSN apresentou algumas medidas, mas que a equipe  
2067 técnica ainda considera que são tímidas. E nós gostaríamos de sugerir que isso  
2068 fosse tratado de uma forma mais ampla no processo de revalidação. O processo  
2069 de revalidação já está em análise com a Suppri, a equipe técnica se compromete  
2070 a fazer essa análise de uma forma mais ampla e tratar disso com instrumento  
2071 adequado. Porque estamos agora na Licença de Operação de um  
2072 empreendimento que já se encontra instalado e que os corredores locais foram  
2073 tratados no processo de LP+LI. Então, se o senhor concordar, fica essa sugestão  
2074 nossa de tratar com o instrumento mais adequado. Qualquer outra dúvida relativa  
2075 a desempenho ambiental que foi verificado no parecer, nós estamos às ordens e  
2076 nos colocamos à disposição.” Angélica Aparecida Sezini/Supri/SEMAD: “Eu  
2077 queria fazer apenas uma pontuação em relação ao que o Sr. Salvio Caiafa  
2078 apresentou no parecer de vista que o Dr. Julio nos trouxe, porque é uma questão  
2079 jurídica, envolve uma questão jurídica, e eu acho importante esclarecermos isso.  
2080 O Sr. Salvio relatou uma questão de um dano ambiental que já foi falado  
2081 inicialmente. Nós da Supri somente tivemos a notícia dessa questão com o  
2082 parecer de vista. Então esse assunto só chegou ao nosso conhecimento no  
2083 parecer. Nós vimos que o Sr. Salvio tomou todas as providências necessárias em  
2084 relação à fiscalização municipal, o município atuou, conforme foi demonstrado,  
2085 através de auto de infração. E no âmbito municipal todas as providências foram  
2086 tomadas. Como há um dispositivo na Lei Complementar 140 que diz que a  
2087 Unidade Federativa que licencia o empreendimento é também responsável pela  
2088 autuação, quando necessária, nós da Supri decidimos que vamos averiguar o  
2089 que aconteceu e, se for o caso, nós vamos fazer as autuações devidas, de acordo  
2090 com a legislação estadual, pelo dano causado, pela falta de comunicação desse  
2091 dano ao Estado. Que cabe aplicação do Decreto 47.383, o código 116. Mas isso  
2092 vai acontecer no momento posterior, que é o momento em que vamos avaliar essa  
2093 questão com mais profundidade. De qualquer maneira, quero frisar que esse tema  
2094 só nos chegou ao conhecimento através do parecer e que, sendo necessário,  
2095 vamos tomar as providências que dizem respeito às autuações devidas e  
2096 aplicação da legislação estadual.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu  
2097 volto ao Conselho. Alguma consideração? Então, pelas considerações feitas, eu  
2098 vou manter o processo em pauta e já vou encaminhá-lo para votação. Item 8.1,  
2099 CSN Mineração S/A. Processo Administrativo 1134/2020. Em votação.” Votos  
2100 favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindieextra, Fiemg, SME  
2101 e Abes. Voto contrário: ProMutuca. Abstenção: Relictos, ProMutuca. Justificativas

2102 de abstenção e de voto contrário. Conselheiro José Angelo Paganini: “Pela  
2103 abstenção. É positiva a forma de disposição de resíduos, mas falta uma interação  
2104 mais efetiva e positiva da empresa na sociedade civil. Por essa razão estamos  
2105 nos abstendo.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Meu voto é contra. Levando  
2106 em consideração a troca de disposição de rejeitos em barragem pela disposição  
2107 a seco em pilha, a minha tendência seria realmente pelo deferimento do PU. Mas,  
2108 após receber os relatos das ONGs e dos moradores locais e de nesse Parecer  
2109 Único ter a ausência de proposta de produção de corredores... Aqui eu abro um  
2110 parêntese. Ótima iniciativa de realizar os estudos de forma integrada, que bom,  
2111 parabéns para vocês. Mas o fato de isso não estar nesse PU. E agora a  
2112 consideração final e definitiva. Eu não tenho mais a menor dúvida de que está  
2113 havendo uma falta imensa, uma falha imensa na comunicação entre a empresa e  
2114 a sociedade local. Essa coisa tem sido exacerbada nos últimos tempos, por  
2115 exemplo, pela questão de partículas no ar, a poeira que a cidade está  
2116 enfrentando. Quer dizer, uma grande maioria da sociedade ali está muito pouco  
2117 satisfeita com essa comunicação. Então talvez até não esteja havendo  
2118 interlocução dos representantes da sociedade que estão nesse grupo formado  
2119 pela CSN para trocar as ideias, talvez falte a comunicação desse grupo com o  
2120 restante da sociedade. Eles podem estar representando uma pequena parte, não  
2121 estarem representando o todo. Eu não quero fazer um diagnóstico aqui mesmo  
2122 porque não tenho todos os elementos. O diagnóstico que eu faço é que a falha de  
2123 comunicação está muito grande. Em função disso e dando crédito aos relatos das  
2124 ONGs locais, o meu voto é contrário.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
2125 “Então processo deferido por dez votos favoráveis, um contrário e uma  
2126 abstenção.” **9) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE  
2127 RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO.** **9.1) Belmont Mineração Ltda.**  
2128 **Lavra subterrânea de pegmatitos e gemas; lavra a céu aberto, minerais não**  
2129 **metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento; pilhas de**  
2130 **rejeito/estéril; unidade de tratamento de minerais (UTM), com tratamento a**  
2131 **úmido; postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento,**  
2132 **instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e**  
2133 **postos revendedores de combustíveis de aviação. Itabira/MG. PA**  
2134 **00062/1994/017/2019, ANM 830.142/1978. Classe 5. Apresentação: Supram**  
2135 **Leste Mineiro. Retorno de vista: ProMutuca, SME, Sindixtra e Fiemp.**  
2136 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “A renovação da licença operacional,  
2137 aparentemente, não apresenta problema. O Movimento pelas Serras e Águas de  
2138 Minas (MOVSam), pela Teca... E vou abrir um parêntese para novamente elogiar  
2139 o trabalho da Teca, que tem sido incansável e com a qualidade de trabalho nota  
2140 100. Mas ela tentou localizar no território de Itabira pessoas ou organizações que  
2141 conhecessem o empreendimento para poder analisar conjuntamente o pedido de  
2142 renovação de Licença de Operação ou contribuir com considerações. Mas não  
2143 encontrou ninguém. Isso porque nesse município as questões envolvendo a Vale  
2144 estão absorvendo toda a atenção da sociedade civil organizada. Nesse caso, na

2145 falta de qualquer outra observação, a ProMutuca vota pelo deferimento, pela  
2146 aprovação do projeto." Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: "O  
2147 nosso parecer é pelo deferimento. O relato de vista foi conjunto com o Sindieextra  
2148 e a Fiemg." Conselheira Denise Bernardes Couto: "Como o Orsini falou, o relato  
2149 de vista conjunto é pelo deferimento nos termos do Parecer Único da Supram."  
2150 Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: "O Orsini e a Denise já mencionaram  
2151 o parecer conjunto pelo deferimento." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
2152 "Algum destaque por parte dos conselheiros? Não há? Nós temos três inscritos,  
2153 somente se houver necessidade. Nenhum destaque por parte dos conselheiros,  
2154 eu vou encaminhar para votação. A equipe do Leste quer se manifestado? Eu vou  
2155 encaminhar então para votação. Em votação, item 9.1, Belmont Mineração Ltda,  
2156 Processo Administrativo 00062/1994/017/2019. Em votação." Votos favoráveis:  
2157 Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindieextra, Fiemg, Relictos,  
2158 ProMutuca, SME e Abes. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Processo  
2159 deferido por 12 votos favoráveis." **10) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA  
2160 EXAME DE ADENDO A LICENÇA DE OPERAÇÃO. 10.1) Mineração Riacho  
2161 dos Machados Ltda. Lavra a céu aberto. Minerais metálicos, exceto minério  
2162 de ferro. Riacho dos Machados e Porteirinha/MG. PA 11961/2009/005/2013,  
2163 ANM 831.005/1982 e 833.480/2006. Classe 6. Apresentação: Supram Norte de  
2164 Minas. Retorno de vista: ProMutuca, SME, Sindieextra e Fiemg. Conselheiro  
2165 Julio Cesar Dutra Grillo: "O Parecer Único de adendo à Licença de Operação,  
2166 aparentemente, não apresenta maiores problemas. Mas quando consultamos a  
2167 sociedade local encontramos uma série de problemas e reclamações não  
2168 abordados no Parecer Único. Sendo assim, solicitamos a retirada de pauta para  
2169 que os problemas apresentados pelas ONGs e citados no nosso relatório de visita  
2170 sejam solucionados. Caso a retirada de pauta não seja possível, recomendamos  
2171 a inserção, no Parecer Único, das condicionantes apresentadas nas  
2172 considerações finais das manifestações das ONGs de defesa do meio ambiente,  
2173 páginas 5, 6 e 7 do parecer de vista. Então dizemos mais ou menos o que seria.  
2174 'Em caso de negativa de baixa em diligência por parte do presidente da  
2175 CMI/COPAM, que conduzirá a reunião, propõem-se as seguintes alterações de  
2176 condicionantes conforme aqui descrito. 1. Alterações dos prazos de comprovação  
2177 de cumprimento das condicionantes propostas no PU, da seguinte forma. Para  
2178 antes do início das atividades autorizadas pela AIA. Condicionantes 1, 4, 5, 6, 7,  
2179 10, 12, 14 e 18. Para enquanto durarem as atividades de supressão da vegetação,  
2180 com periodicidade quinzenal. Condicionante 8. Justificativa. As condicionantes  
2181 propostas pela Supram Norte aqui citadas devem ter a sua comprovação de  
2182 cumprimento em tempo anterior ao início das atividades, uma vez que devem  
2183 estar comprovadas com antecedência as suas consequências ambientais e as  
2184 sociais em relação aos impactos associados, obedecendo-se aos princípios  
2185 constitucionais da precaução e prevenção, além de outros aspectos legais, a  
2186 exemplo do artigo 32 da Lei 11.428. Condicionantes 5, 6 e 7. E que seja incluída  
2187 uma nova condicionante. Proposta - Que seja instituído um grupo de discussão e**

2188 acompanhamento das atividades relacionadas aos impactos diretos e indiretos às  
2189 comunidades do entorno da cava, formado por conselheiros do COPAM e Supram  
2190 Norte, representantes das comunidades do entorno, Ministério Público e quem  
2191 mais se dispuser. O objetivo desse grupo seria o de propor, junto ao órgão  
2192 ambiental licenciador, ações de mitigação, compensação e monitoramento dos  
2193 impactos gerados pela atividade minerária no entorno do empreendimento. Prazo:  
2194 antes do início das atividades autorizadas. Outras considerações. 1. Que as áreas  
2195 de compensação pela supressão de vegetação nativa e intervenções em APPs  
2196 sejam selecionadas em locais situados no entorno do empreendimento, a fim de  
2197 melhor mitigar e compensar os impactos associados a essas atividades. Em caso  
2198 de impossibilidade de cumprimento das compensações nesses locais, deverá ser  
2199 devidamente justificado pelo empreendedor e/ou Supram, sobre a escolha e  
2200 definição das áreas propostas no Parecer Único da Supram Norte. 2. Que haja a  
2201 contratação de uma empresa acreditada para realizar as análises de amostras de  
2202 água e solo para confrontar com as análises obtidas pela própria Mineração  
2203 Riacho dos Machados (MRDM). As amostragens deveriam ser coletadas  
2204 trimestralmente em diferentes pontos dentro da área total que compreende a  
2205 MRDM, e ao final de cada ano seria elaborado um parecer com os resultados  
2206 comparativos entre a empresa contratada e a MRDM. Existem boas opções de  
2207 empresas para essa possível contratação, e já foi estabelecido contato com  
2208 algumas empresas para viabilidade de orçamento. Os parâmetros seriam os  
2209 seguintes: 'E aí o pessoal enviou uma tabela, que eu não vou ler aqui, porque é  
2210 uma tabela relativamente extensa. Então nós sugerimos a inclusão desses  
2211 condicionantes e a alteração em alguns outros.' Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
2212 Trovão: "Ok, conselheiro Julio. Eu já vou adiantar aqui, que como esse processo  
2213 é lá da Supram Norte, embora não tenha sido eu que tenha feito o controle  
2214 processual – eu assino de acordo –, nós temos ciência desse processo. A questão  
2215 por que eu não vou tirá-lo de pauta. As questões colocadas no parecer do  
2216 conselheiro são pertinentes, mas não são afetas a esse processo. O que esse  
2217 processo visa, apenas, é deliberar sobre uma supressão de vegetação em virtude  
2218 do aumento da cava, da expansão da cava. A própria expansão da cava não tem  
2219 nem parâmetro na Deliberação 217. Então o que nós estamos avaliando é apenas  
2220 a supressão de vegetação e acrescer o número do DNPM ao certificado, que já  
2221 foi objeto de análise da licença anterior. Então todas essas questões colocadas  
2222 em relação a comunicação com a comunidade, as questões vindas em relação às  
2223 condicionantes, ao cumprimento ou não, elas serão tratadas no processo de  
2224 revalidação, que está sendo analisado na Superintendência. Então eles já  
2225 entraram com processo de revalidação, está sendo avaliado e, posteriormente,  
2226 será colocado aqui para apreciação dos senhores. Então em virtude de as  
2227 colocações no parecer não serem afetas, em sua grande maioria, que poderia  
2228 levar à retirada de pauta, eu vou manter o processo em pauta. Tem até no  
2229 momento do parecer falando sobre a barragem de água, e ela foi vista em outro  
2230 processo. Inclusive, em outro processo já deferido. Então são questões realmente

2231 pertinentes. Disso não resta dúvida alguma, que são pertinentes, mas não são  
2232 afetas a esse processo, que é apenas de intervenção sobre a vegetação. E aí eu  
2233 até leio aqui para os senhores o parágrafo 2º do artigo 31 do Regimento Interno:  
2234 ‘Fica vedada a discussão de matéria já deliberada nas fases anteriores do  
2235 processo de licenciamento, sem prejuízo do poder-dever de autotutela pelo  
2236 Colegiado.’ Então nós não estamos aqui diante do poder de autotutela, revendo  
2237 aqui o processo de licenciamento, e essas questões são afetas à revalidação em  
2238 si. Então assim eu mantendo o processo em pauta. Em relação às condicionantes  
2239 sugeridas, nós vamos discuti-las, uma por uma, com a equipe técnica.”

2240 Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Inicialmente, eu queria  
2241 compactuar com a colocação feita neste momento pelo Dr. Yuri no processo de  
2242 validação, uma vez que existem outros condicionantes que são inegáveis que  
2243 estão fora da atual colocação feita, que é exatamente a ampliação de talude de  
2244 lavra. Ou seja, trata-se de uma medida técnica de ampliação da cava, que vem  
2245 possibilitar – este é o nosso parecer – a segurança da respectiva lavra com a  
2246 melhor estabilidade dos taludes e, consequentemente, pela segurança dos  
2247 trabalhadores, dos funcionários e, consequentemente, do funcionamento com  
2248 mais sustentabilidade operacional do empreendimento. Nós nos detivemos,  
2249 exclusivamente, a esse aspecto da ampliação do talude de lavra, com  
2250 consequente retirada de florestas, de área de vegetação. Então o nosso parecer  
2251 é pelo deferimento e, evidentemente, também na consecução disso, nas palavras  
2252 que o próprio presidente Yuri Trovão colocou, que se refere a outro processo.  
2253 Essas são as minhas considerações. Não sei se Denise e Thiago pretendem falar  
2254 algo, porque pedimos a vista em conjunto.” Conselheira Denise Bernardes Couto:  
2255 “O Orsini já fez todas as colocações. Eu quero corroborar o posicionamento, e o  
2256 parecer foi conjunto pelo deferimento.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti:  
2257 “Sem considerações adicionais, a posição é pelo deferimento.” Ricardo Carneiro  
2258 Mineração Riacho dos Machados Ltda.: “A disponibilidade é apenas para  
2259 eventuais esclarecimentos, se houver alguma questão de ordem de procedimento  
2260 ou de natureza jurídica. Eu agradeço a oportunidade e fico à disposição.”

2261 Alexandre Gonçalves/Comissão Pastoral da Terra: “Esse parecer, essas  
2262 questões que foram colocadas foram construídas por um grupo bem grande de  
2263 pessoas que acompanham há muitos anos esse processo dessa exploração da  
2264 Mineração Riacho dos Machados e que acompanham também a questão do  
2265 monitoramento da água. E que é uma questão muito complexa, porque foi  
2266 confirmado o impacto, um tempo atrás, pelo Ministério Público, e nesse estudo foi  
2267 levantada uma série de questões que trouxe muita preocupação com relação a  
2268 contaminação de água para a população que vive no entorno, como também para  
2269 as pessoas que vivem de um projeto econômico ligado à barragem Bico da Pedra,  
2270 a jusante desse projeto, em Janaúba. Então em toda a região existe uma  
2271 apreensão muito grande com relação aos riscos desse projeto, e essas análises  
2272 que teve mostraram os índices de arsênio e outros que preocuparam a  
2273 comunidade local e trouxeram uma série de questões técnicas, ambientais e

2274 sociais para o debate. Inclusive, foi identificado um dos poços com arsênio. Com  
2275 relação a essa AIA, especificamente, eu queria trazer dois pontos. Depois outras  
2276 pessoas vão poder aprofundar um pouco mais. Então vou tentar falar mais no  
2277 geral. Uma coisa é: essa AIA é para ampliar o tamanho da cava, como foi colocado  
2278 aqui por várias pessoas, e esse avanço é para cima de uma comunidade. A  
2279 comunidade de Piranga. Inclusive, o Juscelino está aqui na reunião. Hoje,  
2280 segundo os dados do próprio parecer da Supram, são mais ou menos 600 m entre  
2281 a cava e a casa das pessoas. Com esse avanço, vai ficar para 400 m. E pelo que  
2282 vimos não existe um diálogo real da empresa com a comunidade no sentido de  
2283 discutir alternativas para essas famílias. Nós estamos falando de uma região do  
2284 Semiárido, deve ser a região mais seca de Minas, lá só chove durante três, quatro  
2285 meses, o resto do tempo é seco. E as famílias não aguentam mais viver do lado  
2286 da mineradora. Se vocês puderem ir um dia à comunidade de Piranga vocês vão  
2287 ver qual a situação das famílias. A mineradora trabalha o dia inteiro, e o vento  
2288 sopra para o lado deles, as pessoas estão doentes, as pessoas estão com risco  
2289 de beber água contaminada. Então esse é um grito que estamos trazendo aqui.  
2290 Por isso que defendemos que esse ponto tem que ser tirado de pauta para poder  
2291 se avaliar ao certo qual é esse impacto para cima dessas famílias e como vão se  
2292 encontrar alternativas para elas. São famílias que já estão lá antes dessa  
2293 mineradora há muito tempo. Inclusive, alguns conselheiros aqui que já  
2294 trabalharam para a mineradora conhecem muito bem essa realidade. Outra  
2295 questão que vemos é que esses adendos que a mineradora vem pedindo estão  
2296 dificultando uma visão dos conselheiros e da gestão ambiental mais ampla com  
2297 relação à sinergia dos problemas e os efeitos cumulativos. Por exemplo, a história  
2298 dessa mineradora, ela tem vários ad referendos. Se vocês pegarem aí, forem  
2299 estudar, vocês vão ver. O que ela está fazendo hoje não tem mais conexão com  
2300 EIA/Rima, grande parte das questões. No início, eles iam explorar a água a partir  
2301 de uma barragem no rio Piranga. Depois eles começaram a tirar água  
2302 subterrânea, inclusive, das comunidades, furaram poços nas comunidades de  
2303 forma ilegal. Tudo isso registrado. Depois eles fizeram uma barragem no rio  
2304 Rodeador. Isso nem estava previsto no EIA/Rima. Essa barragem no Rodeador  
2305 hoje funciona com APO, não tem Licença de Operação. Inclusive, ano passado,  
2306 a Supram foi lá e embargou essa barragem de água, embargou também porque  
2307 a barragem de água foi uma barragem feita para perenização do rio Rodeador, e  
2308 depois que a barragem foi feita o rio Rodeador tem menos água. Nós temos  
2309 estudo de professor da UFMG mostrando isso. Tem menos água. Ou seja, o  
2310 projeto que era para perenização de rios não está perenizando rio nenhum.  
2311 Porque na verdade não era para isso, era um projeto para levar água para  
2312 mineradora. As pessoas que estão abaixo do rio hoje estão em uma situação pior  
2313 do que estavam antes. A outra questão, a barragem de rejeitos recentemente foi  
2314 embargada. Porque ela fez uma alteamento que não estava previsto no EIA/Rima.  
2315 Essa APO dessa barragem de água está desde 2017. Quando foi feita a  
2316 barragem, cortou a água lá para baixo do rio. Então tem um conjunto de questões.

2317 Tem um dos poços em que as comunidades bebem água que deu água  
2318 contaminada. E aí fica essa discussão, 'ah, o arsênio é natural da região'. Só que  
2319 essa discussão, as pessoas que moram ali vão vendo e vão ficando com medo,  
2320 tanto que tem pessoas ao redor da mineradora que estão indo embora, porque  
2321 não aguentam mais viver ali e não têm mais confiança na água. Todo mundo bebe  
2322 água de poços profundos. Inclusive, essa comunidade que vai ser atingida, mais  
2323 ainda agora com esse avanço da cava, tem um poço artesiano do ladinho dela,  
2324 dentro da comunidade, então vai avançar ainda mais para o lado desse poço.  
2325 Então o que estamos analisando é o seguinte: todas essas questões devem ir  
2326 para a LO, para a revalidação da LO. A LO venceu em julho deste ano, os 4 ou 5  
2327 anos. Então já está na fase de se avaliar a LO, de se revalidar a LO. Então não  
2328 dá para ficar discutindo adendos porque senão na hora de discutir a LO vários  
2329 outros adendos já estão sendo discutidos e aprovados, e não vai ter uma visão  
2330 sistêmica, uma visão mais ampliada e aprofundada de todas as questões que as  
2331 comunidades e que a região está vivendo com relação ao risco desse  
2332 empreendimento." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Só para esclarecer  
2333 aos senhores conselheiros e ao Sr. Alexandre, o senhor está com a informação  
2334 um pouco atrasada em relação à barragem: ela já tem LO." Ana Paula  
2335 Alencar/Comissão Pastoral da Terra: "Boa tarde, eu sou Ana Paula, da Comissão  
2336 Pastoral da Terra, nós acompanhamos as comunidades há algum tempo, desde  
2337 que a mineração se instalou nos territórios das comunidades. Foi falado que está  
2338 tudo de acordo, mas nós viemos até aqui para solicitar que vocês se coloquem no  
2339 lugar daquelas famílias, de fato, que estão ali do lado. Como foi colocado pelo  
2340 Alexandre, hoje as famílias estão a 610 m, a comunidade de Piranga e a  
2341 mineradora estão entre 610 m. Quando a cava for ampliada, se isso ocorrer, a  
2342 distância será somente de 460 m. Imagine viver num lugar onde o barulho de  
2343 caminhões é intenso o tempo inteiro. As implosões parecem terremotos quando  
2344 acontecem grandes implosões. As casas estão rachando. Como foi dito, toda a  
2345 poeira da cava, da mina, vai toda para a comunidade. E o povo nesse processo  
2346 de adoecimento e vendo na pele que não há condições mais de continuar  
2347 sofrendo esses impactos. E agora serão ainda mais impactados. Eu gostaria que  
2348 vocês se colocassem no lugar dessas famílias, nós pedimos que isso seja visto  
2349 com mais cautela, ainda mais que estamos em uma pandemia, uma crise sanitária  
2350 gravíssima, que as pessoas não podem se encontrar nem para discutir sobre o  
2351 seu futuro, sobre o que vai ser o território dessas pessoas, o que vai ser da vida  
2352 dessas pessoas. Então pedimos que seja retirado de pauta, de fato, para que  
2353 essas famílias entendam o que está acontecendo e possam ser ouvidas, elas têm  
2354 que ser escutadas. As pessoas que vão ser atingidas, que já estão ali do lado e  
2355 vão ficar ainda mais próximas, merecem o respeito de serem escutadas. São  
2356 famílias que estão ali há décadas, há gerações. Então elas merecem que seja, de  
2357 fato, discutido com respeito, com cuidado, que sejam, de fato, escutadas. Elas já  
2358 sofrem vários impactos, como eu já falei. Essa questão da água também é uma  
2359 problemática que acompanhamos também. As pessoas não sabem qual a

2360 qualidade da água que está sendo consumida pelas famílias, pelas crianças, seus  
2361 filhos, seus netos. São pessoas que precisam, de fato, serem escutadas. Então  
2362 pedimos que isso seja avaliado com cautela. Está em jogo a vida de crianças,  
2363 idosos, pessoas que dependem de suas terras para viver, que não conseguem  
2364 plantar, não conseguem vender, porque se sabe de onde está vindo. Não  
2365 sabemos como está a situação do solo, não temos certeza da qualidade da água  
2366 que é utilizada. Precisa que isso seja, de fato, levado em consideração. A  
2367 comunidade Ouro Fino também está próximo da cava, da mina, uma comunidade  
2368 também vizinha da mineração também é uma comunidade que vem sofrendo  
2369 grandes e graves impactos em relação à água, inclusive, que também não se sabe  
2370 qual a qualidade da água que está sendo usada. E também a poeira vai para lá.  
2371 As famílias também de Ouro Fino precisam ser escutadas. É uma comunidade  
2372 próxima. E essa comunidade de Ouro Fino também não foi consultada, não foi  
2373 informado do que está acontecendo em relação à ampliação da cava. Então  
2374 solicitamos que realmente isso seja visto com cautela e seja retirada de pauta  
2375 para que as comunidades possam discutir, possam entender e serem escutadas,  
2376 principalmente.” Ernesto Machado Coelho Filho/Mineração Riacho dos  
2377 Machados: “Só a título de esclarecimento, nossa barragem de água possui uma  
2378 LO já promulgada desde o dia 16/7/2020. Com relação aos monitoramentos e  
2379 análises de água subterrânea, esse relatório é disponibilizado trimestralmente e  
2380 mensalmente aos órgãos ambientais e aos órgãos competentes para essa análise  
2381 e demonstra os parâmetros dentro dos padrões do Conama. A LO foi protocolada  
2382 a contento, o processo está em análise pela Supram Norte, que deve estar se  
2383 pronunciando ao longo desse período, acredito eu. Com relação aos impactos nas  
2384 comunidades, o empreendimento tem uma relação próxima com essas  
2385 comunidades. Mantemos contato direto, mantemos proximidade, trocamos  
2386 informações, participamos ativamente dessas relações. Então temos uma  
2387 proximidade muito grande com a comunidade de Ouro Fino, com a comunidade  
2388 de Piranga, com o pessoal do Ribeirão, com o pessoal do Rodeador. A jusante da  
2389 barragem já tem uma extensão considerável mantida a vazão da barragem de  
2390 água. Então a empresa vem cumprindo, na íntegra, as condicionantes e as  
2391 conformidades legais daquilo que foi requerido pelo empreendimento.” Juscelino  
2392 Gomes Pereira: “Eu sou representante da comunidade de Piranga, dos atingidos  
2393 pela Mineração Riacho dos Machados. A Pastoral da Terra tem conhecimento da  
2394 nossa luta contra a mineração, por direitos humanos, que estamos próximos à  
2395 mineração. Essa luta não é de hoje, eu acho que já tem mais de oito anos que a  
2396 gente vem lutando por nossos direitos. Porque nós somos atingidos pela  
2397 mineração tanto por ruído, poeira, detonações. A dificuldade é muito grande. E  
2398 nós queríamos um diálogo, uma resposta melhor do que acontece com essa  
2399 comunidade com a abertura dessa cava, que possa um objetivo alcançar pela  
2400 comunidade, que os conselhos e a promotoria possam enxergar a comunidade,  
2401 como a comunidade está sofrendo. A comunidade está chorando. Muita gente já  
2402 mudou de lá porque não estava aguentando mais conviver com a mineração. É

2403 difícil até relatar. A gente vem lutando pela indenização. Eu não sei se vamos  
2404 conseguir isso. Isso depende dos Poderes, dos conselhos. Que olhem – para falar  
2405 a verdade – com misericórdia para com as famílias que estão na beira da  
2406 mineração. A mineração reage de uma forma, ela não avisa. Na quarta-feira teve  
2407 uma visita – que eu não esperava – da mineração, eu creio que uma empresa  
2408 contratada pela mineração, fazendo levantamento estrutural e o outro  
2409 levantamento. Eles não relataram o que é esse levantamento, não falaram,  
2410 porque era secreto. Nós ficamos cismados com esse levantamento, e essa  
2411 Girassol dizendo que era contratada pela mineração. E a gente queria uma  
2412 resposta do que eles estão querendo. Que seja uma indenização, mas uma coisa  
2413 em que saia todo mundo beneficiado, tanto a comunidade de Ouro Fino e também  
2414 a de Piranga e outras comunidades também. Eu peço que olhem por nós ali,  
2415 vejam a situação nossa, vai lá nos visitar para ver o que nós passamos. Não temos  
2416 diálogo com a mineração, então é difícil conviver com isso. Que vocês façam o  
2417 melhor que seja para a comunidade. E agradeço.” Conselheiro Julio Cesar Dutra  
2418 Grillo: “Eu vi a colocação do representante da empresa, eu ouvi a fala do Ernesto,  
2419 mas choca de frente com a fala do pessoal da Comissão Pastoral da Terra. Estão  
2420 me parece que antagônicas. Eu gostaria de escutar ou a Ana Paula ou o  
2421 Alexandre sobre o que eles têm a dizer a partir da fala do Ernesto.” Alexandre  
2422 Gonçalves/Comissão Pastoral da Terra: “Primeiro, no parecer da Supram tem lá  
2423 que eles têm APO na barragem de água. O que nós vemos é o seguinte, na nossa  
2424 opinião, não existe um diálogo real com as famílias. Por exemplo, esse caso é  
2425 muito claro na fala do Juscelino. Que a mineração vai ampliar para o lado da  
2426 comunidade. Como ele colocou. A comunidade tem filhos pequenos que vira e  
2427 mexe tem problemas de saúde, idosos também que vivem lá têm problemas de  
2428 saúde. Isso não é de hoje, é uma coisa já muito antiga, desde quando iniciou esse  
2429 processo. E o que acontece? Na cerca da mineradora tem bota-fora, barragem de  
2430 rejeito, e na cerca do lado de lá já é a comunidade. Então o território da  
2431 mineradora é muito próximo às comunidades. Porque a mineradora comprou  
2432 essas áreas onde ela faz a operação, mas é muito vizinha, e é uma região muito  
2433 seca, e tem muitos problemas. Depois da mineradora, as famílias que vivem ali  
2434 tiveram muito problema com relação à viabilidade delas no local. Por exemplo,  
2435 quando o técnico da mineradora diz ‘ah, mas nós fazemos análises de água’, se  
2436 você for pegar o parecer da Chronos tem vários momentos de metal pesado. E aí  
2437 vem a discussão: de onde veio esse metal, é uma coisa natural da região ou é  
2438 uma coisa a respeito da mineradora? Até chegarmos a essa discussão do que  
2439 impactou essas análises ou se são periódicas ou não, as famílias estão ali  
2440 vivendo, bebem água do poço artesiano, dos poços do rio Radiador o gato bebe  
2441 água. E a nossa opinião é que esse diálogo foi sempre muito truncado com a  
2442 comunidade. Inclusive, tem seguranças que ficam rodando em volta da  
2443 mineradora, as famílias ficam se sentindo até ameaçada nesse processo. Então  
2444 essa é a nossa visão, não existe um diálogo real com relação às famílias atingidas  
2445 no entorno. Especificamente, o que você me perguntou.” Conselheira Verônica

2446 Ildefonso Cunha Coutinho: “Eu queria escutar o empreendedor quanto a essa  
2447 suposta consultoria que passou lá. O Sr. Juscelino colocou essa questão da  
2448 consultoria, e o Sr. Alexandre, em uma fala dele, me deu a entender que essa é  
2449 uma postura recorrente na empresa. E aí eu vou ter que concordar com ele que  
2450 isso realmente, dependendo da forma como é feito, colocado, sem, como o senhor  
2451 mencionou, informar à comunidade local do que se trata, isso é uma postura de  
2452 confronto, uma postura que causa desconforto na comunidade local. Não é normal  
2453 você habitar em um ambiente no qual tem sempre alguém ali verificando,  
2454 sondando, rondando sem as devidas explicações para a comunidade. É normal  
2455 em uma localidade como essa você ter um controle? Não é só normal, como é  
2456 obrigatório. Mas eles têm que estar cientes do que está sendo feito. Então eu  
2457 queria entender um pouco essa postura da empresa, gostaria que explicasse a  
2458 espeito dessa consultoria que foi mencionada. E se isso é recorrente que ela  
2459 instruísse melhor esses empregados, agentes, técnico, enfim, para ter um  
2460 relacionamento melhor com a comunidade, explicitar, explicar do que se trata. Eu  
2461 queria também que ela colocasse um pouco melhor sobre esses canais de  
2462 comunicação que ela tem com a comunidade local, que parece ser um ponto  
2463 muito frágil. Então eu queria que ela explanasse isso melhor. E queria escutar a  
2464 equipe técnica da SEMAD quanto às duas questões que foram levantadas: a  
2465 proximidade da comunidade com o empreendimento e a situação de poeira no ar,  
2466 de controle que existe. Enfim, eu queria escutar esses dois pontos, por gentileza.”  
2467 Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “O Dr. Ricardo Carneiro, no início,  
2468 mencionou que estaria aí para qualquer dúvida e qualquer colocação. Como muito  
2469 do que foi falado pela Comissão Pastoral da Terra tem implicações jurídicas, eu  
2470 gostaria de ouvir o Dr. Ricardo Carneiro. Até porque, como muito bem o senhor  
2471 presidente mencionou há pouco o artigo 22 do nosso Regimento Interno, o que  
2472 está sendo discutido aqui tem relação com outros processos que não este que  
2473 está constante desta pauta. Então eu gostaria de ouvir o Dr. Ricardo Carneiro.”  
2474 Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira: “Eu queria corroborar o que a Verônica  
2475 falou, eu acho muito importante que haja uma melhora dessa relação da empresa  
2476 com a comunidade, certamente. Eu estou vendo no parecer que realmente tem  
2477 uma cortina arbórea sendo prevista. Então estou levando fé de que isso vai  
2478 melhorar a questão de material particulado lá da região, o incômodo da  
2479 comunidade. E queria ver com a Supram, com o empreendedor, quais as  
2480 garantias que eles vão ter para a questão de acesso à água, a piora da qualidade  
2481 da água do pessoal. Porque muitas vezes nós decidimos as coisas aqui no  
2482 COPAM, e existe uma disparidade entre a opinião de quem recebeu o benefício  
2483 e de quem deu o benefício. Eu queria que houvesse alguma garantia para que o  
2484 acesso à água de qualidade fosse garantido para a população.” Ernesto Machado  
2485 Coelho Filho/Mineração Riacho dos Machados: “A empresa, sim, tem um bom  
2486 relacionamento com a comunidade. Tem o programa Boa Vizinhança, no qual  
2487 temos visitas constantes, até mesmo no período de pandemia, e nossa equipe  
2488 mantém esses laços com a comunidade, seja por telefone, por grupos de

2489 WhatsApp e visitas temporárias e aleatórias ao longo da semana. Montamos o  
2490 programa denominado Boa Vizinhança, que recebe esse feedback e retorna  
2491 aquilo para a comunidade. Lembrando que nós temos uma relação com o entorno  
2492 da companhia. Então todo o público-alvo que compõe o entorno da companhia é  
2493 abrangido pelos programas da área de relacionamento com a comunidade da  
2494 empresa. O canal de reclamação é aberto. Nós recebemos, eventualmente,  
2495 ligações, com qualquer dúvida, e de imediato a empresa se prontifica a atender.  
2496 Temos programa de monitoramento da qualidade do ar. Um dos equipamentos é  
2497 instalado na propriedade na comunidade do Piranga vizinha à do Sr. Juscelino,  
2498 bem próximo da casa do Sr. Juscelino, na qual essa análise é constantemente  
2499 realizada, e a equipe vai lá tirar essa amostragem. Olhando com outra  
2500 abrangência em relação à equipe da Girassol, a mineração tem alguns deveres  
2501 com implicações legais, dentre eles o programa de educação ambiental, vinculado  
2502 a demandas de condicionantes ambientais, e tem empresas de consultorias que  
2503 nos prestam esse tipo de serviço. E essa empresa está na região para fazer um  
2504 levantamento socioeconômico e cultural, que é de interesse próprio da companhia  
2505 conhecer mais profundamente a comunidade do entorno. Isso é o que viabilizará  
2506 a melhoria constante do relacionamento com a comunidade. Essa consultoria está  
2507 na região, as pessoas foram comunicadas previamente pela nossa analista de  
2508 comunidade. E essa consultoria faz levantamentos desde a caracterização  
2509 socioeconômica dessa população do entorno do empreendimento justamente  
2510 para poder nos munir de informações para tomadas de decisões assertivas com  
2511 relação a essas nuances que permeiam a comunidade circunvizinha do  
2512 empreendimento. A mineração não pode parar frente às questões de  
2513 responsabilidade socioambiental, porque precisamos desenvolver a  
2514 sustentabilidade regional, e para isso temos que conhecer nossos vizinhos. E  
2515 conhecer nossos vizinhos é o papel mais importante que enxergamos que temos  
2516 que fazer. E com isso estamos arcando e estamos seguindo esse projeto, e é  
2517 esse o papel da Girassol na região neste momento. Ficou claro, alguém tem mais  
2518 algum questionamento?" Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "O Paulo fez  
2519 alguns questionamentos em relação a cortina arbórea nas áreas e proximidades."  
2520 Ernesto Machado Coelho Filho/Mineração Riacho dos Machados: "A proximidade  
2521 existe, está relatada no Parecer Único da Supram, que está disponível. Todo  
2522 mundo viu ali o posicionamento. Tem as ações mitigatórias e as condicionantes  
2523 previstas no documento. Dentre essas condicionantes previstas – esta reunião é  
2524 justamente para que se delibere em cima desse Parecer Único – é que estamos  
2525 formatando a situação da companhia. Tem, sim, uma cortina arbórea que está  
2526 sendo citada aqui, mas a empresa está tomando ações para mitigar essa  
2527 exposição da comunidade de Piranga aos riscos associados." Ricardo Carneiro  
2528 Mineração Riacho dos Machados Ltda.: "Eu acho que estou completando 26, 27  
2529 anos de atuação na área de meio ambiente. Isso não me capacita a ver as coisas  
2530 de forma diferente, absolutamente a ninguém. E estou dizendo isso porque a  
2531 experiência já me mostrou que não há verdades absolutas. Esse processo quase

2532 sempre não é apenas com Riacho dos Machados, mas com outros grandes  
2533 empreendedores, não precisa nominá-los aqui. Hoje mesmo os senhores  
2534 presenciaram questionamentos, dúvidas das comunidades. O processo é sempre  
2535 dialético, é normal, é preciso compreender, não é bom nem ruim que seja assim,  
2536 é da vida, faz parte da dinâmica, faz parte da mecânica do instrumento de  
2537 licenciamento ambiental. No entanto, presidente, conselheiros, precisamos  
2538 lembrar que todas essas reclamações dos movimentos sociais, da Pastoral da  
2539 Terra, além de serem absolutamente legítimas, já são objeto não só de  
2540 fiscalização e acompanhamento permanente por parte da Supram Norte. O  
2541 presidente, inclusive, é diretor de Controle Processual da Supram Norte e melhor  
2542 do que qualquer um de nós saberá daquilo que a Supram Norte tem discutido e  
2543 acompanhado o processo da empresa. E, inclusive, por parte do Ministério  
2544 Público. Existem inquéritos, existem discussões, existe um termo de ajustamento  
2545 de conduta firmado quanto à barragem de água. Não há nenhuma dificuldade, o  
2546 Ernesto pode esclarecer mais, há outros consultores representantes da empresa  
2547 que podem prestar qualquer outro esclarecimento aos conselheiros, à  
2548 comunidade. Só que me parece, presidente, não só pela hora, mas também por  
2549 ela – a reunião virtual tem esse problema, eu acho que todo mundo se presume  
2550 bem alimentado, mas eu particularmente nem consegui comer nada hoje, porque  
2551 também estava no processo da Anglo American –, nós devíamos nos ater ao  
2552 assunto em pauta, no que está em julgamento, que foi pautado. Isso é regimental,  
2553 não é uma mera formalidade, uma firula, um argumento de verborragia de  
2554 advogado. O que está em pauta, segundo o Regimento, é um adendo a Licença  
2555 de Operação. Logo no começo, o parecer elaborado pela SEMAD diz,  
2556 claramente, que nós estamos tratando de uma pequena ampliação de área de  
2557 cava para diminuição de ângulo de talude. Isso não é uma fatia de bolo que se  
2558 corta, e o bolo não cai em cima de si mesmo, há determinada abertura que, nesse  
2559 caso, pressuporá supressão vegetal. O parecer deixa claro, essa atividade nem  
2560 sequer é passível de novo licenciamento, é apenas uma autorização para  
2561 intervenção ambiental, ou seja, autorização para supressão de vegetação nativa,  
2562 que só pode ser incorporada ao licenciamento existente por meio de adendo a  
2563 LO. Então, presidente, é só esse pedido que faço, essa sugestão que faço, que  
2564 sem prejuízo de em outra oportunidade colocar o assunto em pauta ou de uma  
2565 comissão dos senhores conselheiros promover o aprofundamento dessas  
2566 discussões ou em outra reunião, em 'Assuntos Gerais', mas que infelizmente nós  
2567 temos que nos ater à discussão em pauta, que não nos traz diretamente reflexos  
2568 sobre essas demandas da comunidade. E, mais uma vez, não são não apenas  
2569 tão de gerenciamento de obrigação da empresa, como também já estão em  
2570 discussão com a Supram Norte e com o Ministério Público da Comarca de Montes  
2571 Claros. Inclusive, é a Coordenadoria da Bacia Hidrográfica do São Francisco. Era  
2572 isso, presidente, eu te agradeço pela palavra, acabou sendo extemporâneo, mas  
2573 não só pelo conselheiro Thiago, mas também porque disse e ressalvei no começo  
2574 que era se houvesse necessidade de esclarecimento. Obrigado, já desejo a todos

2575 os conselheiros um bom final de semana." Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
2576 Trovão: "Foi o que eu justamente falei no início, quando falei que não retiraria o  
2577 processo de pauta. As questões colocadas no parecer de vista são pertinentes,  
2578 mas não são afetas ao processo em pauta, em julgamento neste momento. Até  
2579 para isso eu li o nosso Regimento Interno." Conselheiro Paulo Eugênio de  
2580 Oliveira: "Na verdade, eu queria saber do Ricardo Carneiro se ele está se  
2581 referindo às manifestações da comunidade. No parecer tem condicionantes, e  
2582 essas condicionantes são para mitigar impactos ambientais. Eu pontuei aqui que  
2583 já existem condicionantes para mitigar impactos que foram relatados pelas  
2584 pessoas da comunidade. Agora, eu não acho que estejamos falando nada extra.  
2585 Se essas condicionantes vieram no adendo, elas são, sim, objeto do  
2586 licenciamento, elas têm que ser faladas agora. Eu perguntei se seria possível que  
2587 a empresa explicasse para nós se há alguma garantia de evitar que a água da  
2588 comunidade ficasse contaminada, por exemplo. Eu acho isso grave, eu acho isso  
2589 muito pertinente." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Eu acho que as  
2590 informações que o Dr. Ricardo trouxe e a sua fala são complementares, Paulo,  
2591 elas não se excluem. Só estamos falando que alguns assuntos que estão sendo  
2592 debatidos, inclusive, dentro do parecer de vista, são afetos a outro processo. E o  
2593 processo de revalidação é muito mais abrangente do que um adendo apenas de  
2594 supressão. Por óbvio, aquelas condicionais que estão dentro do nosso parecer de  
2595 adendo são afetas, sim, claro, à intervenção ambiental." Conselheiro Luiz  
2596 Henrique Passos Rezende: "Eu conheço o Ricardo, conheço muito dessas  
2597 pessoas aí. Eu tive a chance de trabalhar com ele vinte anos atrás ou mais. Foi  
2598 muito bom. Eu dei uma olhada aqui no parecer. Desculpa eu ter caído de gaiato  
2599 nessa história. O Claudinei precisou sair, e eu acabei dando uma olhada agora.  
2600 Riacho dos Machados, se formos pensar, Riacho dos Machados é uma  
2601 exploração em um lugar no Semiárido. Então praticamente nós já temos conflito  
2602 de água, antes de ela acontecer. Aí a mineração chega, e esse conflito de água,  
2603 provavelmente, vai aumentar. E o que acontece? Eu dei uma olhada rápida no  
2604 parecer e vi o risco de um talude. Se romper, é uma coisa grande. É necessário,  
2605 sim, ampliar a cava para que a coisa melhore. Isso com certeza. E eu  
2606 recomendaria o máximo, o mais rápido possível, isso acontecer. Mas o que  
2607 acontece nesse processo? Parece que a empresa está tendo uma atuação –  
2608 segundo a empresa fala –social, ela tem uma preocupação social. E outra coisa  
2609 que eu queria falar. Eu fiscalizo barragem, então estive muito envolvido com esses  
2610 desastres que aconteceram, e isso me fez questionar muito a minha vida, a vida  
2611 de todo mundo e da mineração. Aí eu cheguei à conclusão: para que a gente  
2612 minera? Para quem, para quê, como, por que. Então existem várias respostas,  
2613 que é para melhorar a qualidade de vida das pessoas, para gerar riqueza, para  
2614 fornecer subsídios de matéria-prima para nossa sociedade funcionar. Existe tudo  
2615 isso. Mas, profundamente, me veio uma resposta na cabeça: nós precisamos  
2616 minerar porque também precisamos acabar com a nossa miséria. E nesse  
2617 contexto todo é uma empresa que está implantada lá, e vai acontecer esse tipo

2618 de coisa, chega, e sempre vai ter esse conflito. E ainda se agrava por ser uma  
2619 questão de Semiárido. Eu vejo que essa ação tem que acontecer, esse aumento  
2620 dessa cava, e corrigir o que precisa ser corrigido. Depois tem outras nuances.  
2621 Mas nesse ínterim, a comunidade lá vê uma oportunidade de reivindicar alguma  
2622 coisa, tem alguma coisa que não está boa. Se não essas pessoas não se  
2623 obrigavam a estarem aqui, conversando aqui. Tem alguma coisa falha que precisa  
2624 ser melhorada. Eu não sei como que isso pode ser resolvido, eu acho que a  
2625 empresa tem que entender essa questão 'para que eu minero, é para aquele local,  
2626 é para gerar riqueza, para pegar aquelas pessoas ali, é para fornece matéria-  
2627 prima para fora, é para dar emprego, é para fazer a comunidade crescer'. Então  
2628 tem um ruído aí. Se não tivesse esse ruído, as pessoas estariam batendo palmas,  
2629 ninguém ia vir reclamar. Essa comunidade está muito perto, ela precisa ser ouvida  
2630 pela empresa. Esse relacionamento tem que ser estreitado, tem que ser  
2631 conversado. Eu voto, tecnicamente, a favor desse adendo à licença pela questão  
2632 da própria segurança da comunidade, mas faria um apelo aqui de nem que seja  
2633 para entender o que está acontecendo. Às vezes as pessoas são carentes até de  
2634 uma informação, do chegar perto, de trazer. Tem alguma coisa que está faltando.  
2635 Se não estivesse faltando, isso aqui não estaria acontecendo. Então o que eu  
2636 estou querendo dizer? Eu sou a favor da licença para a própria segurança da  
2637 comunidade, que está a 500 m, a 600 m e vai ficar a 400 m, mas, se não se corrigir  
2638 isso, o acidente pode matar as próprias pessoas que trabalham ali, da região, o  
2639 que pode acontecer lá dentro com o desmoronamento de uma coisa geotécnica.  
2640 Que é o que eu vi aqui. Então o que eu estou querendo dizer? Empresa, chega  
2641 mais perto dessa comunidade, veja o que ela quer de verdade. A Pastoral da  
2642 Terra é uma coisa séria, são pessoas sérias que estão buscando coisa séria. Eu  
2643 não acho que tenha gente oportunista nisso. E peço também às pessoas que  
2644 vieram reclamar para sentar. Eu li uma coisa que é muito importante, que aprendi  
2645 no processo: a cidade como jogo de cartas. Nós precisamos sentar na mesa,  
2646 pegar a cidade como jogo de cartas em que não tem ganhador. Tem que ter um  
2647 empate, todo mundo tem que empatar. E eu hoje vejo a mineração como um jogo  
2648 de cartas. Então tem que sentar todo mundo na mesa, o empreendedor, a agência  
2649 reguladora, o meio ambiente, o que seja, centrar todos os recursos que tiver, e  
2650 fazer uma discussão. E a comunidade. Todo mundo não pode sair perdendo, todo  
2651 mundo tem que ganhar. Então é esse o recado que eu dou." Conselheiro Carlos  
2652 Eduardo Orsini Nunes de Lima: "Eu fiquei quase emocionado com as palavras do  
2653 meu querido Luiz Henrique. Luiz, você foi de muita felicidade ao falar isso aí. É  
2654 bom, presidente, que nós temos aqui um consenso nesta Câmara de Atividades  
2655 Minerárias, é bom ouvir os colegas, é bom ouvir as informações quando vem,  
2656 principalmente, chega um amigo comum também nosso, que é o Ricardo  
2657 Carneiro, que eu tenho como um guru na área também ambiental. E vejo o  
2658 seguinte, que nós podemos trabalhar de forma harmônica. A posição da  
2659 Sociedade Mineira de Engenheiros, dos meus colegas, de outros colegas que eu  
2660 já tive ocasião de salientar aqui, que pertencem a essas Câmaras, é do

2661 envolvimento com responsabilidade social. Eu acho que pela própria conformação  
2662 que foi feita em Riacho dos Machados. Eu tive uma participação nisso, mas algum  
2663 tempo atrás. Eu fui sempre baseado na questão de empresa de fora que vem aqui  
2664 com responsabilidade social. E nada mais do que isso eu acredito que seja  
2665 importante. Então eu me refiro às palavras desse grande colega Luiz Henrique,  
2666 parabenizo você, Luiz, pelas suas palavras e recomendo a aprovação, porém com  
2667 um aditivo que eu chamo, que é um aditivo de conselho, um aditivo de justificativa  
2668 junto ao empreendedor, ao Dr. Ernesto, representando aqui a empresa, de que  
2669 se aproximem da comunidade, tratem a comunidade com carinho. São poucos  
2670 aqueles que estão ali sofrendo com isso, não são muitos. Nós conhecemos a  
2671 região do Semiárido, sabemos muito bem que ali é pobre de gente, gente pobre,  
2672 e aí a importância de se ter uma aproximação favorável, uma aproximação  
2673 carinhosa com a comunidade, com o Seu Juscelino, com o pessoal da Pastoral  
2674 da Terra, de forma a tocar a vida pela frente. A mineração tem a sua importância,  
2675 eu sou apologista da mineração como desenvolvimento e acho que está na hora  
2676 de juntarmos os esforços de aprovação desse projeto, de aprovação de uma LO  
2677 – na verdade, é um aditivo à LO –, para assegurar uma operação sustentável.  
2678 Mas, não obstante, aproximação com a comunidade de forma carinhosa, de forma  
2679 a fazer com que eles possam viver em conjunto com o empreendedor. Essas são  
2680 as minhas palavras, e mais uma vez agradeço ao Luiz Henrique por ter dado essa  
2681 possibilidade de abertura desse contato.” Conselheira Verônica Ildefonso Cunha  
2682 Coutinho: “Yuri, eu não sei quais os pontos que você está colocando que não  
2683 seriam afetos, apesar de entender. Eu não estou aqui querendo rever a LO. Igual  
2684 ao conselheiro Paulo, eu voltei ao parecer. Sobre o que é mencionado no parecer,  
2685 eu entendo que posso discutir. E essa questão da interação com a comunidade e  
2686 de partículas suspensas, as duas estão aqui. Aí eu venho aqui corroborar mesmo  
2687 a fala do conselheiro Luiz Henrique porque é essencial ter um bom  
2688 relacionamento com a comunidade. Foi por isso que na minha fala anterior,  
2689 quando eu questionei, eu já havia visto essa questão do Programa Boa  
2690 Vizinhança, mas eu queria que a empresa colocasse melhor esses meios, como  
2691 ela faz, porque temos que entender a realidade local, como a mensagem é  
2692 traduzida no destinatário, como que ele recebe aquilo. Então eu acho que há que  
2693 se ter um cuidado enorme com isso. Notificar às vezes que vai chegar uma  
2694 consultoria não é suficiente, eles têm que ser munidos de toda e qualquer  
2695 informação mais completa possível. Eles já passam um transtorno imenso em  
2696 relação ao empreendimento, é um local carente, e eu acho que tem que se ter um  
2697 cuidado maior, um respeito maior e um esclarecimento mais do que claro e bem-  
2698 feito para as pessoas que estão lá. Eu achei excelente a colocação do conselheiro  
2699 Luiz Henrique e acho que a empresa carece, sim, de dar um cuidado maior.”  
2700 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Quando eu me refiro a ‘assuntos  
2701 pertinentes’, conselheira, eu não estou falando em relação ao programa de  
2702 comunicação. O programa de comunicação já foi, inclusive, descrito pelo Sr.  
2703 Ernesto, ele falou qual é desenvolvido. Eu chamei atenção para não entrarmos

2704 em outros assuntos. Exemplo, como a senhora me pediu, barragem de água,  
2705 barragem de rejeito. Essas são matérias afetas ao processo de revalidação que  
2706 está sendo analisado na Superintendência. Aqui, eu volto a dizer, nós estamos  
2707 tratando de uma intervenção ambiental, muito bem falado pelo Luiz Henrique,  
2708 para o aumento dos taludes da cava para segurança daquelas pessoas que  
2709 trabalham ali. Esses são os assuntos, dessa parte, do aumento da cava, da  
2710 supressão de vegetação, das compensações florestais advindas dessas  
2711 supressões de vegetação, essas, sim, são matérias afetas ao processo pautado.”  
2712 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu queria parabenizar o Luiz Henrique, da  
2713 ANM. Suas colocações hoje ao longo do dia foram todas sempre muito sensatas,  
2714 é muito boa a sua participação. Muito obrigado. E dizer o seguinte, que ficou  
2715 realmente para mim extremamente claro, claro mesmo, que tem uma falha de  
2716 comunicação entre a comunidade e o empreendedor. Isso está sendo recorrente  
2717 nos casos de licenciamento de mineração. Nós temos que melhorar a qualidade  
2718 dessa interlocução.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu acho que o  
2719 conselheiro Julio colocou isso muito bem agora. Essa questão da comunidade, da  
2720 interlocução entre empreendedor e aqueles afetados, seja direta ou  
2721 indiretamente, tem que melhorar. E não falo que é só por parte da empresa, a  
2722 nossa legislação tem que melhorar em relação a isso, da participação da  
2723 comunidade. Nós tivemos oportunidade, eu não me lembro mais de um  
2724 especialista que estava falando sobre isso, mas ele falava sobre a licença social  
2725 dentro de um licenciamento ambiental, que é aonde a participação da comunidade  
2726 seria maior. E disso realmente nós temos necessidade. Aí eu falo não só pelo  
2727 empreendedor, como por parte da nossa legislação também.” Pedro Henrique  
2728 Criscolo Parrela Câmara/Supram Norte de Minas: “Eu vou começar com as  
2729 respostas do retorno de vista da ProMutuca e os motivos que foram elencados  
2730 aqui para baixa em diligência. O primeiro motivo diz respeito à situação da  
2731 comunidade do entorno, Piranga Mumbuca, Ouro Fino, e propostas de mitigação.  
2732 No parecer não ficou muito clara a localização de cada uma das comunidades ao  
2733 redor, porque eu acabei focando aquela que receberia os maiores impactos dessa  
2734 alteração. É um ponto que eu queria deixar claro, o nosso parecer foi baseado só  
2735 nessa modificação que a empresa está pedindo, como já foi falado aqui várias  
2736 vezes, não estamos tratando da revalidação da licença. Então tem alguns  
2737 programas e alguns impactos de que tratamos no parecer, mas é porque a  
2738 alteração da cava vai trazer alterações nesses impactos. E aí tentamos abordar o  
2739 que a empresa vai fazer para mitigar, controlar, monitorar. A comunidade de Ouro  
2740 Fino recebe impactos maiores da barragem de rejeitos. Ela está completamente  
2741 do lado oposto da mineração em relação à cava. Por isso ela não foi incluída  
2742 nesse parecer. E a comunidade de Mumbuca está na porção norte também, ao  
2743 norte da área do empreendimento, e por isso também não está sendo abordada.  
2744 Só a de Piranga, que está ali mais próximo. Com relação ao aumento de impactos  
2745 que foi dito no relatório de vista, que não ficou muito claro, esse não seria o melhor  
2746 mapa, mas dá para ter uma ideia: vemos o córrego do Piranga, e ao longo desse

2747 córrego está a comunidade, principalmente na parte mais ao sul. A comunidade  
2748 de Ouro Fino está do lado direito, córrego Olaria, barragem de rejeito; e a  
2749 comunidade de Ouro Fino está para aquele lado; e a comunidade de Mumbuca  
2750 está para cima daquele córrego do Mumbuca. Só que essa área entre a cava e o  
2751 córrego do Mumbuca é uma área bem desabita. Nessa parte inicial tem bastante  
2752 mata nativa. A comunidade começa um pouco mais para cima. Por isso que eu  
2753 foquei só a comunidade de Piranga. Nas páginas 29 e 30, foi destacado no  
2754 relatório de vista que não ficou claro que haveria aumento de impacto sobre a  
2755 comunidade. Nos falamos sobre as emissões atmosféricas, poeira, ruído,  
2756 vibração, que vão ser os principais impactos sobre a comunidade com essa  
2757 operação da cava. Aproveitar e falar desse item 5.1.4, que também foi  
2758 questionado, sobre resíduos sólidos. O entendimento de resíduo sólido que está  
2759 nesse parecer, que está até um pouco equivocado mesmo, era com relação  
2760 àqueles resíduos comuns de escritório, sanitário, sucata, essas coisas, por isso  
2761 que eu disse que não haveria aumento na geração, porque não vai ter aumento  
2762 na escala de produção, mas realmente vai ter aumento no volume de estéril  
2763 produzido ou esperado para ser produzido ao longo de toda a vida útil da mina.  
2764 Em relação à produção mensal ou anual de estéril, isso não vai mudar porque a  
2765 escala de produção vai ser a mesma, os mesmos equipamentos, só vai aumentar  
2766 a área. Esse estéril a mais gerado, nesse momento, a empresa detentora de  
2767 Licença de Operação de pilha de estéril tem bastante espaço ainda para  
2768 acomodar. Caso seja necessário no futuro, a gente discute a abertura de uma  
2769 nova pilha ou então o encerramento da atividade por falta de espaço para  
2770 depositar estéril. Isso não vai ser discutido neste parecer agora. Com relação às  
2771 emissões de poeira, na próxima página, no terceiro parágrafo está dito que

2772 ‘essas emissões já são aspectos presentes na atual atividade, a mudança  
2773 encontra-se na diminuição da distância entre a fonte e a comunidade de Piranga,  
2774 potencializando o impacto de incômodo da população, além do impacto sobre a  
2775 fauna também.’ E aí eu falo que a mitigação hoje é feita por aspersão de água  
2776 nos acessos para conter poeira, manutenção de maquinário, controle de  
2777 velocidade para também evitar suspensão e também trepidação, o que pode  
2778 acabar incomodando por conta do ruído, e o controle de carga máxima por espera  
2779 para poder controlar vibração. Com relação aos programas executados, são  
2780 controle de emissão atmosférica, de ruído, automonitoramento de vibração e a  
2781 interação com a comunidade. Na parte de meio antrópico, colocamos que o  
2782 aumento dos impactos seria incômodo à população por conta de poeira e ruído e  
2783 quais as medidas; e de vibração e quais as medidas. Aí detalhamos mais para  
2784 frente, na página 39. Com relação aos particulados, a empresa tem um programa  
2785 de monitoramento e a cada seis dias faz a coleta nesse ponto que fica na  
2786 comunidade de Piranga. Com relação ao ruído, tem os dois pontos. São dez no  
2787 entorno da comunidade e só dois na região de Piranga. Com relação às condições  
2788 atmosféricas, os pontos que a empresa apresentou como melhoria para, se acaso  
2789 houver aumento de impacto, já que a cava vai chegar mais próximo da

2790 comunidade, seria manter o monitoramento a cada seis dias. Se detectado  
2791 aumento de poeira, eles falaram em colocar mais um caminhão-pipa, aumentar a  
2792 frequência de aspersão de água na área da cava. Como o pessoal reclamou muito  
2793 durante a vistoria dessa questão da poeira, nós solicitamos uma medida adicional,  
2794 e a empresa apresentou como proposta a implantação de uma barreira física, uma  
2795 cortina arbórea, entre a comunidade de Piranga e a cava. Com relação a poeira,  
2796 o que foi apresentado foi isso, aumentar a frequência da aspersão de água na  
2797 região, continuar o monitoramento de 6 em 6 dias e começar a implantar a cortina  
2798 arbórea, que colocamos como condicionante apresentar um relatório anualmente  
2799 para ver como está o crescimento. Com relação ao ruído, na Licença de  
2800 Operação, já tinham sido solicitadas medidas para diminuir o ruído na comunidade  
2801 de Piranga. E a empresa apresentou um estudo em que propunham mudar a rota  
2802 que é acessada à noite para acessar a pilha de estéril próxima da comunidade e  
2803 também eliminar o basculamento nessa região. Nós estamos condicionando, para  
2804 melhorar ainda mais a questão do ruído noturno, que não só o basculamento e o  
2805 transporte não ocorram nessa região, como também todas as outras atividades  
2806 da mina, perfuração, desmonte, carregamento. Desmonte eu acredito que a  
2807 empresa não faça à noite, pelo que está no processo, mas perfuração,  
2808 carregamento, descarregamento, nem na pilha nem na área da cava. Entre 22h e  
2809 6h não poderia ocorrer a atividade. Um ponto na comunidade de Piranga, 200 m,  
2810 e então dentro de toda essa área estaria proibida a movimentação nesse período  
2811 de 10h da noite às 6h da manhã, para preservar a tranquilidade do pessoal da  
2812 comunidade no período noturno, pelo menos. Isso, inclusive, foi até uma proposta  
2813 da empresa, mas eles só tinham colocado como proposta o transporte de estéril  
2814 para a pilha e o basculamento, e eu acrescentei as demais atividades também.  
2815 Infelizmente, não colocamos isso como condicionante porque não é possível  
2816 fazermos a comprovação de que isso está ocorrendo, só vamos ter uma  
2817 comprovação indireta, por meio das medidas de ruído noturno que vão continuar  
2818 acontecendo na comunidade. Eles também falaram a respeito de alterar o volume  
2819 da sirene de ré e instalar silenciadores na saída de descarga dos caminhões e  
2820 outros equipamentos móveis para também diminuir o ruído. Eles também  
2821 propuseram aumentar a frequência de medidas de ruído nesse começo da  
2822 expansão da área de operação. A ideia era aumentar a frequência para ser  
2823 mensal nos três primeiros meses, e depois entendemos que deveria ser semanal  
2824 durante os três primeiros meses de instalação desse aumento da área de  
2825 operação e em seguida manter o monitoramento mensal, que hoje ocorre  
2826 trimestralmente, pelo menos na comunidade de Piranga, que é onde tem mais  
2827 reclamações ou pelo menos é a região que está mais afetada neste momento.  
2828 Vamos mudar de trimestralmente para mensalmente, e no começo vai ser  
2829 semanalmente, para ter um acompanhamento. Com relação a vibração, que  
2830 também foi mencionado no relatório de visita, estamos propondo um aumento na  
2831 frequência do monitoramento, baseado na distância. Então qualquer detonação  
2832 que ocorrer a menos de 1.200 m daquele mesmo ponto, tem que ter um ponto de

2833 monitoramento na comunidade de Piranga, para sabermos como está sendo a  
2834 vibração lá. Também colocamos como condicionante a redução do limite de  
2835 vibração, baseado em uma norma da Cetesb. A norma que seguimos hoje é a  
2836 ABNT, e ela coloca por volta de 15 mm/s, dependendo da frequência. Tem a  
2837 norma da Cetesb que estabelece um valor de vibração bem menor, e ele não é  
2838 baseado em garantir a qualidade da estrutura, que não tenha danos na estrutura,  
2839 ele é baseado na questão de conforto da comunidade próxima à mineração. Nós  
2840 estamos colocando isso também para essa vibração ser menor. E para  
2841 incrementar – porque o pessoal reclama lá da possibilidade de as vibrações  
2842 estarem causando danos às estruturas –, a última condicionante, a 18, nós  
2843 colocamos para a empresa realizar um estudo para poder definir um critério de  
2844 vibração mais adequado para aquele tipo de construção. Porque a nossa norma  
2845 ABNT não diferencia se a casa foi bem construída, mal construída, se é uma casa  
2846 antiga, se é um bem histórico. Então nós pedimos para a empresa fazer esse  
2847 estudo. O segundo ponto do relatório de vista para pedir a baixa em diligência,  
2848 com relação aos resíduos sólidos, já foi explicado lá para cima. A próxima parte  
2849 agora, o conselheiro falou a respeito de alteração de prazo de condicionantes. Eu  
2850 já posso falar a respeito disso ou vamos falar sobre isso depois?" Presidente Yuri  
2851 Rafael de Oliveira Troyão: "Eu vou colocar isso posteriormente, sobre as  
2852 condicionantes, e discutimos uma a uma." Pedro Henrique Criscolo Parrela  
2853 Câmara/Supram Norte de Minas: "Ok. Com relação a alguns pontos que foram  
2854 levantados aqui, já foi bastante falado a respeito disso. Contaminação de água  
2855 subterrânea não está sendo tratada nesse processo, porque essa alteração que  
2856 a empresa está propondo não teria impacto sobre a qualidade de água  
2857 subterrânea, não teria uma alteração no que eles já fazem hoje para poder  
2858 impactar a qualidade de água subterrânea. Além disso, eu gostaria de deixar claro  
2859 também que essa possível contaminação da água está sendo já acompanhada  
2860 pela FEAM, pela Gerac, Gerência de Gestão de Áreas Contaminadas. Ela que  
2861 está acompanhando isso mais próximo. E os outros pontos, de barragem de  
2862 rejeitos, barragem de água, eu também já tinha falado. Eles foram  
2863 questionamentos da Pastoral da Terra. Eu gostaria de discutir a respeito disso  
2864 mesmo, sobre os problemas da barragem de rejeitos e também da barragem de  
2865 água, mas temos que nos ater ao que está sendo analisado hoje. A Segov pediu  
2866 para falar sobre a poeira, e já foi falado. Com relação à proximidade com a  
2867 comunidade, quando estivemos lá em vistoria, o pessoal da comunidade de  
2868 Piranga reclamou mesmo muito da falta de comunicação da empresa com eles,  
2869 que às vezes não conseguem ter contato quando precisam, telefone as pessoas  
2870 não atendem, a frequência de visitas também diminuiu muito desde o início da  
2871 LO. Nós deixamos isso no parecer e colocamos como recomendação que a  
2872 empresa faça visitas mais frequentes à comunidade e disponibilize um contato  
2873 telefônico permanente para a comunidade sempre conseguir ter acesso à  
2874 empresa em caso de precisar de alguma reclamação, de algum auxílio ou para  
2875 tirar dúvida com relação à atividade. No nosso processo, a comprovação que

2876 temos de visitas à comunidade de Piranga ao longo desses últimos anos foi de  
2877 uma vez por ano. E é o que tem escrito na ata de reunião realizada na área. Mas  
2878 talvez a empresa tenha aparecido lá mais vezes e não registrou em nada. Seria  
2879 bom se ela sempre deixasse isso registrado, para ter comprovações.” Conselheira  
2880 Maria Eugênia Monteiro: “Houve uma queda na internet, e não sei se foi  
2881 esclarecida a questão de algumas dúvidas agora pelo Pedro em relação a certas  
2882 questões técnicas. Eu ainda fiquei com algumas dúvidas. Mas a todo momento  
2883 você tem comentado, no caso, maiores detalhamentos em relação a barragem de  
2884 rejeito e mesmo a essa questão da expansão da cava... Certamente vai haver  
2885 uma alteração de relação estéril e minério, acho difícil não ter, no caso, uma  
2886 intervenção até a barragem, uma vez que vai alterar a produção. Foi dito até que  
2887 não vai haver essa alteração. Enfim, eu não estou querendo ser inoportuna, até  
2888 pelo adiantado da hora, mas gostaria de saber o seguinte, se essas questões que  
2889 não foram esclarecidas, por não serem objeto da pauta, se nós teremos uma  
2890 oportunidade depois para que fossem esclarecidas. Porque realmente, só  
2891 enfatizando, eu acho que foi super relevante em relação às palavras do  
2892 conselheiro Luiz Henrique da questão de realmente ter uma dificuldade de  
2893 entendimento. E eu acho que o nosso papel também, enquanto conselheiros,  
2894 enquanto Câmara Técnica, é que possamos ter a tranquilidade de julgar um  
2895 processo com toda a informação técnica possível. Eu entendo que há questões  
2896 muito sérias, esse próprio potencial de formação de drenagem ácida. Enfim, é  
2897 uma mineração de ouro, não foi detalhado o processamento, qual a forma que o  
2898 minério é processado, em termos de números mesmo do processo em si, técnico.  
2899 Enfim, eu queria só deixar isso registrado, porque são informações pertinentes.  
2900 Eu estou dizendo isso no sentido mesmo de ter uma informação ou se vai ser  
2901 possível, se vai haver uma nova reunião, se vai ser objeto de novo licenciamento.  
2902 No caso, eu concordo em relação à expansão da cava, eu acho que é pertinente.  
2903 Agora esta segunda oportunidade de esclarecimentos vai acontecer depois?”  
2904 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Maria Eugênia, todas essas questões  
2905 atinentes à barragem, à drenagem, todas elas serão discutidas no momento da  
2906 revalidação. O que o Decreto 47.383 e mesmo o 44.844 preveem? Que todas as  
2907 modificações e ampliações decorridas no processo de Licença de Operação serão  
2908 reavaliadas no processo de revalidação. Então com certeza os senhores  
2909 conselheiros terão oportunidade de discutir todas essas matérias no momento da  
2910 revalidação. A revalidação já se encontra em análise na Superintendência. Mais  
2911 algum conselheiro, alguma ponderação? Não havendo, eu vou colocar,  
2912 inicialmente, em votação – eu já justifiquei a manutenção do processo em pauta  
2913 – o processo em si, em relação à cava, e, posteriormente, vamos ponto por ponto,  
2914 como fizemos nos outros, em relação às sugestões de condicionante ou de  
2915 alteração, do Julio Grillo. Se bem que aí vai ficar prejudicado, porque o Julio Grillo  
2916 altera. Quais são as condicionantes que o senhor deseja alterar, Julio? Porque se  
2917 eu votar neste momento já estaria votando conforme o parecer, então teria que  
2918 destacar aqui quais as condicionantes em que o senhor pede alteração.”

2919 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Condicionantes 1, 4, 5, 6, 7, 10, 12,14 e 18,  
2920 colocar o prazo para antes do início das atividades autorizadas pela AIA.”  
2921 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como são muitas, vamos discutir e  
2922 colocamos tudo em um bolo só a votação? Eu acho que vai ser melhor, porque  
2923 são várias. Então vamos lá, a primeira.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo:  
2924 “Seria alteração dos prazos de cumprimentos das condicionantes. Para antes do  
2925 início das atividades autorizadas, os condicionantes 1, 4, 5, 6, 7, 10, 12, 14 e 18.  
2926 Esses condicionantes deveriam ter comprovado o seu cumprimento antes do  
2927 início da atividade. E enquanto durar a atividade de supressão de vegetação, com  
2928 periodicidade quinzenal, na condicionante 8. E que seja incluída uma nova  
2929 condicionante. Proposta: ‘Que seja instituído um grupo de discussão e  
2930 acompanhamento das atividades relacionadas aos impactos diretos e indiretos às  
2931 comunidades do entorno da cava, formado por conselheiros do COPAM, Supram  
2932 Norte, representante da comunidade entorno, Ministério Público e quem mais se  
2933 dispor. O objetivo desse grupo seria o de propor junto ao órgão ambiental  
2934 licenciador ações de mitigação, compensação e monitoramento dos impactos  
2935 gerados pela atividade minerária no entorno do empreendimento. Prazo: antes do  
2936 início das atividades autorizadas.”” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
2937 “Primeiro eu vou ouvir a opinião da Superintendente, depois passo para o  
2938 Conselho e para o empreendedor.” Pedro Henrique Criscolo Parrela  
2939 Câmara/Supram Norte de Minas: “Com relação à primeira condicionante, eu não  
2940 conseguir entender como poderia ser possível ela ser cumprida antes da  
2941 autorização, pois a ideia é apresentar um relatório consolidado anual de todas as  
2942 condicionantes que estão nesse adendo. Depois o conselheiro Julio Grillo poderia  
2943 nos explicar.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Essa parte, como vocês  
2944 devem ter observado, estão dentro das considerações que me foram enviadas  
2945 pelas ONGs locais. E na verdade eles querem que essas diversas atividades  
2946 sejam cumpridas, esses condicionantes, antes do início da operação. Nesse caso  
2947 do item 1, apresentar relatório consolidado anual com status do andamento do  
2948 cumprimento de todas as condicionantes, eu acho que antes do início da atividade  
2949 seria factível. Olhar as condicionantes. Essas condicionantes foram cumpridas?  
2950 Em que estágio estão de cumprimento?” Pedro Henrique Criscolo Parrela  
2951 Câmara/Supram Norte de Minas: “Com relação a essa primeira, pode ser que ela  
2952 se encaixe nas condicionantes que já existem, mas nessas que nós estamos  
2953 propondo, como todas elas têm prazo para serem cumpridas, não faria sentido.  
2954 Se for para cumprir antes, não ia nem ser condicionante, mas uma ação  
2955 complementar. A Supram Norte entende que esse relatório seria mais para fazer  
2956 um resumo, todo final de ano, para sabermos o que foi cumprido.” Conselheiro  
2957 Julio Cesar Dutra Grillo: “Ok. Vamos para o item 4 então.” Conselheiro Enio  
2958 Marcus Brandão Fonseca: “Presidente, eu realmente achei que a resposta do  
2959 Pedro foi bastante contundente. E como também eu represento aqui um órgão  
2960 licenciador essas questões que definem prazos de atendimento são muito  
2961 importantes para não gerar na sequência um descumprimento de obrigações e

que, se não forem muito bem definidos, ficam inviáveis e não factíveis de serem atendidos. Então eu considero que essas definições fazem parte da essência e da competência do órgão licenciador de dizer exatamente qual é o melhor momento em que essas obrigações têm que ter a sua comprovação por parte dos órgãos. Então quando foi colocado me trouxe uma apreensão, porque era preciso visitar cada uma delas no detalhe para saber se poderiam ser cumpridas antes. Mas o Pedro foi muito objetivo para poder pontuar a clareza de que não procede essa proposta, pela inviabilidade de se apresentar a comprovação daquilo que precisa de ser executado dentro de um determinado prazo, que não é o antes de iniciar as atividades.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então em relação à proposição de alteração da condicionante 1, item, 1, a Superintendência se manifesta pela manutenção conforme o PU. Lembrando aos senhores que sempre nós colocamos em votação a manifestação da Superintendência. Então, quando eu colocar em votação o parecer, a condicionante 1 vai estar conforme constante no Parecer Único, os senhores estarão votando conforme o Parecer Único. Então vamos para a 4.” Pedro Henrique Criscolo Parrella Câmara/Supram Norte de Minas: “A condicionante 4 é uma condicionante padrão, formalizar o processo de compensação ambiental no IEF da compensação minerária em 120 dias. Temos um procedimento definido para isso, de uma complementação que é condicionada.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “No caso, a solicitação da comunidade é clara. ‘São 120 dias? Coloca aí que isso deveria ter sido comprovado, esse processo administrativo, o cumprimento da medida compensatória, antes do início da obra.” Pedro Henrique Criscolo Parrella Câmara/Supram Norte de Minas: “É o que está definido nos procedimentos de todas as Supramps mesmo, de ter um prazo para cumprir. Cada compensação tem um procedimento específico. Por exemplo, a de Mata Atlântica é prévia, mas essa do artigo 75 do Código Florestal estadual é condicionada. Por isso que nós colocamos dessa forma.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “O que a equipe está colocando, Julio, é que é uma condicionante padrão.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu entendi, comprehendo e concordo. Vamos seguir para a 5. ‘Apresentar relatório consolidado com avaliação da área a ser reconstituída ou memorial fotográfico. Substituir as áreas de execução conforme relatório técnico.’ Isso foi colocado como durante a vigência da licença, e o pessoal está querendo realmente que esse relatório consolidado sendo apresentado antes do início da expansão.” Pedro Henrique Criscolo Parrella Câmara/Supram Norte de Minas: “O nosso procedimento também com relação a compensação de área de preservação permanente, a empresa apresenta para nós um projeto técnico de recuperação (PTRS), acompanhado de um cronograma. Nós avaliamos e aprovamos o projeto técnico, com o cronograma, e condicionamos à execução daquilo que foi aprovado. E o que ele tem que comprovar para nós ao longo do tempo é que ele está seguindo esse cronograma e o projeto que já avaliamos. Por isso também entendemos que tem que manter com o prazo durante a vigência da licença e essa apresentação do relatório consolidado; 31 de janeiro, a cada ano

3005 da vigência da licença." Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: "Sem observações."  
3006 Pedro Henrique Criscolo Parrela Câmara/Supram Norte de Minas: "Eu queria só  
3007 fazer uma observação, porque essa também é uma condicionante que não teria  
3008 como ser cumprida antes, já que o processo de recuperação é longo, vai levar  
3009 algum tempo até que a área esteja completamente recuperada. Então aprovamos  
3010 o projeto para ele ser executado." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Só  
3011 voltando, a 1, a 4 e a 5, o empreendedor queria se manifestar sobre elas? Então  
3012 passamos para a 6." Pedro Henrique Criscolo Parrela Câmara/Supram Norte de  
3013 Minas: "A 6 é 'apresentar a comprovação do cumprimento das ações do TCCF  
3014 pela Lei Federal 11.428/2006'. Essa também, nosso procedimento é de  
3015 apresentar um projeto, que vamos aprovar. Ele assinou um termo de  
3016 compromisso conosco, que é registrado em cartório, se não me engano, e a  
3017 condicionante é que ele execute o que foi acordado com a Supram. É outro caso  
3018 de uma área que está sendo recuperada. Nesse caso aqui não é nem  
3019 recuperação, é para incluir na matrícula. Mas ele assinou um termo de  
3020 compromisso, e nós vamos estar solicitando que ele cumpra de acordo com o  
3021 cronograma que ele estabeleceu. A 7 é a mesma coisa, só que, ao invés de o  
3022 termo ter sido assinado conosco, foi assinado com o IEF. E aí nós colocamos para  
3023 ele apresentar, ao final de 60 dias do cronograma que o IEF aprovou, que o IEF  
3024 declarou que ele cumpriu as medidas que ele acordou com o IEF. Na 10, não  
3025 fazemos objeção quanto à proposta do conselheiro." Presidente Yuri Rafael de  
3026 Oliveira Trovão: "A proposta do conselheiro é antes então." Conselheiro Julio  
3027 Cesar Dutra Grillo: "Antes do início." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
3028 "Nesse nós tivemos mudança. O empreendedor quer se manifestar? Não falou  
3029 nada, então vamos permanecer com essa. Então a redação da 10 eu já vou ler  
3030 de imediato. Tem a concordância da Superintendência. 'Apresentar relatório  
3031 demonstrando a redução do volume de sirene de ré e a instalação de  
3032 silenciadores nas descargas dos equipamentos móveis. Prazo: antes do início das  
3033 atividades autorizadas pela AIA.' É um novo prazo estipulado. Condicionante 12."  
3034 Pedro Henrique Criscolo Parrela Câmara/Supram Norte de Minas: "A  
3035 condicionante 12 também é uma condicionante padrão que nós recebemos. O  
3036 monitoramento de qualidade do ar está sendo repassado para a FEAM, que  
3037 encaminhou para nós esse modelo de condicionante para poder passar essa  
3038 gestão da qualidade do ar para eles. Por isso que está esse prazo de 180 dias."  
3039 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: "Nesse caso, eu acho que deveria ter a  
3040 condicionante realmente de apresentar comprovação antes do início das  
3041 atividades." Pedro Henrique Criscolo Parrela Câmara/Supram Norte de Minas: "A  
3042 condicionante 13 fala o seguinte. Realizar o monitoramento da qualidade se a  
3043 FEAM considerar que deve continuar, mas com a observação de manter o  
3044 automonitoramento, que atualmente está sendo feito, enquanto a FEAM não se  
3045 manifestar. Então o monitoramento de particulados vai continuar sendo realizado,  
3046 enquanto a FEAM faz análise da área." Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: "Sim,  
3047 eu comprehendo, mas, por exemplo, o item 'modelagem atmosférica com modelo

3048 Aermod e descrição do resultado com avaliação da qualidade do ar da área de  
 3049 influência do empreendimento', isso pode ser apresentado antes do início, bem  
 3050 como o inventário das fontes atmosféricas do empreendimento." Presidente Yuri  
 3051 Rafael de Oliveira Trovão: "Houve a discordância, e eu vou colocar em votação  
 3052 pelo parecer da Superintendência. Podemos até colocar apartado, caso o senhor  
 3053 queira, mas vou deixar pelo parecer da Supram." Pedro Henrique Criscolo Parrela  
 3054 Câmara/Supram Norte de Minas: "Na 14 também não fazemos objeção de ser  
 3055 alterado o prazo. Nós entendemos que pode ser o prazo que o conselheiro  
 3056 apresentou." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "O empreendedor quer  
 3057 falar alguma coisa sobre a 14? Não? 'Representar análise de todos os  
 3058 monitoramentos na comunidade de Piranga para os casos em que a vibração  
 3059 detectada tenha frequência menores que 4HZ...' Condicionante 18." Pedro  
 3060 Henrique Criscolo Parrela Câmara/Supram Norte de Minas: "A 18 é 'realizar um  
 3061 diagnóstico da qualidade estrutural', aquilo que eu falei sobre a empresa fazer  
 3062 aquele estudo com relação a qual é a vibração que as residências da região  
 3063 suportariam, ao invés de ficar utilizando o parâmetro que temos hoje na ABNT.  
 3064 Mas enquanto isso vamos utilizar a norma nacional, que é o parâmetro da ABNT.  
 3065 Então por isso colocamos um prazo de 180 dias, para ele ter tempo de fazer esse  
 3066 estudo, e enquanto isso ele vai monitorar de acordo com o que está vigente. Então  
 3067 nós somos por manter o prazo de 180 dias." Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo:  
 3068 "Nesse caso também, eu gostaria de colocar a condicionante para 'antes do início  
 3069 das atividades'." Ricardo Carneiro Mineração Riacho dos Machados Ltda.: "Pelo  
 3070 menos a nós nos cabe questionar. São condicionantes que impedem o início da  
 3071 supressão e da reconformação da cava?" Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
 3072 Trovão: "Vocês têm que cumprir antes de iniciar." Ricardo Carneiro Mineração  
 3073 Riacho dos Machados Ltda.: "Eu queria até ouvir o Ernesto, mas isso nos traz  
 3074 preocupações." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Eu já passei pela 10  
 3075 e a 14. Foi a única que teve alteração, Dr. Ricardo, as demais permanecem  
 3076 conforme o parecer da Superintendência. A 18 a Superintendência entende que  
 3077 permanece o prazo de 180 dias, e o Julio solicita que seja antes do início das  
 3078 atividades. Então eu vou colocar conforme parecer da Superintendência. Até o  
 3079 momento, da 1, 4, 5, 6, 7, 10, 12, 14 e 18, as únicas que tiveram aquiescência da  
 3080 Superintendência para alteração do prazo foram a 10 e a 14. O empreendedor  
 3081 está solicitando que a gente dê uma lida de novo na 10. De qualquer forma eu já  
 3082 adianto que vou colocar a alteração 'antes do início', porque houve a concordância  
 3083 da Superintendência. Mas vamos lá, só para ouvir o empreendedor." Ernesto  
 3084 Machado Coelho Filho/Mineração Riacho dos Machados: "Só para tentar  
 3085 entender. Os monitoramentos nossos de ruído naquela região não dão nenhuma  
 3086 desconformidade ou não conformidade com relação a esse item de impacto  
 3087 sonoro ali naquela região. Então eu queria pedir para você reavaliar isso, porque  
 3088 nós temos apresentado constantemente. Se eu não tenho uma fonte, qual a real  
 3089 necessidade de se ter uma avaliação, de se colocar esses silenciadores em  
 3090 espaço de tempo tão curto como esse? É esse o questionamento do

3091 empreendedor, para que consigamos tentar buscar uma linearidade junto a esse  
3092 tipo de situação. Quem sabe reduzir para 45 dias. Mas os dados técnicos  
3093 disponíveis hoje apontam que não tem nenhum problema vinculado de ruído  
3094 naquela região. Por isso eu entendo que, pelo estudo, pelo Parecer Único de  
3095 vocês, vocês mencionam o nosso estudo de ruídos daquela região. Eu acho que  
3096 por isso o entendimento dos 60 dias. Eu queria ponderar em cima desse ponto  
3097 para avaliássemos isso para tentar um princípio de razoabilidade. O que vocês  
3098 acham?" Pedro Henrique Criscolo Parrela Câmara/Supram Norte de Minas: "No  
3099 nosso relatório sobre o monitoramento de ruídos lá na região, nós detectamos  
3100 dois pontos fora do padrão no período noturno. Os demais no período diurno e os  
3101 outros do noturno continuam dentro dos parâmetros. Nós colocamos esse prazo  
3102 de 60 dias porque achamos que seria razoável para a empresa conseguir finalizar  
3103 todo esse procedimento. Agora, como esse é um estudo apresentado lá em 2015,  
3104 também achamos que a empresa já podia até ter feito alguma movimentação com  
3105 relação a essas propostas. E por isso não fomos contrários ao que o conselheiro  
3106 solicitou." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Então pela  
3107 Superintendência permanece 'antes das operações', 'antes da AIA'. Ok. Vamos à  
3108 condicionante nº 8?" Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: "Ok. Eu acho que está  
3109 legal, que está ok dessa forma. Está ok da minha parte." Pedro Henrique Criscolo  
3110 Parrela Câmara/Supram Norte de Minas: "Nós consultamos aqui qual é o  
3111 cronograma de supressão de vegetação, e lá no processo está que seriam só seis  
3112 meses de supressão. Nós propomos uma alteração para ficar no meio termo.  
3113 Seria apresentar relatórios parciais bimestrais e o relatório consolidado 15 dias  
3114 após finalizada a supressão." Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: "Eu acho que  
3115 está ok. Relatórios bimestrais, e o consolidado 15 dias após. Ok." Conselheiro  
3116 Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: "Um esclarecimento junto ao Pedro,  
3117 porque ele falou uma coisa importante, o período em que vai ter a retirada de  
3118 vegetação para poder possibilitar o aumento da inclinação da cava. O prazo que  
3119 eu gostaria que colocasse de novo." Pedro Henrique Criscolo Parrela  
3120 Câmara/Supram Norte de Minas: "O prazo que está no processo, eles informaram  
3121 que seria de seis meses, o cronograma traz prazo de 6 meses. Por isso que  
3122 estamos colocando essa condicionante até um pouco mais geral para apresentar  
3123 bimestral e ao final da supressão." Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de  
3124 Lima: "Agora eu entendi bem, comprehendo bem e aceito a sua colocação."  
3125 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Lembrando que, embora estejamos  
3126 estipulando prazos, em um processo anterior eu disse o seguinte, que isso está  
3127 previsto no Decreto 47.383. Quando há alteração da condicionante em relação a  
3128 prazo que não altera o mérito da condicionante, pode ser revista pelo próprio  
3129 órgão de análise. Então caso o empreendedor verifique que em algum momento  
3130 o prazo ficou apertado ele deve justificar, por óbvio, antes de a condicionante  
3131 vencer. É possível, dentro do Decreto 47.383, sem necessidade de estar  
3132 retornando aqui aos senhores. Mas de qualquer forma eu entendo que é muito  
3133 válida a discussão em relação ao prazo, porque passamos a ter um alinhamento

3134 com os senhores. A última condicionante é a inclusão de uma nova condicionante,  
3135 já lida pelo conselheiro Julio." Clésio Cândido Amaral/Supram Norte de Minas:  
3136 "Essa condicionante, que é sobre a formação de um Grupo de Trabalho, não  
3137 temos nem como aferir, posteriormente, uma condicionante desse modo. Caso  
3138 descumpra, é difícil podermos analisar. Nós entendemos que a qualquer momento  
3139 a empresa ou mesmo a comunidade, as organizações podem estabelecer. Isso  
3140 faz parte, inclusive, da comunicação social e dessa inter-relação que a empresa  
3141 faz com a comunidade. Não vemos nesse sentido a possibilidade de incluir isso  
3142 enquanto uma condicionante. Ela depende de anuênciia do Ministério Público e  
3143 outros órgãos, sobre a qual ninguém foi consultado e a ninguém foi manifestado  
3144 sobre essas questões todas. Então não concordamos em colocar ou acrescentar  
3145 essa condicionante. Embora, em se tratando do processo de licenciamento  
3146 ambiental, inclusive, na revalidação, qualquer proposta, qualquer consideração a  
3147 ser feita em relação ao empreendimento, pode ser enviada à Supram a qualquer  
3148 momento, ou seja que órgão for, e vai entrar nas discussões e na análise dos  
3149 técnicos sobre esses pontos dentro do processo." Conselheiro Julio Cesar Dutra  
3150 Grillo: "Eu entendi, acho que sua colocação é fundamentada, clara, mas eu queria  
3151 dizer o seguinte: essa condicionante que está aí, quer dizer, o texto é ipsis litteris  
3152 o que foi entregue pelas ONGs. E ele retrata a insegurança que as comunidades  
3153 locais têm tido em relação a essa comunicação com a empresa. Eu acho – aí  
3154 estou falando sem ter discutido com eles – que a solicitação para instituir um grupo  
3155 de discussão formado por, além dos empreendedores e a comunidade, alguns  
3156 atores externos é justamente para poder dar para eles a garantia de que essa  
3157 comunicação e essa clareza na comunicação existirão. Vocês podem  
3158 perfeitamente propor alguma coisa que seja mais de acordo com o processo de  
3159 vocês, mas nós aqui já vimos, ao longo de toda a discussão, que não está  
3160 existindo uma interlocução adequada e temos que fazer com que essa  
3161 interlocução seja adequada. Então você pode substituir essa condicionante,  
3162 sugira alguma outra coisa, mas na verdade a intenção da comunidade era ter um  
3163 grupo de discussão com observadores externos para que eles possam se sentir  
3164 mais seguros em relação às demandas deles." Conselheiro Carlos Eduardo Orsini  
3165 Nunes de Lima: "Presidente, eu posso contribuir com a solução. Eu queria propor  
3166 ao Julio Grillo, em vez de ser uma condicionante, vamos transformar isso em uma  
3167 moção, apresentada pelos conselheiros e que vai ser, evidentemente, tratada  
3168 junto à empresa e junto à própria Supram, que pode ajudar nesse apoio. Em vez  
3169 de ser uma condicionante, uma moção que nós podemos aprovar." Conselheiro  
3170 Julio Cesar Dutra Grillo: "Orsini, pode ser, mas nesse caso a moção deveria ser  
3171 clara, colocando a responsabilidade da organização desse grupo de discussão a  
3172 cargo de alguém, que nesse caso eu acho que deveria ser a Supram Norte."  
3173 Clésio Cândido Amaral/Supram Norte de Minas: "Julio, eu entendo também que a  
3174 moção seria uma coisa mais adequada nesse sentido. Tem até alguns outros  
3175 Grupos que instituídos, só que foram instituídos pelo Ministério Público, do qual  
3176 nós participamos. Hoje nós participamos desses Grupos com os municípios para

3177 discutir a questão de resíduo sólido urbano, que é essa complexidade que você  
3178 sabe que existe no Norte de Minas, municípios muito pequenos e tal. Talvez essa  
3179 moção, trazendo o Ministério Público para essa discussão como o interlocutor  
3180 direto e o coordenador disso, o que é bem o papel do Ministério Público, e nós  
3181 não nos furtamos a participar desse Grupo junto ao Ministério Público, nesse  
3182 sentido. Eu sei que o Ministério Público não está aqui para poder até se manifestar  
3183 em relação a isso. Como nessa moção você quer que coloque alguém  
3184 responsável hoje para poder puxar essa discussão, essa formação do Grupo, um  
3185 cronograma de discussão, eu vejo que seria o melhor caminho nesse sentido.”  
3186 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “O meu receio de uma proposta nesse  
3187 sentido é o seguinte. Uma condicionante é uma imposição à empresa, se ela não  
3188 cumprir, está sujeita a autuação e, dependendo, quando causa poluição ou  
3189 degradação, ou mesmo ao embargo das atividades. Mas é certo que se ela não  
3190 cumprir ela está sujeita a uma atuação. Essa condicionante que está sendo  
3191 imposta, que poderia ser imposta ao empreendedor, cria algumas questões. Por  
3192 exemplo: ‘Discussão e acompanhamento das atividades relacionadas aos  
3193 impactos sociais diretos e indiretos à comunidade, formada pelos conselhos do  
3194 COPAM, Supram Norte, representantes das comunidades do entorno e MPMG.’  
3195 O MPMG não está nem presente neste momento. Eu não estou falando que ele  
3196 não participaria dessa condicionante, mas não está presente aqui neste momento  
3197 para aquiescência. Se o MPMG não quiser participar desse Grupo, e nós  
3198 aprovamos uma condicionante nesse sentido, a empresa vai ser autuada? Porque  
3199 a condicionante determina que o MPMG participe. Então essa condicionante, que  
3200 impõe a quem quer que seja, qualquer empreendedor, a participação de  
3201 comunidade, de conselhos, de outros entes, na qual a empresa não pode definir  
3202 sobre a participação é muito temerosa. Mas fica a cargo dos senhores decidirem  
3203 sobre a questão.” Conselheiro Enio Marcus Brandão Fonseca: “Eu gostaria de  
3204 fazer uma breve consideração, observado também o papel do Ibama na condição  
3205 de ser um órgão licenciador. Essa proposta encaminhada, embora tenha uma  
3206 legitimidade, sem sombra de dúvida, ao tentar organizar uma participação de  
3207 diferentes atores no acompanhamento dos processos e mais do que no  
3208 acompanhamento, porque essa comissão ou esse grupo teria algumas  
3209 obrigações explícitas, muito bem definidas, me traz uma apreensão sobre o olhar  
3210 do órgão licenciador que eu represento, que é a criação, sem sombra de dúvida,  
3211 de uma estrutura adicional, uma estrutura concorrente para exercício das  
3212 atividades vinculadas ao licenciamento, que estão muito bem definidas como  
3213 responsabilidade dos atores dentro do processo e do rito do licenciamento. Quais  
3214 sejam as obrigações do empreendedor, as obrigações do órgão licenciador e  
3215 também o direito de se organizar, da melhor maneira que se entenda, da  
3216 sociedade, que pode articular ações voluntárias, ações articuladas de  
3217 participação, de questionamento das questões e também de ação, tanto  
3218 dos órgãos oficiais do licenciamento, como aqueles ligados ao controle, quais  
3219 sejam, o Ministério Público, a Defensoria Pública e outros atores para

3220 participação. Quando se coloco isso como uma moção me traz uma preocupação,  
3221 porque acho que moção não seria o melhor instrumento a colocar. Quando se  
3222 coloca isso como condicionante, me traz uma apreensão de gestão e governança  
3223 sobre as obrigações e responsabilidades, porque, exatamente como disse o  
3224 presidente Yuri, fica uma imposição ao empreendedor de conduzir um grupo como  
3225 esse, coisa que, com certeza, não seria a melhor maneira de ter eficácia deixar  
3226 isso para ele. Se a própria sociedade quiser se articular e trabalhar em conjunto  
3227 com os diferentes atores, ela vai poder fazê-lo de uma maneira que entender  
3228 melhor, colocando à frente o Ministério Público, que não está presente aqui nesta  
3229 discussão. Mas como órgão licenciador que represento aqui nesta discussão me  
3230 preocupa a criação de uma estrutura que possa ter responsabilidades  
3231 concorrentes a tudo que está disciplinado no nosso normativo do licenciamento.”  
3232 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu achei muito lúcidas as colocações  
3233 do Dr. Enio. Essa questão que foi levantada pelo Dr. Enio eu tenho absoluta  
3234 certeza de que está correta. Senhores conselheiros, eu vou fazer o seguinte  
3235 encaminhamento. Eu vou colocar essa sugestão de inclusão apartada das  
3236 demais. Nas condicionantes 1, 4, 5, 6 e 7, houve a discordância da Supram, e  
3237 permaneceu conforme o PU. Na 10, houve a concordância da Supram para alterar  
3238 o prazo. Na 12, houve a discordância, permanecendo conforme o Parecer Único.  
3239 Na 14, houve a alteração para ‘antes do início’. Na 18, houve discordância da  
3240 Superintendência, permanecendo conforme o Parecer Único. E 8 foi alterada.  
3241 Todas elas já foram lidas, então eu vou colocar em votação essas condicionantes.  
3242 A permanência, conforme o PU, das condicionantes 1, 4, 5, 6, 7, 12 e 18. E com  
3243 a alteração dos prazos das condicionantes 10, 14 e 8. Em votação.” Conselheira  
3244 Denise Bernardes Couto: “Senhor presidente, questão de ordem. Nós estamos  
3245 votando primeiro as condicionantes? Porque o Regimento Interno fala: ou vota  
3246 junto ou vota antes o processo para depois votar as condicionantes.” Presidente  
3247 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Me desculpe, eu fiquei preso às condicionantes e  
3248 não falei do processo. Os senhores me desculpem, conselheiros. Conforme o  
3249 Regimento Interno, feita a condução de forma equivocada do presidente, eu posso  
3250 retornar o processo de votação. A Denise me chamou atenção, e eu estou vendo  
3251 que conduzi de forma equivocada a nossa votação. Então eu vou voltar a votação,  
3252 e vai ser pelo deferimento da licença conforme as alterações já discorridas.  
3253 Votando conforme o Parecer Único, conforme a alteração das condicionantes, do  
3254 prazo, da 10, 14 e 8. Ok? Estamos votando conforme Regimento Interno, em ato  
3255 simultâneo.” Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM,  
3256 Sindieextra, Fiemg e SME. Abstenções: Relictos e ProMutuca. Ausência: Abes.  
3257 Justificativas de abstenções. Conselheiro José Angelo Paganini: “Relictos se  
3258 abstêm. As manifestações da sociedade civil indicam que existem muitos  
3259 problemas a serem resolvidos, e os instrumentos de comunicação com a  
3260 sociedade precisam ser melhorados. Por essa razão, eu estou me abstendo.”  
3261 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “O meu voto é idêntico ao voto do Paganini,  
3262 as mesmas razões. Abstenção pelos mesmos motivos.” Presidente Yuri Rafael de

3263 Oliveira Trovão: “Licença aprovada, com as alterações já faladas, com nove votos  
 3264 favoráveis, duas abstenções e uma ausência. Agora nós vamos pela inclusão da  
 3265 nova condicionante. Essa sugestão já foi discutida pelos senhores, já foi  
 3266 apresentada. Que seja instituído grupo de discussão e acompanhamento das  
 3267 atividades relacionadas aos impactos diretos e indiretos às comunidades do  
 3268 entorno da cava, formado pelos conselheiros do COPAM, Supram Norte,  
 3269 representantes das comunidades do entorno, MPMG e quem mais se dispor. O  
 3270 objetivo desse grupo seria propor junto ao órgão ambiental licenciador ações de  
 3271 mitigação, compensação e monitoramento dos impactos gerados pela atividade  
 3272 minerária no entorno do empreendimento. Prazo: antes do início das atividades.”  
 3273 Votos favoráveis: Sede, Sedese, Codemig, ANM, Relictos e ProMutuca. Votos  
 3274 contrários: Segov, Ibama, Sindistra, Fiemg e SME. Ausência: Abes. Justificativas  
 3275 de votos contrários. Conselheira Verônica Ildefonso Cunha Coutinho: “Apesar de  
 3276 reconhecer a importância desse espaço, como não vejo como posteriormente  
 3277 cobrar isso da empresa, meu voto é contrário.” Conselheiro Enio Marcus Brandão  
 3278 Fonseca: “O Ibama vota contrário pela argumentação apresentada na discussão  
 3279 pouco tempo atrás.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Voto contrário por  
 3280 entender que não há como cobrar isso do empreendedor, posteriormente, e por  
 3281 entender também que nós estamos criando uma instância relativa ao  
 3282 licenciamento ambiental paralela ao órgão ambiental competente para  
 3283 fiscalização de condicionantes ambientais, que aí no caso seria a Supram Norte  
 3284 de Minas.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Contrário por entender,  
 3285 primeiro, todas as questões levantadas aqui pelo Enio e pela Denise e também  
 3286 por entender que esse grupo está retirando ou sobrepondo a competência legal  
 3287 do órgão ambiental. O órgão ambiental está perdendo a competência dele para  
 3288 um grupo criado por uma condicionante.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini  
 3289 Nunes de Lima: “A SME segue o brilhante raciocínio do nosso colega Enio  
 3290 Fonseca. Ou seja, eu voto contra.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
 3291 “Então condicionante aprovada por seis votos favoráveis e cinco contrários.  
 3292 Condicionante incluída.” **11) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**  
**3293 EXCLUSÃO DE CONDICIONANTE DE LICENÇA DA OPERAÇÃO. 11.1)**  
 3294 **LafargeHolcim Brasil S/A. Lavra a céu aberto ou subterrânea em áreas**  
 3295 **cársticas com ou sem tratamento. Montes Claros/MG. PA**  
 3296 **00056/1989/025/2003, ANM 831.062/1986. Condicionante nº 13. Classe 6.**  
 3297 **Apresentação: Supram Norte de Minas.** Processo retirado de pauta com pedido  
 3298 de vista da ProMutuca e vista conjunta solicitada pela Fiemg. Justificativa.  
 3299 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “A minha justificativa para todos os pedidos  
 3300 de vista é muito simples. As organizações não governamentais de defesa do meio  
 3301 ambiente solicitam, me solicitaram, e eu assumi esse compromisso com eles, para  
 3302 eu solicitar vista em todos os processos, para que eles tenham tempo de analisar  
 3303 o processo e se manifestarem. E eu, como representante dessas ONGs no  
 3304 Conselho, mesmo que eventualmente o meu entendimento seja diferente, como  
 3305 é o caso do 13.1, tenho que seguir aquilo que foi o compromisso firmado.”

3306 Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Eu vou pedir vista para avaliar as  
 3307 condicionantes incluídas no processo.” **12) PROCESSO ADMINISTRATIVO**  
 3308 **PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE**  
 3309 **INSTALAÇÃO.** **12.1)** **JLC Mineração Ltda.** Pesquisa mineral, com ou sem  
 3310 emprego de guia de utilização, com supressão de vegetação secundária  
 3311 nativa pertencente ao bioma Mata Atlântica em estágio médio e avançado de  
 3312 regeneração, exceto árvores isoladas; pilhas de rejeito/estéril. Barão de  
 3313 Cocais/MG. PA 14303/2019/001/2019, ANM 830.981/2014. Classe 4 (conforme  
 3314 Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). **Apresentação:** **Supram**  
 3315 **Leste Mineiro.** Processo retirado de pauta pela Presidência. Presidente Yuri  
 3316 Rafael de Oliveira Trovão: “Eu vou retirar esse processo de pauta. Nós até  
 3317 tínhamos disponibilizado e depois retiramos e colocamos observação em relação  
 3318 a esse item. Foi necessário fazer algumas correções, e não foi possível pautar  
 3319 esse processo novamente com as correções realizadas em virtude do prazo.  
 3320 Então ele está sendo retirado de pauta.” **13) PROCESSO ADMINISTRATIVO**  
 3321 **PARA EXAME DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA.** **13.1)** **Vale S/A.**  
 3322 **Coprodutos. Areia Mina Brucutu.** Lavra a céu aberto. Minerais não metálicos,  
 3323 exceto rochas ornamentais e de revestimento. São Gonçalo do Rio  
 3324 Abaixo/MG. PA 3245/2020, ANM 005.441/1958; 008.337/1960; 830.024/1993;  
 3325 830.696/1990; 830.370/1985 e 830.172/2001. Classe 4 (conforme Lei nº  
 3326 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). **Apresentação:** **Supri.** Processo  
 3327 retirado de pauta com pedido de vista da ProMutuca e vista conjunta solicitada  
 3328 por SME, Sindieextra e Fiemg. Justificativas. Conselheiro Carlos Eduardo Orsini  
 3329 Nunes de Lima: “Eu queria pedir vista também no sentido de avaliar exatamente  
 3330 a questão da inovação nos processos minerários.” Conselheira Denise Bernardes  
 3331 Couto: “Também pedir vista pegando esse gancho da inovação tecnológica.”  
 3332 Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Vista conjunta pelos mesmos motivos  
 3333 expostos pela Denise e o Orsini.” Justificativa de vista da ProMutuca conforme  
 3334 registrado no item 11.1. **14) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**  
 3335 **RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO.** **14.1)** **Britacal - Indústria e**  
 3336 **Comércio de Brita e Calcário Brasília Ltda.** Pilhas de rejeito/estéril. Unaí/MG.  
 3337 PA 15846/2008/002/2019, ANM 830.921/1997 e 831.075/2002. Classe 5.  
 3338 **Apresentação:** **Supram Noroeste.** Processo retirado de pauta com pedido de  
 3339 vista da ProMutuca e vista conjunta solicitada por SME, Sindieextra e Fiemg.  
 3340 Justificativas. Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu peço vista  
 3341 para conhecer um pouco mais esse processo em função do desenvolvimento  
 3342 agroindustrial da região de Unaí.” Justificativa de vista da ProMutuca conforme  
 3343 registrado no item 11.1. **15) ENCERRAMENTO.** Moção aprovada pela CMI para  
 3344 realização de reuniões extraordinárias de políticas ambientais. A Câmara de  
 3345 Atividades Minerárias aprovou por unanimidade moção para a realização de  
 3346 reuniões extraordinárias trimestrais para tratar de políticas ambientais, nos  
 3347 seguintes termos: “À Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
 3348 Sustentável (SEMAD), conforme legislação que dispõe sobre sua organização,

3349 incumbe a formulação, coordenação, execução e supervisão das políticas  
3350 públicas de conservação, preservação e recuperação dos recursos ambientais  
3351 visando ao desenvolvimento sustentável e à melhoria da qualidade ambiental do  
3352 Estado (Decreto 47.787, de 13 de dezembro de 2019). Consoante com a  
3353 competência estrutural da Secretaria, o COPAM tem, por finalidade, deliberar  
3354 sobre diretrizes e políticas e estabelecer normas regulamentares e técnicas,  
3355 padrões e outras medidas de caráter operacional para preservação e conservação  
3356 do meio ambiente e dos recursos ambientais (artigo 14º da Lei 21.972/2016).  
3357 Desse modo, com o escopo de garantir a discussão sobre política ambiental no  
3358 contexto governamental do Conselho de Política Ambiental, de modo a ampliar e  
3359 aprofundar os debates, sugiro a adoção das reuniões sobre políticas ambientais,  
3360 conforme abaixo se dispõe. Reuniões extraordinárias a cada três meses da  
3361 Câmara de Atividades Minerárias (CMI), com o objetivo de discutir políticas  
3362 ambientais e preparar propostas de alterações normativas; Os temas podem ser  
3363 propostos pelos conselheiros, e a ordem e o funcionamento das reuniões seguirão  
3364 o que determina o Regimento Interno do COPAM; Primeira reunião a se realizar  
3365 em setembro de 2020.” Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Ibama, ANM,  
3366 Sindieextra, Fiemg, Relictos, ProMutuca e SME. Ausências: Codemig e Abes.  
3367 Votação da proposta de frequência bimestral (apresentada pela ProMutuca) ou  
3368 trimestral (apresentada pelo Sindieextra) para a realização das reuniões. A  
3369 Presidência fez o encaminhamento de votação da proposta de frequência  
3370 bimestral, esclarecendo que os votos contrários representariam a escolha da  
3371 frequência trimestral. Votos contrários à frequência bimestral: Segov, Sede,  
3372 Sedese, Ibama, ANM, Sindieextra, Fiemg e SME. Votos favoráveis: Relictos e  
3373 ProMutuca. Ausências: Codemig e Abes. Houve consenso para que os temas das  
3374 reuniões de política ambiental sejam escolhidos por votação entre os membros  
3375 da Câmara. **Criação de Grupo de Trabalho.** Após a aprovação da moção para a  
3376 realização de reuniões extraordinárias trimestrais da CMI para tratar de políticas  
3377 ambientais, houve consenso entre os conselheiros presentes no sentido de  
3378 solicitar ao presidente do COPAM a criação de um Grupo de Trabalho (GT), nos  
3379 termos do artigo 42 do Regimento Interno, que ficará responsável pela definição  
3380 e preparação das pautas das reuniões extraordinárias. Foram indicadas, também  
3381 por consenso, as seguintes entidades para compor o GT: Segov, Sede,  
3382 Sindieextra, Fiemg, ProMutuca e SME. Após a criação do Grupo de Trabalho, a  
3383 escolha do coordenador será feita pelos próprios membros em sua primeira  
3384 reunião. Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Yuri Rafael  
3385 de Oliveira Trovão agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a  
3386 sessão, da qual foi lavrada esta ata.

3387

3388

3389

3390

---

## APROVAÇÃO DA ATA

3391  
3392  
3393  
3394

---

**Yuri Rafael de Oliveira Trovão  
Presidente da Câmara de Atividades Minerárias**